



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

ISABELLE GONÇALVES DE SOUZA

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL:

Uma análise das percepções dos beneficiários camponeses bernaenses acerca dos programas

IMPERATRIZ-MA

2023

ISABELLE GONÇALVES DE SOUZA

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL:

Uma análise das percepções dos beneficiários campestres bernaenses acerca dos programas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Wheriston Silva Neris.

IMPERATRIZ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

GONÇALVES DE SOUZA, ISABELLE. DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: : Uma análise das percepções
dos beneficiários campestres bernardenses acerca dos
programas / ISABELLE GONÇALVES DE SOUZA. - 2023.
152 p.

Orientador(a): Wheriston Silva Neris.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
IMPERATRIZ, 2023.

1. Pobreza. 2. Programa Auxílio Brasil. 3. Programa
Bolsa Família. 4. Vozes dos Beneficiários. I. Silva
Neris, Wheriston. II. Título.

ISABELLE GONÇALVES DE SOUZA

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL:

Uma análise das percepções dos beneficiários campestres bernardenses acerca dos programas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia

Aprovada em: 30 / 05 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/ Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Sousa de Araújo.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP/ Universidade Federal do Maranhão –UFMA

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior (Membro interno)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/Universidade Federal do Maranhão – UFMA

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, por guiar os meus passos e iluminar sempre o meu caminho, por me proporcionar lindos momentos e me apresentar pessoas tão especiais. Palavras não são suficientes para dimensionar minha eterna gratidão. Ele merece toda honra, glória e louvor!

A minha amada mãe, que tanto intercede por mim e me encoraja com as suas palavras de ternura, fé e esperança. Amo tanto!

Ao meu saudoso pai (in memória), o meu guerreiro que me ensinou a ser valente e lutar pela realização dos meus sonhos. Seus ensinamentos e afetos estarão sempre guardados na minha memória.

Ao meu amado marido, por ser tão incrível, amoroso, compreensível e meu grande incentivador. Como a sua doce companhia fez desse processo árduo que é a escrita um processo mais leve! Amo-te!

A todos os meus irmãos e irmãs, especialmente o Leonardo e o João Severo, que com suas respectivas esposas (Eliziane e Deusiane), me dispuseram carinho e afeto.

A minha sogra e ao meu sogro por todo o carinho, orações, afeto e respeito.

A minha tia Iaiá, por todos os conselhos e intercessões.

A minha tia Abilene, por se mostrar sempre solícita em ajudar no que fosse possível.

As minhas primas, Carol e Elizabeth, por estarem sempre presentes e dividirmos as nossas angústias e experiências acadêmicas.

Ao meu orientador, Wheriston Silva Neris, por mais uma oportunidade de realizarmos um trabalho em conjunto; jamais imaginei que isso poderia acontecer. Sou grata a Deus por sua existência. Muitíssimo obrigada por toda a sua calma, paciência e confiança. Por compartilhar o seu saber de uma forma tão espetacular, pois suas orientações foram como bálsamos em meio a tensão gerada pelo processo da escrita. Suas orientações sempre ressoaram como incentivo e inspiração para mim. Obrigada por todo o apoio e por confiar no meu trabalho.

A todos os integrantes da Congregação Assembleia de Deus da área 4, especialmente da Nova Jerusalém, por cada oração e palavra de conforto, essenciais nessa caminhada.

A todos os professores do PPGS, em especial à Karina Martins, ao Wellington Conceição, Rogério Veras e Maciel Cover, pois as suas particularidades e singularidades metodológicas fizeram desse processo que é o mestrado, uma experiência positiva.

À Amanda Gomes, também professora do PPGS, tanto por suas aulas quanto pelo apoio antes mesmo do ingresso, pois, demonstrava-se sempre muito solícita em retirar as minhas

dúvidas acerca do programa. Muitíssimo obrigada pelo encorajamento e por acreditar que eu era capaz de ingressar em algo tão desafiador, suas palavras soaram como um sinal divino.

Aos meus amigos e amigas da jornada no mestrado, presentes do PPGS. Pois mesmo a distância compartilhávamos os nossos medos, angústias, combatendo-as e incentivando-nos a permanecermos nessa jornada e vivermos as nossas conquistas diárias. São eles: Bianca Ferreira, Edineia Alves, Cleyton Marinho, Isabela Sasha, Mércia Anjos, Luziane Ponciano, Verônica Fonseca, Rafael Cruz, Tamires Morais e Wellyson Rafael.

Destaco mais uma vez a minha gratidão à Edineia Alves, pois se os demais conheci no PPGS, Edineia eu conheci ainda nos corredores do Ensino Básico. Na graduação, embora em turmas diferentes, participamos do mesmo projeto PIBID, que fincou a nossa amizade e admiração mútua, ao ponto de decidirmos participar do seletivo do PPGS juntas e consequentemente compartilharmos nossas estratégias de estudos, formulação do projeto, enfim toda a experiência perpassada no PPGS. Sua amizade fez todo esse processo soar como uma linda etapa de nossas vidas.

À Tamires Morais, pois foi um dos mais preciosos presentes que ganhei no PPGS. Sua ideia de formarmos um trio no grupo de Whatzapp, denominado de “meninas da dissertação”, cujos integrantes são: eu, ela e Edineia; foi primordial. Pois, possibilitava o esvaziamento das nossas inseguranças gigantescas acerca da escrita, afinal não poupávamos esforços para lermos umas o trabalho da outra, desde a formulação dos artigos das disciplinas. Assim fazíamos as nossas observações e ofertávamos, umas às outras, palavras de incentivo e conforto, que somente amizades irradiadas de muito carinho e admiração poderiam oferecer.

A amiga Angélica Melo, aluna da 2ª turma do PPGS e que tive a honra de conhecer ainda na graduação, muito obrigada por toda ajuda e carinho.

Aos professores da banca Profa. Dra. Maria do Socorro e Prof. Dr. Clodomir Cordeiro por tirarem um pouco de seu tempo para se dedicarem à leitura e apreciações do meu trabalho de uma forma tão acolhedora e humana.

Aos Agentes de Saúde, funcionário do Cras e do IBGE municipal que contribuíram brilhantemente para esse trabalho.

As minhas gestoras Luiza Machado e Gilvane Ibiapina do C. E. Deborah Correia Lima por todo o apoio e a todos os meus demais colegas de trabalho.

Aos meus interlocutores pela disponibilidade e confiança no meu trabalho. Sem os quais esse trabalho seria impossível de realizar.

Enfim, a todos os meus demais familiares e amigos que direta ou indiretamente são partes importantes dessa conquista.

RESUMO

A presente pesquisa é fruto de um estudo bibliográfico e empírico acerca do Programa Bolsa Família e do seu substituto, o Programa Auxílio Brasil, e tem como objetivo principal analisar as percepções de beneficiários a respeito dos impactos e significados desses modos de regulação estatal. Os sujeitos do estudo são alunos do 3º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Deborah Correia Lima e suas respectivas famílias, todas elas moradoras de comunidades rurais do município. O foco da investigação é ouvir os próprios sujeitos concernidos nos programas para tentar compreender as experiências e representações de uma ação governamental a partir das vozes e necessidades de indivíduos socialmente desfavorecidos. Nesse contexto, o principal questionamento que direcionou e subsidiou esta pesquisa foi: Qual o impacto e os significados do PBF e do PAB na vida de alunos e familiares atendidos pelos programas do Centro de Ensino Deborah Correia Lima? Quais as percepções desses sujeitos a respeito dos programas em pauta? As bases teóricas que norteiam o estudo vão desde os clássicos sociológicos como Karl Marx (2013), Emile Durkheim (2002) e Max Weber (2016) aos clássicos contemporâneos como Pierri Bourdieu (1998), Robert Castel (1999), Serge Paugam (2002), e no contexto brasileiro, Peixoto (2001), Sonia Rocha (2006), Ruy Braga (2012), André Singer (2012), entre outros autores que nos ajudam na articulação de três elementos essenciais para a presente pesquisa: Estado, Questão Social e Pobreza. Para análise da inserção do PBF e o perfil dos beneficiários no contexto brasileiro, destaque especial para os trabalhos sobre a coordenação da maranhense Maria Ozanira da Silva e Silva (2014), aliados aos inúmeros decretos e noticiários inseridos nas plataformas digitais que nos auxiliaram na compreensão detalhada das alterações no PBF e a inserção de seu substituto o PAB. Para análise das entrevistas as obras dos sociólogos brasileiros Alessandro Pinzani e Walquiria Rego (2014) e de Martina Ahlert (2013), entre outras, foram essenciais, já que analisam o programa pela perspectiva dos próprios beneficiários, utilizando como metodologia de seus trabalhos, pesquisa de campo/entrevistas ouvindo as vozes dos sujeitos marginalizados. Portanto, a relevância da presente pesquisa consiste em analisar os maiores programas de distribuição de renda do país, ouvindo as vozes dos próprios beneficiários, em um cenário político-social no qual ainda proliferam representações e estereótipos negativos a respeito dessas políticas e dos seus destinatários.

Palavras-Chaves: Programa Bolsa Família. Programa Auxílio Brasil. Pobreza. Vozes dos Beneficiários.

ABSTRACT

This research is the result of a bibliographic and empirical study about the Bolsa Família Program and its substitute, the Auxílio Brasil Program, and its main objective is to analyze the perceptions of beneficiaries regarding the impacts and meanings of these modes of state regulation. The subjects of the study are students in the 3rd year of high school at Centro de Ensino Deborah Correia Lima and their respective families, all of whom live in rural communities in the municipality. The focus of the investigation is to listen to the subjects concerned in the programs to try to understand the experiences and representations of a governmental action from the voices and needs of socially disadvantaged individuals. In this context, the main question that guided and supported this research was: What is the impact and meanings of the PBF and the PAB in the lives of students and families assisted by the programs of the Centro de Ensino Deborah Correia Lima? What are the perceptions of these subjects regarding the programs in question? The theoretical bases that guide the study range from sociological classics such as Karl Marx (2013), Emile Durkheim (2002) and Max Weber (2016) to contemporary classics such as Pierri Bourdieu (1998), Robert Castel (1999), Serge Paugam (2002), and in the Brazilian context, Peixoto (2001), Sonia Rocha (2006), Ruy Braga (2012), André Singer (2012), among other authors who help us to articulate three essential elements for this research: State, Question Social and Poverty. For the analysis of the insertion of the PBF and the profile of the beneficiaries in the Brazilian context, special mention should be made of the works on the coordination of Maria Ozanira da Silva e Silva (2014), allied to the numerous decrees and news inserted in the digital platforms that helped us to understand detail of the alterations in the PBF and the insertion of its substitute the PAB. For the analysis of the interviews, the works of Brazilian sociologists Alessandro Pinzani and Walquiria Rego (2014) and Martina Ahlert (2013), among others, were essential, since they analyze the program from the perspective of the beneficiaries themselves, using research as a methodology for their work. fieldwork/interviews listening to the voices of marginalized subjects. Therefore, the relevance of this research is to analyze the largest income distribution programs in the country, listening to the voices of the beneficiaries themselves, in a political-social scenario in which negative representations and stereotypes about these policies and their recipients still proliferate.

Keywords: Bolsa Família Program. Brazil Aid Program. Poverty. Voices of Beneficiaries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD

Benefício de Prestação Continuada - BPC

Centro de Ciências de Imperatriz - CCIM

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza – GAEPP

Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia - LCH/UFMA

Medida Provisória - MP

Ministério da Cidadania – MC

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ministério da Assistência Social (MAS)

Número de Identificação Social (NIS)

Organização das Nações Unidas - ONU

Partido dos Trabalhadores - PT

Programa Bolsa Família - PBF

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Programa para Cálculo da Renda Mensal Inicial - RMI

Programa Renda Mínima de Inserção - RMI

Salários Mínimos – SM

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Objetivos para o estado da felicidade.....	37
TABELA 2: Diferenças entre os conceitos de subproletariado, precariado e batalhadores.....	46
TABELA 3: Renda Familiar Mensal dos que preferem o PT, 1996-2010.....	48
TABELA 4: Renda Familiar Mensal e as intenções de voto presidencial em 2018.....	49
TABELA 5. As três fases lulistas.....	51
TABELA 6. Desenvolvimento Histórico das Políticas de Transferência no Brasil:.....	57
TABELA 7. Os valores das linhas de pobreza ao longo do bolsa família.....	60
TABELA 8. Os valores dos benefícios do bolsa família ao longo dos anos.....	61
TABELA 9. Segundo turno e as propostas de governo dos candidatos presidenciais em 2018.....	65
TABELA - Famílias no Cadastro Único.....	79
TABELA 11 - Número de pessoas nos benefícios financeiros.....	79
TABELA 12: Distribuição das famílias beneficiadas dos Programas de transferência de Renda nas Unidades Federativas em 2018.....	83
TABELA 13 - Número de famílias beneficiadas nos Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	87
TABELA 14 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de benefícios do PBF (2021).....	89
TABELA 15 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de benefícios do PAB (2022).....	89
TABELA 16 - Organização das famílias pesquisadas.....	103
TABELA 17. O perfil da renda familiar e valor do benefício das famílias pesquisadas....	104
TABELA 18. Composição das famílias conforme os tipos de benefícios do PAB.....	106
TABELA 19. Gasto aproximado com Alimentação, Saúde e Educação.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Diferentes percepções acerca da pobreza.....	40
Figura II- Cartão Bolsa Família.....	56
Figura III –A unificação dos programas em PBF.....	59
Figura IV. Os efeitos do descumprimento das condicionalidades.....	64
Figura V. O PAB E OS BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS.....	71
Figura VI -Calendário de Pagamento 2022.....	76
Figura VII - Mapa da localização de São Bernardo- MA.....	84
Figura VIII. Mapa da localização da microrregião do Baixo Parnaíba.....	85
Figura IX. Imagem da parte exterior da instituição escolar.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Grupos familiares tradicionais no PBF.....	80
GRÁFICO 2 - Distribuição das famílias beneficiárias do PAB por região.....	82
GRÁFICO 3 - Distribuição dos responsáveis legais bernardenses do benefício, segundo o sexo.....	88
GRÁFICO 4. Faixa etária das pessoas atendidas pelo PAB em São Bernardo- MA.....	91
GRÁFICO 5. Números de Moradores por domicílio entre as famílias cadastrada no CadÚnico em São Bernardo- MA.....	92
GRÁFICO 6. O que mais a família utiliza para cozinhar.....	107
GRÁFICO 7. Acesso à internet.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I - Pais na escola e a renovação do cadastro único: o reencontro com a pesquisa	18
II - Da escolha dos entrevistados à análise dos dados: o percurso metodológico	21
III - As revisões bibliográficas e as divisões dos capítulos	22
1. O ESTADO, A QUESTÃO SOCIAL E A POBREZA NA SOCIOLOGIA: Construindo as bases conceituais da pesquisa.....	25
1.1 O ESTADO SOCIAL NOS CLÁSSICOS: Elementos de análise.....	25
1.1.1 Karl Marx e o Estado Social.....	25
1.1.2 Durkheim e a justiça social.....	28
1.1.3 Weber e o exemplo desanimador de Socialismo	30
1.2 O ESTADO E A QUESTÃO SOCIAL: perspectivas contemporâneas	33
1.2.1 O Estado e as metamorfoses da questão social.....	33
1.2.2 Bourdieu e o catálogo antiliberal: explorando os pontos de vista	36
1.2.3 A pobreza em perspectiva sociológica: as contribuições de Serge Paugam.....	39
1.3 Precarização do trabalho e da integração profissional no Brasil contemporâneo: elementos de um debate recente	44
2. O ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: do Bolsa Família ao Auxílio Brasil.	55
2.1 A inserção do Programa Bolsa Família e as condicionalidades	56
2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PANDEMIA: O surgimento do auxílio emergencial.....	67
2.3 O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL SUBSTITUI O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: mudanças e permanências.	70
3. CONSTRUINDO O ESPAÇO DE ANÁLISE: Perfis de beneficiários no Brasil e das famílias em São Bernardo - MA.....	78
3.1 O perfil das famílias beneficiadas no Brasil.	78
3.2 O Perfil das Famílias Beneficiadas em São Bernardo- MA	84
3.3 Caracterização do espaço de análise: A Escola e as Comunidades Rurais	94
3.3.1 A escola como porta de acesso	94
3.3.2 Ao microcosmo das comunidades rurais	97
4. BOLSA FAMÍLIA/AUXÍLIO BRASIL E ESCOLA: as percepções sobre os programas pelos beneficiários pesquisados	101
4.1 Os Perfis Sociais das famílias pesquisadas.	101
4.2 Percepções e itinerários de alunos beneficiários	112

4.3 Mães beneficiárias: itinerários e variedades de pontos de vista sobre o programa	116
4.4 O Antes e o Depois do PBF: os efeitos do programa no cotidiano familiar e escolar .	124
4.5 A importância da educação formal para as famílias beneficiárias	125
4.6 Semelhanças e divergências de olhares geracionais sobre os mesmos programas.....	128
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
6. Referências Bibliográficas	136

INTRODUÇÃO

Antes da lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a Medida Provisória (MP) que dispõe acerca do Auxílio Emergencial¹, o Bolsa Família (BF) era o maior programa de transferência de renda e enfrentamento da pobreza implementado no Brasil ao longo das últimas décadas (SILVA, 2010). Mobilizando diversas posições no espaço público, esse programa tem despertado interesse de diversos estudiosos, que têm procurado dimensionar o seu impacto não apenas em termos de contribuição para a redução da desigualdade social no país, como também sobre os efeitos que produz em configurações familiares empobrecidas, com particular atenção ao novo papel assumido pelas mulheres, ao rompimento com padrões tradicionais de dominação e às condições de exercício da cidadania e direitos sociais (PINZANI; REGO, 2014).

Inscrito neste último eixo de discussão, o objetivo da presente dissertação é analisar as percepções de beneficiários a respeito do impacto e significado desses modos de regulação estatal, tomando como foco os programas sociais Bolsa Família e o seu substituto Auxílio Brasil,² cuja regulamentação ocorreu no final do ano de 2021. Da perspectiva assumida neste estudo, a análise das percepções sobre o impacto dessas políticas públicas nos padrões de vida e condições de existência de arranjos familiares empobrecidos, na visão dos próprios sujeitos concernidos - para uma abordagem semelhante, consultar Alerth (2013) - constitui oportunidade ímpar para compreender não apenas o seu alcance, como também em que medida essas iniciativas “portam consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo, devido às dimensões morais e éticas, inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado” (REGO; PINZANI, 2014 p.217).

Com efeito, a análise de programas sociais e, particularmente, a respeito da forma como seus beneficiários os concebem e até se apropriam dos mesmos, enseja uma pluralidade de eixos de análise. A começar pela ampla tradição de estudos sobre a avaliação de políticas públicas no Brasil, a qual, desde a década de 1980, vem constituindo uma efetiva agenda prolífica de investigações com várias questões na produção de indicadores de efetividade, eficiência e eficácia (TREVISAN; BELLEN, 2008; PINTO, 2010; ARRETCHE, 2013). Nacionalmente caberia destacar o trabalho de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, pois juntos

¹ Apoio financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que tem por objetivo prover proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

² O Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

desenvolvem uma pesquisa cujo objetivo principal era ouvir as vozes de inúmeros beneficiários espalhados pelo país acerca do PBF, resultando no livro de referência acerca dos programas de transferência de renda no país, intitulado de *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* (PINZANI; REGO, 2014).

Regionalmente, por exemplo, caberia aqui ainda um destaque ao conjunto de pesquisas coordenadas desde o Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza – GAEPP -, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e que tem em Maria Ozanira da Silva e Silva (2014) uma relevante referência nacional. Embora construída em diálogo contínuo com estas referências, a presente pesquisa não parte dos mesmos referenciais teórico-metodológicos e tampouco seria adequadamente definida como uma pesquisa avaliativa.

Da mesma forma, são consideradas valiosas as referências da antropologia dos grupos de baixa renda em contextos urbanos, notadamente daquelas que explicitam as categorias de entendimento do mundo e da própria moral dos pobres (ZALUAR 1985; SARTI, 1994; AHLERT, 2013). Regionalmente, cabe destacar o importante trabalho de Martina Ahlert (2013) que analisa o uso do benefício do Bolsa Família em um grupo de mulheres quebradeiras de coco da cidade de Codó, levantando questões instigantes a partir das categorias família e gênero. Com base neste estudo, a autora pôde demonstrar o quanto o significado desses programas depende do conjunto de experiências concretas e do cotidiano de vida dos sujeitos, assumindo uma série de significados variáveis. Trata-se aqui, pois, de uma rica tradição que oferece aportes para compreender as experiências e modos de apropriação heterogêneos realizados pelas camadas populares a respeito do modo como o estado interfere e tenta regular suas vidas.

Embora úteis à construção do presente trabalho, as principais bases teóricas desta pesquisa inspiram-se em dois trabalhos sociológicos igualmente importantes. Em primeiro lugar, as perspectivas exploradas por Bourdieu e sua equipe, as quais geraram o livro *A Miséria do Mundo* (BOURDIEU, 2008). Deste, em particular, retemos o desejo de recuperar através das experiências concretas e dos depoimentos de sujeitos sociais submetidos a diversas formas de exclusão, as particularidades de uma posição no mundo social e de um ponto de vista sobre a mesma. Em segundo lugar, as proposições fundamentais de análise encontradas em Serge Paugam (2002, 2016), que sugere que a análise sociológica não estaria completa se permanecesse apenas na fase do debate social, dos métodos aplicados para efetivação de uma política social e da cadeia de atores que intermediam a relação do Estado com comunidades.

Em *La société française et ses pauvres: L'expérience du revenu minimum d'insertion* de Paugam (2002), encontra-se o principal modelo de estruturação desta pesquisa em seus

diferentes níveis de análise, como ficará mais claro adiante. Com este trabalho, aprendemos que a construção de uma postura sociológica sobre os modos de regulação estatal das vidas de populações mais pobres, exige combinar não apenas as abordagens quantitativas regularmente empregadas em estudos sobre avaliação de políticas públicas - os quais ameaçam fazer da pesquisa sociológica um empreendimento mais administrativo e gerencial – como “deve também considerar os efeitos diretos ou indiretos que essa ação política pode ter sobre as pessoas a quem se destina” (2002, p. 19). O que essas políticas realmente trazem para as famílias que se beneficiam delas?

O laboratório de observação dessa questão é delimitado pelo recorte temporal 2021-2022 e pelo universo de beneficiários que possuíam alunos matriculados na escola em que leciono a disciplina de Sociologia, o Centro de Ensino Deborah Correia Lima, localizado na Travessa Alexandre Mendes, nº 03 no centro de São Bernardo- MA³, região leste maranhense. Segundo uma das gestoras da instituição, em 2019 essa escola atendia 956 alunos; destes, 747 eram beneficiários do programa, inúmeros deles camponeses, moradores de povoados, isto é, alunos situados nos arredores do município de São Bernardo - MA.

Segundo Silva (2008), o Bolsa Família iniciou beneficiando 3,6 milhões de famílias em 2003, conforme o Ministério da Cidadania (MC), e em 2019 já beneficiava mais de 13.716.766 (treze milhões setecentos e dezesseis mil e setecentos e sessenta e seis) famílias em todo território nacional. Ainda no mesmo ano, no Maranhão, 962.041 (novecentos e sessenta e dois mil e quarenta e uma) famílias eram beneficiadas, constando um quantitativo de 5.259 (cinco mil duzentas e cinquenta e nove) famílias atendidas no município de São Bernardo – MA. Portanto, no referido ano, dos 956 alunos matriculados na escola alvo da presente pesquisa, 747 eram beneficiários do programa.

Nesse contexto, o principal questionamento que direcionou e subsidiou esta pesquisa foi: Quais os impactos e os significados do Bolsa Família e Auxílio Brasil na vida de familiares e/de alunos do Centro de Ensino Deborah Correia Lima atendidos pelo programa? Quais as percepções desses sujeitos a respeito dos programas em pauta?

³ Mantida pelo Estado do Maranhão através da Secretaria Estadual de Educação do Maranhão - SEDUC E - Gerência Regional do Baixo Parnaíba, microrregião de Chapadinha-MA. Além da sede, a escola ainda tem dois anexos que funcionam no período noturno, situados nos povoados do município: Coqueiro e Mamorana.

I - Pais na escola e a renovação do cadastro único: o reencontro com a pesquisa

A relevância da presente pesquisa consiste em refletir sobre os maiores programas de distribuição de renda do país, ouvindo as vozes dos próprios beneficiários, em um quadro no qual ainda proliferam representações e estereótipos negativos a respeito dessas políticas e dos seus destinatários. Porém, mais do que assumir uma postura crítica ou de defesa desses programas, cujas classificações tendem a ser variáveis conforme os diferentes estratos sociais, o que está em pauta aqui são as vantagens analíticas da modificação da escala e ângulo de observação. Trata-se de ouvir os próprios sujeitos concernidos no projeto, para tentar compreender o significado e impacto de uma política pública na vida de adolescentes e familiares camponeses.

Em grande medida, o início do interesse por analisar o impacto do Bolsa Família na vida econômica e social das famílias beneficiárias, deriva do fato de que meu círculo de convívio é constituído basicamente por sujeitos atingidos por esse e outros programas sociais. Em meu trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia (LCH/UFMA), embora analisando outro objeto, tive a oportunidade de recuperar parte dos efeitos das políticas públicas sobre as representações da velhice na comunidade em que cresci, o que resultou na defesa da monografia intitulada “*O IDOSO COMO PROVEDOR FAMILIAR: itinerários de velhos em arranjos familiares contemporâneos*” (SOUZA, 2014).

De maneira geral, além de discutir sobre o papel social do idoso junto a um segmento específico da população, representado por famílias pobres localizadas no espaço rural maranhense, levantamos⁴ também a questão da solidariedade intrafamiliar, das formas de cuidado, da relação entre as gerações e a gestão das condições de vida. E percebemos que talvez um dos aspectos fundamentais dessa discussão seja também o do lugar que o dinheiro e os rendimentos regulares assumem no processo de dignificação desses indivíduos como sentimento moral, em sua libertação da ditadura da miséria e, finalmente, em um incipiente processo de autonomização política que não deixa de apresentar ambiguidades, como se pode ver na discussão sobre os efeitos do Bolsa Família (REGO; PINZANI, 2014) e nas modificações políticas sobre a estrutura de classes no Brasil (SINGER, 2012).

⁴ O uso da primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural estão sendo utilizadas em vários momentos, por acreditarmos que o trabalho científico é sempre coletivo e colaborativo. O que em nossa concepção, não descarta a devida observância à normativa brasileira de Língua Portuguesa.

Diante de tal inquietação, ao fazer a Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFMA-, tive a oportunidade de iniciar tal discussão, pois a primeira atividade prática do curso proporcionou uma profunda reflexão sobre a realidade social e objetiva dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Na atividade cada cursista ficou responsável por construir um roteiro investigativo para realizar uma entrevista com uma família atendida pela referida política pública, que tivesse por acréscimo filhos inseridos no sistema educacional, do que resultou na construção do meu artigo de conclusão do curso, ainda não publicado, intitulado de “*Políticas de enfrentamento da pobreza e educação: um estudo de caso sobre o impacto do Bolsa Família na expectativa de famílias beneficiárias*” (SOUZA, 2014). O artigo é apenas um “germe” acerca da problemática, pois analisamos tanto a importância do programa, como a presença do mesmo em famílias cujos filhos são desistentes do ambiente escolar.

Tendo esse ponto de partida, ao tornar-me professora do Ensino Médio em 2016, percebi como a dinâmica escolar era alterada pela presença de beneficiários, ainda mais na última escola que estou lecionando, cuja estrutura favorece esse contato com os pais a procura de algum documento escolar. Como a sala dos professores antecede a sala da direção escolar, era nítida a presença de pais na escola a procura do comprovante de matrícula para o cadastramento do Bolsa Família, assim como a presença da cópia do cartão do Bolsa Família no dossiê dos alunos.

Essa experiência foi aguçando ainda mais minha curiosidade. O que esses pais e alunos pensam acerca do programa? Quais os significados eles atrelam a esse benefício? Quais os efeitos percebidos pelos mesmos sobre suas vidas e suas configurações familiares? Eis os questionamentos que despertaram em mim a intenção de investigar sobre a temática em uma perspectiva sociológica. Como já ressaltado, essa intuição não deixava de ter relação com o próprio processo cumulativo de reflexões construídas ao longo de minha formação e tinham na especialização, recém-concluída, um primeiro esboço de análise.

Com um projeto que aproveitava as vantagens cumulativas de análises anteriores, considerei que era chegada a hora de aprofundá-lo. Decidi, então, participar da seleção do mestrado de Sociologia no Campus de Imperatriz, da Universidade Federal do Maranhão, no final do ano de 2020, pois na situação em que nos encontrávamos, ocasionada pela Pandemia - SARS COVID-19, as possibilidades do Mestrado funcionar de forma remota, sem a necessidade de eu sair de casa para cursá-lo, e consequentemente conciliar com a minha vida de docente de uma escola pública, tornava-se uma oportunidade singular. Por outro lado, não imaginava que a política pública supracitada seria substituída ainda no processo da minha

investigação e que consequentemente eu teria que analisar ambas as políticas e averiguar as semelhanças e diferenças.

Esse reencontro com a pesquisa e a escolha por esta temática, partem de uma busca por uma maior compreensão sobre os significados e implicações de políticas sociais sobre a vida de alunos e famílias empobrecidas e camponesas, especialmente daquelas que moram em povoados do município de São Bernardo, situado no Baixo Parnaíba Maranhense. Trata-se de povoados de ocupação antiga no Maranhão, constituídos principalmente por descendentes indígenas, afrodescendentes e de migrantes cearenses, que fugiam da seca avassaladora, procurando as terras “livres e sem donos” para estabelecerem uma nova vida (SOUZA, 2018; ASSUNÇÃO, 2008).

As bases da reprodução familiar dos povoados repousam basicamente sobre atividades nas roças, práticas extrativas do coco, do buriti, da pesca, vaqueiraria e construção civil. Sendo o último, sobretudo no caso dos homens, uma atividade complementar a economia nativa. As mulheres, comumente combinam as funções domésticas com agricultura, quebras de coco, raspagem de mandioca e buriti, entre outras funções que podem se apresentar ocasionalmente.

Maria Ozanira da Silva e Silva e Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, em 2014, asseveraram que pela abrangência geográfica, expressão numérica de famílias beneficiadas e total de recursos utilizados, poderíamos afirmar que o Bolsa Família é um dos maiores programas sociais criados e mantidos no Brasil. Pois mesmo com a implementação e abrangência do Auxílio emergencial, no ano de 2020, é possível afirmar a veracidade de tal argumento, visto que o auxílio foi um suporte financeiro com prazo de validade, findando ainda no mês de outubro do ano de 2021, quando o Auxílio Brasil estava em fase de implementação e ajustes no recorte em pauta.

Seguindo esse cenário, é de fundamental importância ouvir as vozes tanto dos beneficiários adolescentes, como seus familiares sobre suas percepções e significados acerca do programa em suas vidas, possibilitando uma análise geracional sobre um programa que tem se mostrado alvo de campanhas e projetos políticos. Nesse sentido, servirá no campo científico como um referencial bibliográfico na temática, pois ainda são escassas pesquisas que analisam o Bolsa Família pela perspectiva tanto dos adolescentes, quanto de seus familiares, comparando os diferentes olhares geracionais sobre um mesmo programa.

E ainda, diante de um programa que sofreu adaptações em suas dimensões nominais e reais, em períodos pandêmicos, sobretudo no governo de Bolsonaro (2020 – 2022), voltando a ser chamado mais recentemente, inclusive, de Bolsa Família, acreditamos que o presente trabalho servirá como um referencial para compreender o impacto das modificações ocorridas

até meados de 2022 na vida desses sujeitos alvos dessas políticas de transferência de renda. Acreditamos que o trabalho servirá também como um incentivo para os alunos e familiares refletirem mais criticamente sobre um programa que trouxe modificações para inúmeras vidas brasileiras, assim como para desmistificar os olhares de outros sujeitos acerca dos programas de Transferência de Renda, além de servir como um subsídio teórico para modificar ou criar outras políticas públicas.

Nessa perspectiva, este estudo se conecta a linha de pesquisa “Instituições, construção e reprodução social das diferenças: educação, poder, sociabilidades, ações coletivas e representações sociais,” visto que objetiva problematizar as experiências e representações de uma ação governamental a partir das vozes e necessidades de indivíduos socialmente desfavorecidos.

II - Da escolha dos entrevistados à análise dos dados: o percurso metodológico

Considerando o recorte da problemática esboçada, o foco do presente estudo recaiu especialmente sobre as famílias da zona rural beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, que possuem alunos matriculados no Centro de Ensino Deborah Correia Lima, escola localizada no município de São Bernardo, leste maranhense.

Além da necessária revisão bibliográfica, a perspectiva metodológica desse trabalho e sua operacionalização, baseiam-se em três momentos interconectados e complementares da análise: no primeiro, examinamos a própria construção dessa política pública no Brasil, seus modos de estruturação e os dados quantitativos produzidos a respeito do perfil das famílias beneficiárias (PINTO, 2010; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA 2015, SANTOS, 2020). Para complementar essas informações, recorreremos ainda a dados recolhidos junto a Agentes de Saúde, Assistentes Sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais exercem papel importante na cadeia de atores que intermediam a execução dessas políticas em nível local, com o que seguimos as pistas trilhadas por Paugam (2002) em seu estudo. Porém, muito embora esses instrumentos tendam a apresentar um perfil populacional bastante homogêneo, consideramos útil recuperar algumas particularidades da história familiar dos beneficiários, sua escolaridade, condições de vida, experiências sociais e formas de vínculo social.

Por fim, e não menos importante, para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, com o intuito de ouvir as palavras daqueles que, por definição, tem suas palavras negligenciadas (BEAUD, WEBER, 2007). Tratando-se de uma pesquisa participante, de análise

qualitativa (BECKER, 1993), realizamos entrevistas com cinco alunos do Centro de Ensino Deborah Correia Lima, que cursavam o 3º ano do Ensino Médio em 2022; e suas respectivas famílias⁵, todas elas moradoras de comunidades rurais do município. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas aprofundadas com tópicos previamente estabelecidos, utilizando como ambiente de entrevistas as casas dos interlocutores, com o intuito de facilitar o contato tanto com os familiares quanto com o cotidiano dos investigados (HAGUETE, 1987). A este respeito, há no apêndice os roteiros de entrevista empregados.

É válido ressaltar que além do diário de campo, com anotações datadas e localizadas acerca do andamento da pesquisa (BEAUD; WEBER, 2007), todas as entrevistas foram gravadas no celular. Quanto a manipulação dos dados, respeitou-se a íntegra da fala dos entrevistados. Portanto, essa interlocução com os educandos beneficiários e suas famílias permitiram, por um lado, a análise das experiências e representações formuladas pelos sujeitos de pesquisa, e, por outro, a construção dos impactos dos programas no perfil social dos agentes em pauta.

A hipótese principal, claramente inspirada nas pesquisas de Serge Paugam (2002), bem como nas pesquisas antropológicas supramencionadas, é de que o modo como cada um dos agrupamentos familiares avalia os significados desses programas, depende tanto de condicionantes estruturais associados ao mercado de trabalho e a precarização das condições laborais no Brasil (de onde a caracterização do município e das comunidades rurais retira todo o seu sentido), quanto das particularidades associadas às condições de vida e intensidade de laços com os diferentes grupos sociais: pertencimentos sociais, relação com a família, com instituições, bem como os projetos e expectativas de vida que os mesmos têm. Quer dizer, o desenho dos instrumentos de pesquisa apresentados no apêndice, não deriva somente dos condicionantes para inserção no campo, ligados à própria vida da autora, como também carregam consigo a perspectiva de colocar em relação diferentes esferas e trajetórias de vida para recobrar a complexidade dos seus pontos de vista. A estes objetivos prioritários devem estar associados, ainda, os riscos e vantagens da opção pela ampliação considerável do universo empírico.

III - As revisões bibliográficas e as divisões dos capítulos

⁵ Levando em consideração as medidas sanitárias relativas ao enfrentamento do COVID-19 as etapas da pesquisa de campo prezaram pelos cuidados recomendados pelos órgãos de saúde federais, estaduais e municipais em seu desenvolvimento.

As revisões bibliográficas são partes fundamentais do trabalho, e foram constituídas ao longo da pesquisa, desde a formulação do projeto, as aulas assistidas e ministradas no PPGS, que proporcionavam o fortalecimento e o crescimento na temática supracitada. As participações nas aulas das disciplinas obrigatórias como Teoria Sociológica I e II, por exemplo, foram fundamentais para o alargamento do conhecimento acerca das percepções clássicas e contemporâneas sobre Estado que será discutido no primeiro capítulo da presente dissertação. Ressalta-se, ainda, a participação na disciplina optativa *Pensamento Social Brasileiro* e consequentemente a participação no estágio que também consistia na temática dessa última disciplina mencionada, cujo próprio título sugere, problematizava o pensamento acerca da nossa própria sociedade e de seus próprios emblemas e questões sociais. Outrossim, a participação nas disciplinas obrigatórias de Metodologia de Investigação Social e Seminário de Dissertação proporcionada também pelo PPGS se revelavam fundamentais para refletir e realizar a pesquisa de campo através das revisões bibliográficas que concernem a prática metodológica em Sociologia.

Em paralelo a todo esse arcabouço teórico foi realizado um extenso levantamento bibliográfico (mediante a revisão de teses, dissertações, livros, artigos e relatórios institucionais), pesquisa em fontes midiáticas (jornais, blogs e sites eletrônicos) sobre as experiências, perspectivas e características de programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, voltados para o enfrentamento dos patamares da pobreza no Brasil, Maranhão e Baixo Parnaíba Maranhense. Nessa mesma perspectiva também foi levantado um acervo bibliográfico sobre o Auxílio Brasil, que por se encontrar em fase de implementação e ajustes, o foco recaiu especificamente nos decretos e nos sites eletrônicos do governo, assim como em sua aparição constante nos noticiários em decorrência das adequações que estavam sendo feitas. Portanto, essa etapa da pesquisa permitiu explorar como têm sido imaginadas as cartografias das famílias e os laços de solidariedade que se desenvolvem contemporaneamente no país, afinal, um dos meios de avaliar a minha contribuição na pesquisa é conhecer os resultados de pesquisas anteriores (BEAUD, WEBER 2007).

Ante o exposto, a presente dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro, tentamos apresentar as principais perspectivas teóricas exploradas para a construção de nossa própria perspectiva de análise. Neste, além de referências fundamentais para a estruturação da pesquisa, examinamos ainda parte de um debate mais amplo no Brasil a respeito do processo de precarização das relações de trabalho e sobre o papel do Estado nessa dinâmica.

O segundo capítulo examina, por seu turno, a construção dessa política no Brasil, através do Programa Bolsa família, e suas recentes modificações com a criação do Programa Auxílio

Brasil, ocorrido paralelamente ao início desta investigação. O terceiro capítulo examina os perfis dos beneficiários no Brasil e em São Bernardo- MA, auxiliando na compreensão dos quadros estatísticos e configuracionais do espaço de análise selecionado.

Além destes, apresentamos ainda uma caracterização breve da unidade escolar e dos povoados, por meio das quais foram selecionados os estudantes e famílias que entrevistamos. Por fim, voltamo-nos às formas de apropriação e aos significados expressos por esses beneficiários a respeito dos programas sociais em pauta, buscando correlacionar suas percepções às particularidades de suas trajetórias e à intensidade e variedade dos seus vínculos sociais, bem como suas expectativas e projetos de vida.

1. O ESTADO, A QUESTÃO SOCIAL E A POBREZA NA SOCIOLOGIA: Construindo as bases conceituais da pesquisa

Os programas de transferência de renda são direitos nossos, porque a gente vota neles, eles tão lá, ganham bem, tem ao menos que ajudar aqueles que não tem, ajudar os necessitados (Fala de uma das entrevistadas, 2022).

Este capítulo resulta, por seu turno, de uma tentativa de construção das bases analíticas da pesquisa, a partir de uma perspectiva sociológica, articulando, principalmente, três elementos que nos pareceram essenciais para a presente pesquisa: *Estado*; *Questão Social* e *Pobreza*. Ninguém há de duvidar, por certo, que ao concebermos a questão em pauta, qual seja, a da forma como esses programas sociais são apreendidos pelos seus beneficiários, devemos nos indagar sobre o papel do próprio Estado diante da desigualdade social e das próprias definições do que seja a pobreza.

Assim, sem que tenhamos a intenção de esboçar um panorama inalcançável, pareceu-nos igualmente útil dividir essa exploração entre autores clássicos e contemporâneos. Destarte, após passarmos em revista as proposições de Karl Marx (2011; 2012; 2013); Emile Durkheim (2002); Friedman (2016); Saccol (2012); Max Weber (2014; 2016) e Friedman (2016), agrupando o primeiro eixo de análise, estabelecemos conexões com os estudos contemporâneos de Bourdieu (1998), Robert Castel (1998) e Paugam (2003) e, por fim, tentamos recuperar dimensões de um debate mais recente sobre as transformações do Estado e a precarização das relações laborais no Brasil contemporâneo. Trata-se de apresentar parte da arquitetura que foi construída paralelamente ao próprio processo de pesquisa.

1.1 O ESTADO SOCIAL NOS CLÁSSICOS: Elementos de análise

1.1.1 Karl Marx e o Estado Social

Karl Marx é um autor odiado por alguns e amado por outros, lê-lo é uma experiência instigadora e desafiante, é um clássico indispensável da Sociologia. Suas obras tiveram consequências profundas no campo filosófico, econômico, político e social, por isso o pensamento do mesmo emergirá tanto quando estivermos falando da perspectiva durkheimiana e weberiana acerca do socialismo, quanto quando formos ao encontro das discussões dos autores contemporâneos brasileiros.

Marx tinha concepções bastante críticas e inquietantes acerca das ideias que rondavam e do contexto social que compreendia a Alemanha e os países europeus no século XIX. Deteremos-nos em três obras do autor para explicar, ressaltar e analisar os seus conceitos: *Glosas Críticas Marginais ao Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. De um prussiano, escrito por Marx em 1844 e divulgado no mesmo ano pelo jornal Vorwarts; *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1864 e *O capital* que começa a ser publicado em 1867.

Em *Glosas Críticas Marginais ao Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social*. De um prussiano, já é perceptível o pensamento crítico de Marx acerca do pauperismo e da ineficácia do Estado em contê-la. O próprio título do artigo indica ser uma cláusula em resposta ao artigo do prussiano Arnold Ruge, que escreve culpabilizando o não desenvolvimento político da Alemanha pela condição deplorável da pobreza e da miséria, não obstante, evidencia que esse desconhecimento político delega a responsabilidade da cura pelos males sociais aos corações cristãos, ao invés do Estado e autoridades. Em objeção, Marx apresenta em seu artigo os casos da Inglaterra e da França, países considerados símbolos do desenvolvimento político, que paradoxalmente continham grandes incidências de desigualdades sociais e miserabilidade. De acordo com Marx, na Inglaterra, por exemplo, havia o reconhecimento da responsabilidade política em relação a miséria, apesar de os agentes políticos, especialmente aqueles pertencentes aos dois principais partidos ingleses, se eximirem de resolvê-la, sobretudo direcionando a outrem, seu solucionamento.

Para Marx (2011), esse pauperismo não era uma epidemia nacional restrita à Inglaterra e muito menos, presente somente na Alemanha, mas uma miséria universal, ousamos dizer, uma pandemia que Estados políticos ou não, insistiam em não resolver. Ao escrever o Manifesto Comunista, juntamente com o seu amigo e colaborador, o filósofo Frederick Engels, Marx enfatiza que o Estado Moderno não atende às necessidades da coletividade e muito menos é uma instituição a serviço do povo, mas apenas uma entidade orientada por uma classe específica, dominante; a burguesia. Ora, conforme a tese marxista, a superação de tal Estado estaria nas mãos da classe antagônica à burguesia, nas mãos do proletariado.

Eis a importância dos comunistas para Marx (2012, p.60), para “a constituição do proletariado como classe, a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado”. O Estado Social em Marx, é uma dominação política do proletariado que arranca da burguesia todo o capital e centraliza todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado. As medidas desse modelo estatal são enumeradas por Marx, que ressalta haver diferenciações na aplicação dela, conforme o desenvolvimento de cada país.

Nas palavras de Marx (2012, p.68):

Para os países mais desenvolvidos, no entanto, aplicar-se-ão de forma geral as que seguem:

1- Expropriação da propriedade fundiária e utilização das rendas da terra nas despesas do Estado. 2- Forte imposto progressivo. 3-Supressão do direito da herança. 4- Confisco de propriedade de todos os emigrantes e rebeldes. 5-Centralização do crédito nas mãos do Estado mediante um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo. 6- Centralização dos transportes nas mãos do Estado. 7- Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção; expansão e melhoria das terras para o cultivo segundo o plano comunitário. 8- Obrigatoriedade do trabalho para todos, criação de exércitos industriais, sobretudo para a agricultura. 9-União das atividades agrícolas e industriais, empenho na eliminação gradativa da diferença entre cidade e campo. 10- Educação pública e gratuita para todas as crianças. Eliminação do trabalho infantil nas fábricas em sua forma atual. Associação da educação com a produção material, etc.

O trecho acima denota o que Marx acreditava ser um “verdadeiro socialismo” ou socialismo revolucionário, contrapondo o que ele achava acerca do socialismo feudal, que para ele, dava esmolas ao proletariado como barganha, com o intuito de reunir o povo atrás de si. Semelhantemente a este, Marx (2012) fala do socialismo pequeno-burguês que ansiava apenas pelo retorno das velhas relações de produção e sociedade, que defendia uma mudança das condições materiais de vida, porém sem abolição da propriedade privada da burguesia. Portanto, ainda sobre a ótica marxista, ambos os modelos socialistas mencionados eram sujos, reacionários e utópicos.

Para Marx (2013) o “verdadeiro socialismo” resolveria o problema da fome, da pobreza, não da indolência, mas da pobreza dos trabalhadores. Em seu livro, O Capital, Marx discorre sobre as consequências perversas da acumulação do capital nas mãos de poucos, o que submetia a classe trabalhadora à percepção de salários ínfimos, levando-os a uma vida miserável, de subnutrição e penúria. Conforme Marx (2013), nesse pauperismo oficial, boa parte dos trabalhadores foram destituídos de condições efetivas de existência, pois as circunstâncias de alimentação e moradia eram as mais aterradoras possíveis.

Desse modo, o Estado Social para Marx não podia ser um Estado representativo cujos ideais de liberdade e igualdade são burgueses, liberais, que na perspectiva marxista remediavam os males sociais apenas para controlar um levante proletariado. Nos termos de Marx, tratar-se-ia de um Estado essencialmente “para garantir a sobrevivência da sociedade burguesa” (MARX, 2012 p.77). Portanto, em sua visão, o socialismo deveria advir dos despossuídos dos meios de produção, de um movimento político próprio do proletariado. De uma atuação social, cujos benefícios do capitalismo sejam distribuídos e desfrutados por todos, e não para uma classe específica (BERMAN, 2012).

1.1.2 Durkheim e a justiça social

Considerado o Pai da escola sociológica francesa, Durkheim cunhou alguns conceitos essenciais para compreendermos e delimitarmos o campo sociológico. Com o clássico apreendemos que toda maneira de pensar, agir e sentir, que exerce uma força sobre as ações dos indivíduos, não é um episódio qualquer, é um fato social. Para ele, qualquer sociedade desregrada, composta por indivíduos que estão tendo dificuldades de obedecer e compreender as regras sociais é uma sociedade em estado de anomia. Sobre isso, apesar de o mesmo reconhecer o papel do estado enquanto regulador da vida social, Giddens (1998, p. 103) ressalta que “[...] a teoria de Durkheim sobre a política e o Estado é indubitavelmente a mais negligenciada das suas contribuições para a teoria social.”

Segundo Friedman (2016), os escritos iniciais de Durkheim não tinham um interesse central no campo político. No entanto, conforme Oliveira (2010), tanto Lacroix (1984), Giddens (1981; 1998) e mesmo o cientista político brasileiro, Oliveiros Ferreira (2002), são contrários a essa ideia. Pois todos afirmam que desde os escritos iniciais do autor, é possível averiguar os fenômenos políticos na obra durkheimiana. Sobre isso, para Ferreira (Apud OLIVEIRA, 2010 p. 04), o Estado em Durkheim é "um grupo social diferenciado e autônomo em relação à sociedade e [...] essa autonomia tem também origem na divisão do trabalho”.

Nessa direção, vemos na obra “Lições de Sociologia” publicada pela Faculdade de Direito da Universidade de Istambul, Durkheim didaticamente conceituando o que seria para ele, um Estado ou melhor, uma sociedade política:

Uma sociedade formada pela reunião de um número mais ou menos considerável de grupos sociais secundários, submetidos a uma mesma autoridade, que por sua vez não depende de nenhuma autoridade superior regularmente constituída (DURKHEIM, 2002, p.63).

Vale ressaltar que esse texto durkheimiano só foi divulgado postumamente, devido o interesse de Hüseyin Nail Kubali, que em 1934 decide pesquisar em sua tese de doutorado “A ideia de Estado nos precursores da Escola Sociológica Francesa”, tendo como um de seus objetivos analisar a problemática do Estado para o pensamento Durkheimiano. Segundo Kubali (1934 apud SACCOL, 2012) como Durkheim não havia problematizado o Estado como um estudo específico em suas obras já publicadas, talvez existisse uma explicação adequada nos textos não publicados. Nesse sentido, Saccol (2012) afirma que Kubali decide procurar o sobrinho de Durkheim, o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss, para constatar se não existia outro tipo de documento que pudesse ressaltar o pensamento de Durkheim acerca de sua

sociologia política. Consequentemente, Mauss decide disponibilizar os manuscritos inéditos durkheimianos, que com a permissão de Jacques Halpen, filha de Durkheim, Kubali publica o conjunto desses manuscritos intitulados de "Lições de Sociologia"(SACCOL, 2012).

Em Lições de Sociologia vemos Durkheim problematizando o conceito de Estado, relacionando-o aos funcionários estatais de autoridade soberana enquanto chama de sociedade política o povo governado. Nas palavras de Durkheim (2002):

Como é necessário haver uma palavra para designar o grupo especial de funcionários encarregados de representar essa autoridade, conviremos em reservar para esse uso a palavra Estado. Sem dúvida é muito frequente chamar-se de Estado não o órgão governamental, mas a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos, e nós mesmo empregamos a palavra nesse sentido. Assim, fala-se em Estados europeus, diz-se que a França é um Estado. Porém, como é bom que haja termos especiais para realidades tão diferentes quanto a sociedade e um de seus órgãos, chamaremos mais especialmente de Estado os agentes da autoridade soberana, e de sociedade política o grupo complexo de que o Estado é o órgão eminente (Idem, 2002 p.67).

Nesse sentido, para Durkheim os deveres da moral cívica devem ser recíprocos entre o Estado e indivíduo, isto é, o que o Estado tem para os cidadãos e o que os cidadãos têm para o Estado. Ainda, segundo Durkheim (2002), para compreender quais são esses deveres é necessário averiguar a natureza e a função do Estado, pois eles não são os mesmos numa sociedade aristocrática, monárquica e democrática. Em resumo, o Estado é o responsável em deliberar um conjunto de circunstâncias que necessitam de resolução, “encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade” (DURKHEIM, 2002 p.71). No entanto, Durkheim chama atenção para a questão do executar, do realizar, do agir estatal, pois para ele, o Estado não executa nada, apenas representa, delibera, embora esteja mais próximo dos órgãos que executam esses atos deliberativos, pois a função estatal é organizar as ideias, sentimentos, depreender resoluções, transmitir essas resoluções a outros órgãos que as executam.

Em relação ao Estado Social, Stephen Lukes (1985 Apud FRIDMAN, 2016) adverte que o socialismo de Durkheim era idealista e apolítico. Friedman (2016, p.12) ainda ressalta que Durkheim “não se vinculou ao movimento socialista na França, mas rejeitava a violência de correntes obreiristas e se opunha fortemente à guerra entre classes ou nações”. No entanto, Durkheim tinha a noção de que o socialismo era um sintoma de uma sociedade em estado de anomia, não era um sentimento novo, mas reflexo de uma sociedade indignada com as injustiças sociais.

Assim como a obra “Lições de Sociologia” há também uma outra obra “O socialismo” que são manuscritos de uma coletânea de aulas ministradas por Durkheim sobre o Socialismo

na Faculdade de Letras de Bordeaux, entre novembro de 1895 e maio de 1896, que foram divulgadas postumamente.

Segundo Durkheim (1895 apud Friedman, 2016 p.13) as obras de Platão, Campanella, Thomas Morus, Saint-Simon, Karl Marx representam mais a personalidade de cada um deles do que um estado geral e constante da sociedade. Nesse sentido, Durkheim faz uma distinção entre a ideia do comunismo e do socialismo.

A ideia de comunismo era um sonho individual de traço moral e atemporal, enquanto a ideia do socialismo corresponderia à pretensão de reorganização econômica perante as práticas e instituições existentes. Assim apreciados, o comunismo era “interior” às consequências individuais, enquanto o socialismo derivava da vida coletiva (DURKHEIM, 1895 apud FRIEDMAN, 2016 p.13).

Diferentemente de Karl Marx, para Durkheim, a solução para uma sociedade que agoniza, que presencia um estado de anomia, que vivencia um conflito de classe, não está apenas numa transformação das relações econômicas, mas numa transformação de cunho moral, pois “somente com o controle moral e político da sociedade a economia estaria apta a mitigar as anomias provenientes da divisão social do trabalho e a regeneração dos laços danificados na sociedade moderna” (FRIEDMAN, 2016 p.15). Nesse sentido, a Justiça Social estaria nas mãos do Estado, para frear os impulsos egoístas e tiranos dos indivíduos através de uma moralidade mais alta, dos valores que evocassem uma consciência coletiva de compaixão pelo outro e pelo sofrimento humano.

Por isso, na concepção de Durkheim (1895 apud Friedman, 2016 p. 17) “O Estado exerceria o papel de instrumento de controle dos excessos da classe dos capitalistas”. Através dos órgãos intermediários do Estados, que seriam as corporações, os apetites egoístas seriam moldados por uma moralidade comum aliada a intervenção consciente na economia. O colocar se no lugar do outro, essa inclinação instintiva negligenciada pela inclinação egoísta, deveria ser ressaltada, enfatizada e incentivada pelo Estado. Portanto, para Durkheim (1895 apud FRIEDMAN, 2016) a condição fundamental para a realização do socialismo e consequentemente, a diminuição das desigualdades sociais estava na moralidade, na integração de patrões e empregados ao cérebro social alinhada às peculiaridades de cada país.

1.1.3 Weber e o exemplo desanimador de Socialismo

Em princípio, é muito mais conhecida a ideia do sociólogo alemão Max Weber sobre o Estado, do que do sociólogo francês Emile Durkheim. Parafraseando Weber (2004, p.12), “a sociologia constrói - o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio - conceitos de tipos e

procura regras gerais de acontecimentos”, estando também incluso em tal construção teórica o que o autor compreende por estado. Portanto, nesse tópico tentaremos analisar a complexidade do conceito sob a ótica weberiana.

Do ponto de vista sociológico, no livro “Economia e sociedade”, especificamente no capítulo intitulado de “O Estado racional como grupo de dominação institucional como o monopólio da violência legítima”, Max Weber (2004) denomina o Estado enquanto uma associação política, cujo meio físico é a coação. Assim, nas palavras weberianas:

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território-este, o “território”, faz parte da qualidade característica-, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer coação (WEBER, 2004 p.526)

Nesse sentido, o Estado é o detentor da violência legítima, respaldado nas leis institucionais, tendo o intuito de controlar as ações dos indivíduos que o integram. Ainda sob essa perspectiva weberiana, o “Estado é uma relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 2004 p.527). Para a manutenção dessa dominação, é necessário que os indivíduos dominados se submetam a autoridade por diferentes fundamentos: seja pelo costume sagrado, por um hábito arraigado (dominação tradicional), seja pelo dom de graça pessoal do dominador em convencer os dominados (dominação carismática), seja pela crença na validade do estatuto porque foram racionalmente criadas (dominação racional-legal) (WEBER, 2004).

Mas interessa perguntar, qual o pensamento de Weber sobre o Estado Social? Qual a compreensão do teórico acerca de um Estado que domina outros por intermédio de uma “assistência social”? O que pensava Weber acerca do socialismo?

Segundo Friedman (2016), Weber não se identificava com as correntes políticas marxistas da Alemanha, no entanto, isso não significa que ele era contrário ao socialismo. Apenas tecia inúmeras críticas sobre os equívocos de pensar numa evolução das “leis naturais” que teria como resultado final o colapso do capitalismo e a revolução do proletariado. Pois Weber acreditava que a burocracia reinaria sozinha mesmo com a eliminação do capitalismo privado (SELL, 2019). Tais assertivas aparecem nos manuscritos de uma Conferência sobre o socialismo dada aos 300 oficiais do Real Exército Imperial Austríaco, em 1918.

Na conferência sobre o socialismo, Weber admite que o Manifesto Comunista é um documento profético porque prediz a eliminação da dominação do homem pelo homem após o colapso da organização capitalista e a ditadura do proletariado. Mas, como será essa associação

de indivíduos? Segundo Weber, eis uma resposta negligenciada, seja pelo manifesto comunista, seja pelos programas de todos os partidos socialistas.

Nas palavras de Friedman (2016, p.25):

Atento as formas de poder e, no caso, às alternativas à dominação capitalista, Weber insere nas projeções da institucionalidade socialista seu diagnóstico da burocratização crescente estendida a todas as esferas da vida. Conclui que o papel regulador do Estado sobre todas as atividades sociais careceria de formas de assédio da sociedade sobre a camada burocrática. O destino, portanto, seria uma ditadura dos burocratas ao invés da ditadura do proletariado e, nesse aspecto, a história do socialismo do século XX lhe deu razão.

Max Weber (2016) chama a atenção para as ameaças da democracia na implementação do socialismo soviético, nesse sentido, caracteriza a revolução bolchevique, na Rússia, como uma ditadura militar da esquerda, classificando seus agentes como sujeitos amantes da guerra, que optavam pela mesma, sucedida por uma revolução, em detrimento da paz imediata. Portanto, promulgando o fracasso da Revolução Russa, Weber (2016) afirma a impossibilidade do Estado socialista em conservar-se por muito tempo, pois em sua visão, se tratava de uma economia planificada, onde os bolcheviques mantinham os empresários com salários altíssimos na direção da empresa estatal, visto que somente esses empresários tinham os conhecimentos técnicos necessários para acessarem tais espaços sociais. Weber também notou que no Estado socialista soviético, os mesmos indivíduos que eram privilegiados e pertencentes à classe dominante continuavam a ser os mesmos sujeitos com percepção de salários mais elevados e com status social de maior prestígio.

Nessa linha, Weber (2016) considerava que esse modelo estatal de economia planificada só havia sobrevivido até aquele dado momento, por ser essencialmente ditatorial e legitimar práticas de perseguição e fuzilamento a indivíduos divergentes. Tratava-se de, na linguagem weberiana, penalizar qualquer sujeito que fosse contrário a “ditadura do proletariado”. Por isso, conforme Weber (2016), a visão dos burgueses acerca do modelo estatal de economia implementado, poderia ser compreendida como um fracasso, configurando-se na realidade, como um exemplo concreto e desanimador do socialismo.

Percebe-se, através dos três clássicos supracitados, os quanto todos tinham esta consciência de uma transformação social oriunda de um modelo estatal. Se para Marx a solução estaria numa revolução do proletariado, isto é, na classe dos trabalhadores, por outro lado, para Durkheim, a saída estaria na transformação da moralidade humana, orientada por um Estado de concepções fraternais e altruístas. E, por fim, para Weber, se a solução estava no tipo de Estado

a ser implementado, naquele tipo reconhecido socialmente, com predicativos de justiça social, este deveria ser lido criticamente, especialmente em face de seus efeitos reais sobre a vida dos indivíduos. Portanto, até aqui, percebemos o quão os clássicos ainda “falam” e são indispensáveis para a reflexão e compreensão das questões e realidades sociais do nosso presente.

1.2 O ESTADO E A QUESTÃO SOCIAL: perspectivas contemporâneas

Como já citado, os autores contemporâneos que serão mobilizados para o desenvolvimento da presente análise, serão os sociólogos franceses, Bourdieu (1998), Robert Castel (1999) e Paugam (2002; 2016), e no contexto brasileiro, nos ampararemos em Peixoto (2001), Rocha (2006), Braga (2012), Singer (2012), entre outros autores que vislumbraram, seja de perto ou de longe, os modelos estatais de Estado de Bem-estar Social e de Neoliberalismo. Como dito, tais revisões de perspectivas são úteis não apenas para recuperar o desafio macroteórico de análise sobre o papel social do Estado, como também fazem parte do próprio itinerário de construção das perspectivas do presente trabalho.

1.2.1 O Estado e as metamorfoses da questão social

Partindo da Europa, mais especificamente da França, o sociólogo francês Robert Castel (1998) argumenta acerca da metamorfose da questão social, isto é, como as vulnerabilidades de massas vão sendo problematizadas, tratadas e moldadas e, em paralelo, como vão sendo redefinidas as identidades sociais dos diferentes trabalhadores ao longo do tempo, mais designadamente, a partir da Idade Média, aos dias atuais. Para tanto, o autor utiliza como elemento chave, a nova relação de trabalho da modernidade: o assalariado.

Qual o elemento novo e permanente das condições dos assalariados? Eis um dos principais questionamentos que o autor busca responder ao longo do livro *as metamorfoses da questão social: a crônica do salário* (1998). Para Castel (1998), diante da impossibilidade de um consenso no processo de negociação entre patronato e classe operária, o Estado foi fundamental para implantar os direitos trabalhistas. É no Estado Social que o trabalhador é tratado como um homem dotado de direito e “não um eterno tarefeiro” (CASTEL, 1998 p.17). Reivindicações sindicalistas dos operários são postas em práticas no século XX: Férias

remuneradas, repouso semanal, jornadas de 8 horas de trabalho diário, 40 horas semanais, enfim, o direito ao lazer, afinal, em analogia, a *máquina humana* também necessita de repouso.

Segundo o autor, o Estado Social como conhecemos, inserido na Europa, Estados Unidos e outras partes do mundo no pós-guerra mundial foi “*una respuesta no socialista a un problema que planteaban los socialistas, o el sindicalismo revolucionário*” (CASTEL, 2019 p. 89). E por mais que muitos atrelem esse modelo estatal à continuidade da filantropia paternalista burguesa, no entanto, não há como negar a legitimidade do Estado na questão social, pautado numa preocupação de crescimento econômico, sem sacrificar integralmente o bem-estar da população. Assim, conforme o autor, esse modelo de estado pode ser dividido em dois momentos, pelo menos no contexto francês: a fase de implementação da Seguridade Social, que modifica positivamente a vida dos idosos e doentes proletariados, que inválidos para o trabalho industrial morriam na e da extrema- miséria. E a segunda fase, inspirado no modelo proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes, conhecido como princípios keynesianos, que consistiam numa intervenção política na economia que, por outro lado, estendia os direitos sociais dos assalariados. Por isso, segundo Singer (2012):

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico europeu associado à institucionalização de direitos sociais pareceu eliminar a insegurança da relação salarial. Ainda que boa parte do trabalho intermitente e sub-remunerado continuasse -sendo atribuída a jovens imigrantes, a combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, ou seja, a promessa da cidadania salarial, transformou-se em um poderoso amortecedor da luta de classes (SINGER, 2012 p.14).

Portanto, uma representação de sociedade assalariada para Castel (1998), poderia ser essa refletida pela França e outros países que têm boa parte de sua população vivendo das condições salariais de seus empregos, cuja identidade social dos indivíduos encontra-se atrelada às suas condições salariais. Por isso, segundo o autor, a sociedade assalariada é esse alicerce sociológico em que se baseia uma democracia ocidental, sendo “o trabalho o principal fundamento da cidadania.” (Idem, 1998 p. 580). No entanto, a questão social que se apresenta atualmente é o número crescente de trabalhadores desempregados, isto é, indivíduos que não possuem nenhuma renda física, que consequentemente são submetidos aos trabalhos informais, a precariedade e ao pauperismo (CASTEL, 1998). O que acaba por engendrar uma outra identidade social para os mesmos, imersa em um processo de desfiliação, que “os impedem de reproduzir suas existências e garantirem sua proteção” (CASTEL, 1998 p.31).

Nesse sentido, Castel (1998) ressalta o papel fundamental do Estado em atender as novas demandas sociais, reordenando a sociedade e reestabelecendo novas formas de proteção

e vínculos, “obrigando parceiros a aceitarem objetivos sensatos e zelar pelo respeito dos compromissos” que visam o bem-comum. Portanto, o Estado é esse ator principal responsável pela ordem, pois deve “assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais”, diante de uma sociedade em que o trabalho perde a sua centralidade” (CASTEL, 1998, p.498).

Ainda conforme o autor, diante das “falhas da sociabilidade primária e nas lacunas da proteção próxima”, o Estado é o responsável em promover as proteções sociais e manter, embora minimamente uma coesão social de que falava Durkheim (CASTEL, 1998 p.25). Eis as políticas de inserção que podem ser entendidas como “um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade normal, um emprego estável etc)” (Idem, 1998 p.538).

Para Castel (1998) o programa Renda Mínima de Inserção (RMI) na França é um exemplo desse tipo de política, pois tem como público-alvo os indivíduos despossuídos de salários. Entretanto, Castel (1998) explicita que se por um lado o RMI favorece uma inserção social, por outro não influencia numa inserção profissional, pois 70% dos beneficiários não conseguem emprego durável, colaborando tal intermitência de indivíduos no mercado de trabalho para o “desmoronamento da sociedade salarial” (Idem, 1998 p.559). Porém, isso não quer dizer que Castel (1998) é contrário ao RMI, pois ele salienta a relevância desse tipo de política para a manutenção de uma certa coesão social. Conforme o autor (1998 p.562), se o mercado “autorregulado” fosse entregue a si mesmo, esse seria capaz de “destruir a ordem social que lhe preexiste”. Aliás, o reconhecimento do papel do Estado para a proteção social constitui uma temática que atravessa diferentes trabalhos e contextos (PIKETTY, 2014).

Na linguagem de Castel, o mercado foi limitado por duas ordens de regulação não mercantis: instalou-se numa “sociedade predominantemente rural, com vínculos familiares amplos e sólidos e redes eficazes de proteção próxima” (CASTEL, 1998 p.562). Embora essas redes de proteção próxima estejam quase extintas nos centros urbanos, como bem ressalta Castel (1998); ainda estão muito presentes nas comunidades rurais. Tal observação vai bem ao encontro de nossa própria pesquisa, na medida em que no universo pesquisado, como será demonstrado mais adiante, as famílias vivenciam redes de solidariedades importantes na atualidade que servem como uma espécie de freio às ameaças de pauperismo e assumem papel estratégico em condições de exclusão socioeconômica e precarização laboral, como o que está em pauta.

Voltando a Castel, a segunda ordem que limitou o mercado, deve-se as “novas regulações sociais - proteções sociais, propriedade social, direitos sociais” (CASTEL, 1998, p.563). Portanto, o Estado social ainda é um elemento importante para barrar uma lógica de

mercado permeada pelo individualismo, que, em tese, poderia melhorar suas performances sem mudar, fundamentalmente, o registro de suas intervenções (Idem, 1998 p. 565). O que implicaria numa adaptabilidade do comportamento e atuação estatal em determinado contexto estável ou de crise econômica, a partir de processos de intervenção em prol da proteção dos direitos sociais dos indivíduos.

1.2.2 Bourdieu e o catálogo antiliberal: explorando os pontos de vista

Bourdieu (2014) chama a atenção para que, enquanto sociólogos tenhamos o cuidado de não cair nas armadilhas de um olhar reducionista acerca do Estado, não o ver como uma entidade neutra, como consideravam os contratualistas, nem tampouco como um aparelho simplesmente de ordem dominante, como acreditam os marxistas. Segundo o autor, acrescentando a definição weberiana, o Estado é o detentor tanto da violência física como da violência simbólica:

O Estado pode ser definido como uma ortodoxia, isto é, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como ordem física e como o inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil, por exemplo. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico (BOURDIEU, 2014, p.34).

Em outras palavras, o Estado é essa estrutura social que monopoliza as armas e o poder militar, sendo essa espécie de detentor do monopólio da violência física, conforme a linguagem weberiana (BOURDIEU, 2014). No entanto, é também uma estrutura que exerce um poder simbólico em vários elementos do nosso cotidiano, como o calendário que reordena a nossa vida pública e privada, por exemplo, o que julgamos como feriados e cerimônias; o relógio, o tempo público que organiza o nosso horário profissional e pessoal; aquilo que consideramos como casa própria, alugada ou uma praça pública, isto é, a organização do espaço; as carteiras de identidades nacionais e tanto outros exemplos são imbuídos do poder estatal (BOURDIEU, 2014). Portanto o Estado é esse campo dotado de poder que produz e impõe “(especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 91).

Segundo Bourdieu (2002 p.7-8), o “poder simbólico é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Nesse contexto, Bourdieu (2014) aponta em suas aulas de Sociologia nos cursos no Collège de France durante os anos de 1989-1992, e que atualmente estão reunidas na obra *Sobre o Estado*, como percebeu a presença sutil do poder simbólico

estatal enquanto analisava outros objetos de estudos, constatando que investigar um problema sociológico, é na sua grande maioria analisar esse poder invisível do Estado. Pois, o poder estatal está impregnado no mais íntimo do nosso pensamento (BOURDIEU, 1996). Nesse sentido, ao analisar uma política pública de transferência de renda e seus sentidos para os beneficiários, estamos refletindo em outros aspectos sobre o poder estatal no cotidiano de tais indivíduos, mesmo que possamos também estar envoltos nas ciladas de categorias de pensamento produzidas por ele.

Em *Contrafogos* (1998), cujo livro reúne palestras e aulas de Bourdieu na década de 90, percebe-se críticas contundentes ao Neoliberalismo. Nele, Bourdieu argumenta como esse modelo estatal foi sendo impregnado nas mentalidades dos indivíduos através do papel da mídia e a utilização de léxicos para suavizar medidas de contenção de gastos que tem efeitos dramáticos na vida das pessoas, sejam os que vivem em condições miseráveis ou não. Segundo Bourdieu, “no caso da França, o Estado começou a abandonar um certo número de ação social” (BOURDIEU, 1998, p. 27). Ora quando as ações sociais estatais são deixadas de lado, os efeitos dessa omissão são sentidos e refletidos nas formas mais drásticas da vida humana: precariedade/ausência de trabalho, escassez de bens, fome, morte.

Segundo Bourdieu (1998 p.34), o que se vê em diferentes países é uma involução estatal, isto é, os Estados regredindo as suas funções sociais e econômicas, “minados por fora pelas forças financeiras e por dentro pelos cúmplices dessas forças financeiras”, destruindo as conquistas sociais, como o direito ao trabalho e a previdência social. Nesse sentido, o autor afirma que o único meio de contrabalancear os efeitos drásticos de uma economia largada à própria sorte, seria o papel do Estado Social, especificamente na proteção dos direitos sociais. Com o intuito de defender a importância de os estados europeus criarem Estados Sociais, Bourdieu (1998) de maneira ordenada argumenta acerca dos objetivos comuns para que tal projeto fosse alcançado:

TABELA 1. Objetivos para o estado da felicidade

1. A definição de salários mínimos (defendidos por zonas para levar em conta as disparidades regionais)
2. Elaboração de medidas contra a corrupção e fraude fiscal
3. A instauração de uma renda mínima para as pessoas sem emprego remunerado e sem outros recursos
4. A diminuição dos encargos que incidem sobre o trabalho

5. O desenvolvimento dos direitos sociais, como a formação
6. A elaboração de um direito ao emprego, à habitação
7. A invenção de uma política externa em matéria social
8. A concepção e implementação de uma política comum de investimento de acordo com o interesse geral, privilegiando estratégias que visam assegurar a salvaguarda dos recursos não renováveis e do meio ambiente

Fonte: BOURDIEU, 1998 p.53

Olhando esse quadro analítico das ideias bourdieusianas, percebe-se a importância do papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Desde as estratégias de definição do salário mínimo, instauração de uma renda mínima, a uma política econômica organizada e planejada, de uso responsável dos recursos renováveis que visam assegurar um cuidado ao meio ambiente e não uma utilização desenfreada do mesmo.

Em relação a instauração de uma renda mínima para as pessoas sem emprego remunerado e sem outros recursos, países europeus como a Alemanha e a França já possuíam tais medidas, cada um ao seu modo, como acontece aqui na América Latina. No entanto, ainda havia inúmeros países europeus que não tinham tais disposições em suas agendas, que inclusive inseriram somente nas duas primeiras décadas do século XXI, e outros ainda mais recentemente com a inserção do rendimento universal emergencial para o enfrentamento dos impactos sociais causados pela Pandemia Covid-19, que foi o caso da Espanha (CARTA IEDI, 2020)⁶.

No Brasil, por exemplo, no ano em que Bourdieu aponta o catálogo antiliberal (1996), só havia políticas de transferência de renda em locais pontuais do país, por exemplo, algumas cidades de São Paulo e Distrito Federal. Somente em 2001, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) é que vai expandir a adoção dessas políticas (SILVA, 2014). Portanto, percebe-se como a inserção de programas de transferência de renda mínima caminham de forma bem complexa em diferentes países.

A pandemia do novo coronavírus escancarou ainda mais as veias abertas das desigualdades sociais presentes não só no Brasil, mas no mundo (SANTOS, 2021). Os Estados teriam que tomar medidas que refreassem o inimigo invisível, o vírus, semelhante a isto deviam criar estratégias de como conter a morte de pessoas pelo inimigo tão presente e devastador que é a fome, porém não a natural, mas aquela que se transforma em uma questão social, porque

⁶ Foi o último país membro da União Europeia a inserir o Programa de Renda Mínima, somente em 29 de maio de 2020 foi aprovado o decreto que instituiu o programa Renda Mínima Vital (IMV),

deriva da ausência de condições de renda para comprar comida. Nesse sentido, o debate sobre uma transferência de renda mínima foi criado e renovado em diferentes países. Segundo Boaventura (SANTOS, 2021), em tempos de neoliberalismo quem governa são os agentes financeiros, porém em tempos de pandemia foi o Estado que foi procurado e não o capital financeiro.

Finamente, ante o conjunto de autores e na mesma linha do pensamento de Bourdieu (1998), destacamos que o catálogo (transformado em quadro analítico acima) é sinônimo do desejo incessante dos autores de frear o pensamento e ações do neoliberalismo e substituí-lo por uma economia da felicidade que visa o bem comum, reorientando as políticas estatais para combater as desigualdades sociais causadas por um capitalismo desenfreado.

1.2.3 A pobreza em perspectiva sociológica: as contribuições de Serge Paugam

“Considerada intolerável pelo conjunto da sociedade a pobreza reveste de um status desvalorizado e estigmatizado” (PAUGAM, 2016 p.77). De acordo com a perspectiva do economista Amartya Sen, a pobreza deve ser entendida como dificuldade monetária, no entanto, não se deve atrelá-la apenas a esse fator, mas compreendê-la como privação das capacidades básicas dos indivíduos (PEIXOTO, 2011). Cujas trajetórias de vida são marcadas pela desqualificação social (PAUGAM, 2016).

Segundo Serge Paugam (2016), diversos trabalhos têm analisado a perspectiva heterogênea da pobreza. Cabendo citar aqui, o trabalho de Antonio Pedro Albernaz Crespo e Elaine Gurovitz (2002), que ao analisar a pobreza como um fato multidimensional, destacam didaticamente as diferentes percepções acerca da mesma, que foram desenvolvidas a partir do século XIX:

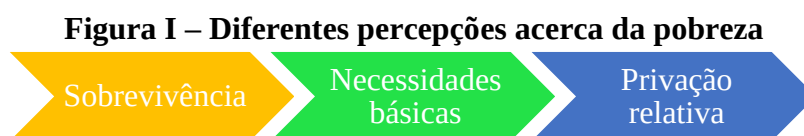


FIGURA 1. Desenvolvida pela autora

A pobreza entendida como elemento que repercute na sobrevivência, também conhecida como pobreza absoluta é o enfoque mais simplista, tangível, portanto, mais didático, para uma implementação de políticas de transferência de renda, por exemplo. Nela o único fator

determinante para averiguar se o sujeito é pobre ou não é a renda monetária. Segundo Crespo e Gurovitz (2002 p.04):

Essa concepção foi adotada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Com a utilização de medidas estatísticas, formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o Estado de Bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas.

A partir de 1970 o conceito de pobreza é estendido, pois não bastavam políticas voltadas para a sobrevivência dos indivíduos através de medidas assistencialistas, eram necessárias outras melhorias para os sujeitos em contexto de vulnerabilidade social, tais como o acesso ao consumo de luz elétrica, água potável, educação de qualidade e universal, saúde, saneamento básico, entre outras. Nesse sentido, a pobreza está relacionada a indivíduos que possuem necessidades básicas que devem ser supridas por medidas estatais. “Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples” (CRESPO; GUROVITZ, 2002 p. 04).

Quanto a concepção de pobreza como privação relativa, é similar à anterior, porém há algumas diferenças de abordagens. Segundo Crespo e Gurovitz (2002 p.04), a partir de 1980, ao mesmo tempo que “sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados”, os agentes financeiros se encontravam nos Estados Unidos para afirmar um acordo, conhecido como o Consenso de Washington, afirmando grotescamente que o “bom funcionamento dos mercados [...] e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres” (idem 2002 p.04). Entretanto, já se mostrava evidente o quanto esse discurso era problemático, visto que era notável que o aumento da produção não significava crescimento social, pois nos países desenvolvidos também havia profundas desigualdades sociais.

De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), esse conceito de pobreza como privação relativa se expandiu tendo como um de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1999, que já foi mencionado em parágrafos anteriores. Segundo Sen (1999 apud CRESPO; GUROVITZ, 2002), a pobreza deveria ser entendida como a privação de capacidades básicas afetadas pela idade, condições de saúde, pelos papéis sexuais e sociais, pela local geográfico, por questões epistemológicas e tantas outras variações, por isso é relativa (idem, 2022). Veiga, por exemplo, (2011 apud SINGER, 2012 p.129) afirma que a “ausência de acesso a saneamento básico seria um potente indicador

de pobreza, mesmo que uma parte das famílias carentes de esgoto possuía renda acima do limiar estabelecido”.

Os raciocínios defendidos, tanto por Sem (1999 apud CRESPO; GUROVITZ, 2002) quanto por Veiga (2011 apud SINGER, 2012) são bastantes pertinentes. Porém, a utilização de pobreza baseada nas condições monetárias, tornou-se referência devido à maior facilidade para a implementação de medidas sociopolíticas. “Ficou conhecida a designação, pelo Banco Mundial, das populações que vivem com até dois dólares diários per capita como padecentes de pobreza extrema ou, na linguagem comum, a miséria”. (SINGER, 2012 p.128). Nesse sentido, ser pobre é ser privado dos meios essenciais básicos para a sua sobrevivência. Pois, numa sociedade cuja trocas comerciais se dá por intermédio do dinheiro, a insuficiência da renda monetária se torna um índice relevante para mensurar os indivíduos que são pobres ou não, “afinal quanto maior a renda, menos a privação das capacidades, ainda que não seja a única variável a ser controlada” (SINGER, 2012, p.130).

Sonia Rocha (2006) chama atenção para a necessidade de, embora seja importante o critério da renda para averiguação da pobreza, estar atento para um olhar crítico e questionador acerca da linha de pobreza que varia entre os países, afinal, receber uma quantia monetária que pareça ser suficiente para as necessidades básicas de um dado país, pode não ser no outro, cujo custo de vida é bem maior. Somado a isso, ainda persistem as variações regionais e temporais, estas últimas, por exemplo, dependem dos valores dos elementos básicos, principalmente da cesta básica, e suas oscilações, devendo haver alteração na linha fixada. Sobre isso, a autora ainda esclarece que:

A cesta de consumo é apenas o ponto de partida para estabelecer as linhas de indigência e de pobreza. Assim os definidos como indigentes ou pobres estão caracterizados exclusivamente quanto à insuficiência de renda para atender ao consumo mínimo. Nesse sentido, os indigentes são definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer interferências sobre o seu estado nutricional (ROCHA, 2006 p.17).

Para amenizar esse ponto de partida, políticas de combate à pobreza são criadas em diferentes países, no entanto aliada à outras políticas, o efeito extrapola à obtenção do consumo em cesta básica (voltaremos nesse assunto nos próximos capítulos). Nesse contexto de analisar a pobreza pelo viés dos recebedores de políticas compensatórias, como a Renda Mínima de Inserção (RMI), na França, que os trabalhos de Paugam (2002; 2016) se tornam referência para compreendermos, de um lado, as atitudes da sociedade francesa para com os pobres e o processo de desqualificação social vivenciados pelos indivíduos em contexto de vulnerabilidade social,

do outro os efeitos desses programas sociais nas condições de vida dos mais pobres, tendo como referência de análise as percepções e significados dados pelo próprios sujeitos destinatários.

Segundo Paugam (2002), quando uma sociedade decide implementar uma política social, essa decisão não ocorre de forma aleatória, mas de um longo processo de debate sobre os direitos do cidadão e justiça social. Decorre de um amplo exercício de desnaturalização da pobreza, tratando-a como um problema de ordem social, e não individual, como fruto da desigualdade social e não ausência de vontade do pobre em ascender socialmente. Isto é, advém de uma vasta e árdua mudança da consciência coletiva em relação a pobreza e consequentemente aos pobres. Eis uma das formas elementares da pobreza, caracterizada pela “relação da sociedade com a camada da população digna de receber ajuda social” (PAUGAM, 2016 p. 97).

Conforme Paugam (2016, p.78), “a pobreza corresponde, atualmente, muito mais a um processo do que a um estado perpétuo e imutável”. Esse processo, segundo o autor, está inter-relacionado com a degradação do trabalho, que dependendo do contexto econômico expulsa gradativamente os trabalhadores do mercado de trabalho e modifica o percurso socio profissional desses sujeitos, que de provedores do lar, tornam-se dependentes das políticas sociais. Por isso, ao analisar os beneficiários do RMI na França, Paugam (2002) percebe a heterogeneidade dos assistidos, que variam conforme a fase, nesse processo de desqualificação social. Que corresponde, segundo o autor no “Movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, da camada cada vez mais numerosa da população - e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas diante das diferentes fases desse processo” (PAUGAM, 2016, p.77).

Nesse sentido, essa caracterização do processo de desqualificação social reafirma o caráter complexo e multifacetado da pobreza. Paugam (2016) ao citar o sociólogo George Simmel, lembra-nos como a relação da sociedade com a pobreza é relativa, construída socialmente, “os pobres, enquanto categoria social, não são os indivíduos que sofrem de carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência- ou os que deveriam recebê-la, segundo as normas sociais” (SIMMEL, 1908 Apud PAUGAM, 2016, p.79). Portanto, ao estabelecer uma política de renda mínima, regulamenta as condições de precariedade. Isto é, oficializa os indivíduos que devem ser ou não, considerados extremamente pobres e pobres, dentro da sociedade.

Ao analisar a pobreza pelo contato dos sujeitos considerados pobres com o mundo profissional, mas que se encontravam na condição de beneficiário do RMI, Paugam (2002) cria três tipologias para esclarecer e detalhar sociologicamente as principais características de seus

investigados. De acordo com o autor, para tal empreitada são verificados os resultados do “levantamento do CERC sobre as mudanças observadas em diversas áreas (emprego, saúde, vida familiar, condições de habitação e equipamento, dificuldades financeiras, contrato de integração etc)” (PAUGAM, 2022, p. 2). Para compreender os dados e suas possíveis alterações ao longo do processo, Paugam (2002) utilizou-se das entrevistas com os beneficiários do RMI, juntamente com as informações prestadas pelos assistentes sociais, algo similar com a presente pesquisa.

Essa estratégia de análise sociológica possibilitou uma rica compreensão sobre os significados que os beneficiários atribuem ao RMI, os diversos efeitos desse tipo de política social, e os múltiplos elementos da pobreza. Entretanto, Paugam (2002) adverte que ao analisar sociologicamente uma política social, precisa-se estar atento para não cair nas armadilhas de uma avaliação de cunho político-administrativo, pois as perguntas necessárias para o pesquisador nem sempre serão boas para os chefes de departamento administrativo da política social investigada. A segunda dificuldade é a linguagem, pois o “sociólogo corre o risco de se deixar prender a conceitos que nada têm de científico [...] e pensar segundo a ação dos ativistas sociais” (PAUGAM, 2002, p.3).

Tendo esses cuidados sociológicos, Paugam (2002) apresenta o seu livro *A sociedade francesa e seus pobres*, dividindo-o em três partes principais: a primeira parte analisa as diferentes formas da pobreza e como era encarada antes da lei do RMI; a segunda destaca o surgimento, continuidade e novidades da política de RMI; e terceira, aborda os efeitos sobre RMI na vida dos sujeitos beneficiários. Portanto, trata-se de uma referência para o tipo de trabalho que estamos desenvolvendo, pois a estrutura e a forma são bem similares em muitos pontos.

Quanto a tipologia, Paugam (2002) ressalta três tipos de beneficiários do RMI, levando em consideração o acesso ao mercado de trabalho e as relações sociais com os familiares. No primeiro tipo, de um lado, encontravam-se os menos distantes dos postos de trabalho, que eram os jovens que vivenciaram a experiência de um trabalho remunerado antes do RMI, mesmo que fossem através de estágios e empregos precários, e do outro, os velhos que foram despedidos numa possível recessão econômica. Portanto, eram indivíduos que não experimentaram a pobreza desde a infância, mas que vivenciavam esse processo naquele dado momento. Tendo como aspiração principal, a estabilidade no mercado de trabalho e o RMI como um subsídio momentâneo, passageiro.

No segundo tipo estavam as pessoas com pouca probabilidade de um emprego estável, entre elas, pessoas com famílias constituídas em sua grande maioria por mulheres solteiras e

peessoas idosas à espera da aposentadoria. Diferentemente do tipo anterior, essas pessoas estavam marcadas pelo contexto de vulnerabilidade social desde a infância, cuja organização da vida social se deu em torno de atividades não profissionais. Portanto, a ideia de um emprego formal parecia uma realidade distante, encaravam o RMI como um subsídio de assistência normal e não um elemento transitório, enquanto não eram efetivados nos postos de trabalho (PAUGAM, 2002, p.2). Entretanto os laços sociais permaneciam estáveis, pois as mães transferiam essa aspiração por um emprego regular aos filhos (PAUGAM, 2002).

O terceiro e último tipo, representavam os sujeitos na mais degradante situação, pessoas marcadas pela marginalização e fragilidade dos laços sociais desde a infância, que viam o RMI como um meio de sobrevivência, pois ao perderem seus empregos, como consequência perderam tudo, casa, família e direitos sociais (PAUGAM, 2002).

É digno ressaltar que, se os pobres são múltiplos no próprio contexto francês e europeu, são ainda bem diversos dos pobres brasileiros pela própria conjuntura específica do país, principalmente em relação aos moradores rurais bernardenses que vivenciam o pauperismo desde a sua existência, com uma renda incerta e irregular, e que na luta pela sobrevivência recai no subemprego, pois raramente obtém algum contato com o mundo do trabalho regulamentado (como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos), pelo contrário é quase unânime o número de pessoas que obtém uma renda mínima regular pela primeira vez, somente após serem inseridos nas políticas sociais, como o Bolsa Família/ Auxílio Brasil e que se adequariam na segunda tipologia de Paugam, pois os laços sociais também continuam fortes. Embora, no caso das pessoas entrevistadas por Paugam (2002), quase todas tiveram acesso ao mercado do trabalho, antes de receberem ao RMI.

No caso brasileiro, o crivo para averiguar um sujeito pobre ou não, é a renda, no entanto como se trata de um país subdesenvolvido, é complementado com a abordagem de necessidades básicas (ROCHA, 2006). Na ótica de André Vitor Singer (2012), mesmo que os dados indicassem que o lulismo (conceito explorado mais adiante) poderia produzir a erradicação da pobreza monetária absoluta de uma forma rápida, por outro lado, não faria o mesmo com a desigualdade social, visto que os ricos cada vez ficavam mais ricos e os pobres continuavam sendo pobres se utilizados as categorias de pobreza relativa de Sem. Mas essa abordagem específica sobre o contexto brasileiro será analisada detalhadamente no tópico seguinte.

1.3 Precarização do trabalho e da integração profissional no Brasil contemporâneo: elementos de um debate recente

Quanto ao contexto brasileiro, autores como Ruy Braga (2012), André Vitor Singer (2012), entre outros, que serão destacados a seguir, afirmam a relevância de um Estado Social para a diminuição das mazelas sociais, entretanto asseguram que no Brasil nunca houve tal modelo estatal, apenas ensaios desenvolvimentistas que são sempre sufocados pelas instituições financeiras.

Na ótica de Ruy Braga (2012 p.17), a “precariedade é constitutiva da relação salarial”, pois nas primeiras sociedades pelas quais esta última foi inserida (Europa ocidental e Estados Unidos), o compromisso fordista protegeu eficazmente uma fração profissional específica da sociedade, “branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante” (Idem, 2012 p.17). Analisando a inserção do trabalho assalariado no Brasil, a realidade não é menos ruim, visto que os negros recém libertos foram considerados incapazes para o trabalho industrial assalariado, enquanto os imigrantes brancos europeus eram vistos como aptos para tal função (FERNANDES, 1964).

Marx (1984 p.128-129) já havia advertido sobre esse exército de pessoas à mercê, vivendo em condições degradantes, enquanto há o acúmulo de capital, afirmando que “quanto maiores o potencial de riqueza, maiores o exército de reserva”. O economista e sociólogo Paul Singer (1983 Apud BRAGA 2012 p.22), ao analisar as “modificações na repartição da renda nacional com dados sobre a estrutura ocupacional extraídos do Censo,” no período conhecido como “Milagre Econômico” do Regime Militar no Brasil, denominou de subproletariado os indivíduos que ocupavam formas “não qualificadas, semiquificadas, inconfessáveis e subalternas de trabalho, tendendo a se concentrar na indústria da construção civil (os “peões”) e no setor de serviços pessoais (empregadas domésticas, ascensoristas, porteiros, vigias etc.)” (Idem p.22).

Em relação ao quantitativo monetário, Singer (1983 apud BRAGA 2012 p. 22) é ainda mais categórico, subproletariado são “as pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo e metade das que tinham renda de 1 a 2 salários mínimos”. Nesse sentido, é feita uma distinção entre precariado e subproletariado, que didaticamente Braga (2012) esclarece através de seu quadro analítico replicado a seguir:

TABELA 2: Diferenças entre os conceitos de subproletariado, precariado e batalhadores

<i>GRUPOS/CARACTERÍSTICAS</i>	<i>SUBPROLETARIA</i>	<i>PRECARIAD</i>	<i>BATALHADOR</i>
<i>AS</i>	<i>DO</i>	<i>O</i>	<i>ES</i>

Microempresários			X
Trabalhadores profissionais			X
População flutuante		X	X
População latente	X	X	X
População estagnada	X	X	X
Pauperismo	X		
Lumpemproletariado	X		
Capacidade de mobilização coletiva		X	
Renda entre 1 e 2 SM	X	X	

FONTE: Braga, 2012 p. 26.

Por trabalhadores profissionais estão os indivíduos que se qualificaram mediante uma educação formal para exercer determinada função. As concepções de população flutuante, população latente, população estagnada, são originárias de Marx, que as conceituou ao abordar as populações relativas que são reféns do ciclo industrial. Segundo Marx (2013), a primeira se refere aos indivíduos que são despedidos, principalmente ao chegarem em idade adulta, no contexto da época, sem nenhuma medida protetiva de trabalho, isso porque era quase um milagre um trabalhador adulto não estar doente ou degradado fisicamente, diante das condições insalubres de trabalho. A segunda categoria, refere-se à população rural que se destina para as cidades em busca de melhores condições de vida, que, no entanto, são rebaixadas ao nível mínimo de salário, a terceira e última designação de população, se refere aos trabalhadores ocupados, mas com ocupação irregular, com exaustivas horas de trabalho, porém com salários ínfimos.

Quanto ao pauperismo e o lumpemproletariado trata-se de indivíduos em condições abaixo das situações anteriores, ainda mais degradantes. Sob a ótica marxista, o lumpemproletariado é, por exemplo, a camada social de “vagabundos, delinquentes, prostitutas”, por sua vez, o pauperismo “constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013). Paugam (2003 apud PEIXOTO, p.06) destaca que “a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência”.

Nesse caso, os indivíduos que atualmente recebem as políticas públicas de transferência de renda se enquadram nessa categoria “singerniana” de subproletariado. Sujeitos que são marcados pela vulnerabilidade social, que por sua vez veem nas políticas públicas de transferência de renda, subterfúgios para a sobrevivência humana nas condições de miserabilidade, enfatizado com mais detalhes nos próximos capítulos.

No entanto, diferentemente de Paul Singer, aos nossos olhos, o subproletariado pode se mobilizar coletivamente (BRAGA, 2012). É o que demonstra o sociólogo brasileiro André Singer, ao analisar a impressionante aprovação de Luís Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil em 2006. Segundo o autor, houve um realinhamento eleitoral, que separou a política brasileira entre ricos e pobres, visto que antes a polarização ocorria entre direita e esquerda. Antes de 2006, “os mais pobres demonstravam maior hostilidade às greves do que os mais ricos” (SINGER, 2012 p.58). Portanto, tinham aversão a votarem nos candidatos da esquerda, por acreditarem que estes poderiam “desestabilizar a ordem” e o que precisavam era de um Estado organizado que interferisse positivamente na economia em prol da diminuição dos índices alarmantes de pobreza extrema (Idem, 2012).

No entanto, André Vitor Singer (2012) afirma que, com a extensão das políticas de transferência de renda no primeiro mandato do governo Lula, como o surgimento do Programa Bolsa Família lançado em 2003 e outras políticas que impactaram positivamente a vida dos sujeitos subproletários, como o aumento do salário mínimo, a expansão do financiamento popular, a diminuição da idade mínima para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), “Luz para Todos” que beneficiava os lugares mais longínquos com a eletricidade, a regularização das propriedades quilombolas e tantos outros programas, esses indivíduos das classes subalternas que obtiveram diretamente tais políticas, influenciaram através do voto, a reeleição do ex-presidente Lula em 2006 e o surgimento do que o autor caracteriza de “lulismo”. Nas palavras de Singer (2012):

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012, p.15).

Em suma, o lulismo é decorrente dessa relação de Lula com os indivíduos que viviam nas condições mais degradantes, com baixos padrões e níveis de vida e que reconheceram como

as políticas implantadas melhoraram as suas situações de existência, retribuindo de forma consistente tanto na reeleição de 2006, como nas eleições que deram vitória a também candidata petista Dilma Rousseff em 2010. O subproletariado identificou “na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara- um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem” (SINGER, 2012 p.21). Eis o quadro analítico feito por Singer (2012) sobre as intenções de voto dos eleitores brasileiros no Partido dos Trabalhadores (PT), entre as eleições de 1996-2010, baseado no critério de renda, tendo como fonte a pesquisa feita pelo Datafolha:

TABELA 3: Renda Familiar Mensal dos que preferem o PT, 1996-2010

Ano	Até 2 SM	+ De 2 A 5 SM	+ De 5 A 10 SM	+ De 10 SM	Total
1996	17%	23%	28%	30%	100%
2002	27%	40%	18%	15%	100%
2006	42%	43%	10%	4%	100%
2010	47%	38%	8%	4%	100%

Fonte: SINGER, 2012 p.109

Percebe - se através do quadro acima que, enquanto as intenções de voto dos que vivem nas condições de vulnerabilidade social ascenderam a partir de 2002 para o PT, tendo um salto significativo de mais de 50% a partir de 2006, em relação aos votos anteriores, por outro lado, os indivíduos que viviam com mais de 5 salários mínimos vão em sentido contrário, pois caem drasticamente suas intenções de voto ao projeto petista a partir de 2002 e ainda mais nos anos subsequentes do governo. Quanto aos sujeitos que ganham entre mais de 2 SM à 5 SM, se em 2002 possuíam intenções de voto preponderantemente direcionado ao candidato do partido, ascendendo essas intenções em 2006, em constraste, a partir de 2010 há um declínio, visível, por exemplo, na penúltima eleição presidencial do país (2018), em que indivíduos que possuíam esse quantitativo de renda preferiam candidatos de outros partidos, sendo o eleitorado mais forte de Bolsonaro do país, os eleitores de oposição ao PT. Veja a seguir os resultados da pesquisa do Datafolha divulgada no dia 02 de outubro de 2018.

TABELA 4: Renda Familiar Mensal e as intenções de voto presidencial em 2018.

CANDIDATO	ATÉ 2 SM	+ DE 2 A 5 SM	+ DE 5 A 10 SM	+ DE 10 SM	RECUSA/NÃO SABE	TOTAL DE INTENÇÃO VOTOS
Jair Bolsonaro (PSL)	28%	43%	19%	8%	3%	32%
Fernando Haddad (PT)	57%	30%	7%	4%	3%	21%
Ciro Gomes (PDT)	41%	38%	12%	5%	4%	11%
Geraldo Alckmin (PSDB)	51%	31%	7%	1%	6%	9%
Marina Silva (Rede)	55%	31%	7%	1%	6%	4%

Fonte: G1, 2018. Pesquisa Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região, disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml>>, consultado em 23 de maio de 2022.

Embora os indivíduos que ganhavam mais de dois salários mínimos optassem por candidatos de outro partido, ainda em 2018, os votos dos subproletariados se mantiveram no candidato do partido dos trabalhadores, apesar da ausência de Lula, pois este representava a ideologia do governo lulista.

Diferentemente do Período Militar, em que houve o “Milagre Econômico”, porém, atrelado ao poder de compra dos mais ricos, sem nenhuma alteração na vida dos indivíduos empobrecidos, como enfatizou Paul Singer (1983 apud BRAGA, 2012). No lulismo houve uma expansão do mercado interno, mas diferente do caso anterior, os padrões de consumo tiveram influência do subproletariado que tiveram seus estilos de vida afetados pela implementação de políticas voltadas para a redução da pobreza extrema (SINGER, 2012). Portanto essa alteração nos modos de vida dos mais pobres atreladas às políticas implementadas, irão redirecionar os votos da população, os de baixíssima renda que em sua grande maioria votavam nos candidatos de direita, como é perceptível no quadro 3, vão quase triplicar o número de votantes no período lulista nos candidatos de esquerda, enquanto os que recebem acima de 5 salários mínimos vão votar cada vez menos nesses candidatos.

Eis o “Real do Lula” enfatizado por Neri (2009 Apud SINGER, 2012 p.68), como consequência do tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, aliados aos programas específicos e a contenção de preços da cesta básica que

repercutiram na redução da pobreza a partir de 2004 (SINGER, 2012). Diante desse contexto, no segundo mandato de Lula havia o fenômeno sonho rooseveltiano, pois acreditava-se estar vivendo situações semelhantes ao que os Estados Unidos presenciaram no pós-guerra, pelas políticas de governo de Roosevelt (SINGER, 2012). O Autor ainda destaca que, apesar das diferenças entre o que era realizado no Brasil em relação ao que foi concretizado por Roosevelt nos Estados Unidos, todos os candidatos à presidência do Brasil em 2010 “estiveram envolvidos no movimento rooseveltiano de eliminar, num curto espaço de alguns anos, o atraso do país no que diz respeito à pobreza” (SINGER 2012, p.128).

Mediante a experiência eleitoral em 2006, a grande maioria dos candidatos estavam cômicos tanto da relevância política e econômica, quanto da importância dos votos dos sujeitos que vivem em estado de pobreza e vulnerabilidade social. Embora o livro de Singer tenha sido escrito em 2012, por isso a análise não se estende as eleições de 2014 e 2018, cabe destacar que as declarações feitas pelos principais candidatos à presidência em 2014 e, também em 2018, seguiram esses moldes de promessas em aliviar ou mesmo eliminar a pobreza e seus efeitos nefastos, tendo como alvo de planejamento a política de transferência de renda, abordagem que será detalhada no próximo capítulo.

Como é possível ativar o mercado interno sem confrontar os interesses do capital financeiro? Segundo Singer (2012), essa foi a fórmula lulista, que muitos trataram de forma reducionista, sobretudo a considerando neoliberal e populista, cujo autor divide em três fases:

TABELA 5. As três fases lulistas

<i>FASE</i>	<i>AÇÕES</i>	<i>EFEITOS</i>
1ª Fase (2003-2005)	- O Pacote neoliberal: Contenção de despesa pública, Elevação dos juros, Manutenção flutuante, quase congelamento do salário-mínimo, Reforma previdenciária com redução de beneficiários. -Ao mesmo tempo no sentido contrário:  O aumento da transferência de renda (Lançamento do Bolsa Família em 2003) a expansão do financiamento popular, valorização do salário-mínimo (maio de 2005).	<i>Atendimento as condições impostas pelo capital.</i> <i>Alívio na situação dos mais pobres e ativação do mercado interno.</i>
2ª Fase (2006-2008)	-Ascensão de Guido Mantega ao Ministério da fazenda (menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo): Maior valorização do salário-mínimo, alguma flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros, lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento.	<i>Aumento na geração de empregos.</i>

3ª Fase (2008-2010)	<i>-Corresponde ao momento que se abre após a quebra do Lehman Brothers (15 de setembro de 2008):</i> Aumento no SM, nas transferências de renda, nas desonerações fiscais e do alongamento do crediário.	<i>Aumento no consumo e crescimento do país.</i>
--------------------------------	--	--

Fonte: SINGER, 2012 p.144-155.

O sucesso da fórmula lulista, que pendurou nos governos petistas, mais especificamente até a eleição de Dilma Rousseff como presidenta do Brasil, não é uma análise fácil de mensurar, afinal, metaforicamente, eram dados passos para atrás e passos para a frente, a depender de para quem as políticas públicas se voltavam. Isto é, eram inseridos processos antagônicos ao mesmo tempo, que agradavam classes completamente opostas, consequentemente com realidades bem distintas, afinal Lula parecia um conciliador classista, que somado a isso, presenciava um momento favorável da economia global (LOUREIRO; SINGER, 2016).

Os efeitos das ações lulista, apontadas por Singer (2012) e ressaltada no quadro analítico acima, demonstra a preocupação primária de conciliar o capital financeiro, ativação do mercado interno e redução da pobreza, agindo duplamente, porém em direções contrárias. A priori congelando os salários e em seguida valorizando o mesmo; por um lado contendo as despesas públicas, por outro expandindo as políticas de transferência de renda; de um lado a elevação de juros, do outro alargamento do financiamento popular. Essa mão dupla que não se trata de neoliberalismo, mas também não era um Estado Social, é um elemento novo, tipicamente brasileiro, um transformismo petista, como argumenta Braga (2012).

A segunda fase somada as ações da primeira repercutiram na geração de empregos, na expansão daquilo que Braga (2012) denomina de precariado brasileiro, havendo uma redução da pobreza absoluta, porém atrelado ao capitalismo predatório. Pois muitos empregos funcionavam em condições precárias e exaustivas, com alta rotatividade, seja na pequena ou grande cidade (LOUREIRO; SINGER, 2016). Nas concepções de Loureiro e Singer (2016 p.40): “em países outrora colonizados e depois subdesenvolvidos, as modernas relações de produção capitalista dominadas pelo atraso, tendem a reproduzir as bases materiais da produção massificada do trabalho barato e superexplorado”.

O aumento do consumo acentuado na terceira fase, como consequência também das ações inseridas nas fases anteriores, repercute no crescimento do país, afetando pequenos e grandes negócios, no entanto, por outro lado, soma-se a isso, números alarmantes de sujeitos endividados, depressivos e com ideação suicida (LOUREIRO; SINGER, 2016). Mesmo diante

dessas contradições, o ensaio desenvolvimentista iniciado a partir da segunda fase, parecia vislumbrar o tal sonho rooseveltiano (idem 2016).

Dilma ao vencer as eleições em 2010, diferentemente de Lula, enfrenta o capital financeiro, ao inserir medidas que vão contra o tripé neoliberal, decidindo diminuir os ganhos por partes dos bancos, exigindo a redução dos juros do Banco do Brasil, posteriormente do Caixa Econômica, “forçando” os bancos privados a aderirem o mesmo, caso quisessem competir no mercado (LOUREIRO; SINGER 2016). Descontentes, o capital financeiro com o auxílio do quarto poder, a mídia, receita diariamente contra as políticas de Dilma. Conforme Loureiro; Singer (2016):

Em junho de 2013, esse cerco rentista recebe inesperado reforço das ruas. O caráter contraditório das manifestações de junho, iniciadas pela esquerda e engrossadas pelo centro e pela direita, elevou a rejeição à presidente, a obrigando a ceder mais alguns metros de terreno (Idem 2016, p. 24).

A jornada de junho de 2013 contava com um emaranhado de sujeitos, com um caldeirão de concepções e, conseqüentemente, objetivos distintos. Muitos trabalhadores insatisfeitos com o aumento de tarifas, violência policial, com a precariedade da educação e saúde, com os gastos exorbitantes do governo com eventos, corrupção generalizada, enfim, com as desigualdades sociais que persistiam. No entanto, outros trabalhadores protestavam em defesa de reformas liberais (LOUREIRO, SINGER, 2016). Em resposta à amplitude e heterogeneidade dos manifestantes, a presidenta da época recua ante o ensaio desenvolvimentista, afinal, as eleições se aproximavam e as pressões midiáticas e rentistas só aumentavam, somadas à pressão popular. Portanto, era necessário repassar um clima de segurança e esperança para os diferentes eleitores, ademais, a situação econômica internacional não se encontrava favorável como no período em que Lula governava (idem, 2016). Fazendo com que em seu governo ocorresse a não contemplação de inúmeras demandas de distintos grupos manifestantes, ocasionando uma insatisfação popular generalizada.

Segundo Loureiro e Singer (2016 p.58), “junho de 2013 inaugurou o colapso do consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo lulista”. No entanto, os mesmos, ainda assim, foram os responsáveis pela reeleição da Dilma em 2014, por esperançarem o aumento do emprego formal. Porém, sentiram-se traídos, quando a mesma decide se render às pressões do capital financeiro, com o estabelecendo do ajuste fiscal, logo no início do mandato (idem 2016).

Conforme os autores supracitados, o segundo mandato de Dilma se revelou na crise de sua popularidade, pois as classes subalternadas, principalmente urbanas se encontravam descontentes com a precarização de suas condições e o aumento do desemprego. Portanto, as

classes médias tradicionais portavam-se temerosas quanto a presença cada vez mais expressiva dos filhos dos trabalhadores nas universidades e em ocupações com mais de 1,5 salário mínimo. Por isso, os rentistas ainda insatisfeitos, almejavam mais ajustes fiscais. Esses últimos, aliados às inúmeras denúncias de corrupção e a manipulação midiática produzem um cenário que repercute, tanto no *impeachment* em 2016, quanto nas eleições de 2018, com a ascensão do bolsonarismo.

O bolsonarismo assim como o lulismo, subsiste para além do partido, afinal Bolsonaro rompe com o seu partido, denominado Partido Social Liberal – PSL -, assim que se torna Presidente da República. Sendo este caracterizado pelo público diversificado da sociedade brasileira, que descrentes ao processo político, também são críticos da mídia tradicional e do judiciário. Nesta categoria estão sobretudo religiosos conservadores, estreitamente atrelados economicamente ao viés neoliberal, que encontraram na mídia digital os porta-vozes de seus ideais.

No entanto, mesmo com as declarações enfáticas acerca da inexistência de indivíduos que passavam fome no Brasil, Bolsonaro ainda na campanha política de 2018, direcionou o olhar para as políticas de transferência de renda, afinal sabia da relevância econômica e ainda mais da política de classe que depende de tais rendimentos. Por isso, realizou promessas como o pagamento do 13º salário do PBF, que se tornou alvo de campanha, sendo essa política pública efetivamente cumprida em 2019, muito embora, sem continuidade.

Posteriormente, com a Pandemia causada pela COVID-19, a pobreza absoluta no país se alarga, afinal muitas pessoas que viviam do trabalho informal foram impedidas de trabalhar, devido ao isolamento social. Diante do fato, o que deveria ser feito por parte de trabalhadores, empresários e o Estado, para que essas pessoas e suas famílias não morressem, seja de fome ou da doença? Em resposta, ainda que os empresários preconizassem o lucro, em detrimento da vida, algumas parcerias foram feitas com o Estado, a fim de pensar e agir em combate a ambos os males.

Nesse sentido, a pobreza absoluta que parecia decair com as políticas implantadas no século XXI, cujos discursos já estavam sendo pautados muito mais na pobreza relativa, retomam/revelam sua força brutal nos discursos e na realidade em diferentes países. Afinal, muitos trabalhos temporários e informais, que são estratégias mínimas de sobrevivência, são derrubados pelas medidas protetivas contra um vírus devastador. Porém, para diminuir esse efeito drástico da pandemia, era necessário o Estado travar um combate duplo, contra o vírus e contra a miséria, eis as políticas de transferência de renda, que no Brasil revelará esse duplo

viés, especialmente na vida dos ditos “invisíveis”, análise que será explorada no próximo capítulo.

Portanto, entendendo as políticas de transferência de renda como um direito social, inclusive afirmada na epígrafe por umas das minhas entrevistadas na pesquisa, é que será aprofundado nos capítulos seguintes como o Programa Bolsa Família e, consequentemente, o Programa Auxílio Brasil, se transformaram nas principais políticas de transferência de renda do país. Pois, nas eleições presidenciais de 2022, esses programas foram uma das armas centrais dos discursos dos dois principais candidatos, de um lado o promulgador do PBF e do outro o do PAB. Bolsonaro retorna com o discurso do 13º salário, aumenta o auxílio para 600 reais, tendo como principal objetivo atrair os votos dos menos favorecidos. Entretanto, não surtiu o efeito desejado, pois o embate é contra Luís Inácio Lula da Silva, que traz à memória todas as suas políticas econômicas e sociais, relativa aos seus dois primeiros mandatos (2003-2010), que contribuíram para a redução da pobreza extrema no país e a melhoria na qualidade de vida de muitos brasileiros. O que acabou por mitigar, em grande medida, os efeitos da proposta da agenda assistencialista de Jair Bolsonaro.

2. O ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: do Bolsa Família ao Auxílio Brasil.

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010).

A epígrafe em destaque trata de um momento importante da nossa sociedade brasileira, em que o reconhecimento legal do direito à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade, à infância e a assistência aos desamparados, foram compreendidos como direitos sociais inalienáveis dos cidadãos no país. Contudo, a contemplação de tais direitos, em sua plenitude, no cotidiano da maior parcela dos brasileiros, ainda é uma meta nacional a ser alcançada. Embora se reconheça que os surgimentos das políticas de transferência de renda repercutiram e repercutem na diminuição da distância entre o que é dito, o que é lei, e o que é vivido pelos mesmos.

Portanto, no presente capítulo será analisado como se deu as políticas de transferência de renda no Brasil, tendo como foco principal o Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, evidenciando as condicionalidades, as mudanças e permanências até meados de 2022.

Para analisar especificamente as políticas de transferência de renda no Brasil, apropriamo-nos de autores brasileiros que refletem sobre o impacto desses programas na diminuição da pobreza extrema, como Silva e Lima (2010) que discutem a unificação, focalização e os impactos do Programa Bolsa Família; Pinzani e Rêgo (2014) que analisam os impactos desses tipos de programas, como o Bolsa Família na autonomia, no acesso ao dinheiro e no direito de cidadania dos beneficiários. Paralelamente analisamos os diferentes decretos⁷ ao longo do Bolsa Família e do seu substituto, para apreender as alterações que poderiam ocasionar nos valores e nas famílias beneficiárias. Por fim, para a análise do Programa Auxílio Brasil, detemos-nos nas informações contidas principalmente no site do Ministério de Cidadania “<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>”, pois se trata ainda de um elemento novo que requer estudos e análises.

⁷ Sites dos Ministérios responsáveis.

2.1 A inserção do Programa Bolsa Família e as condicionalidades

O Programa Bolsa Família foi inserido como Política de Transferência Renda no Brasil em 2003, através da medida provisória nº 132, de 20 de outubro do mesmo ano e regulamentado no início de 2004 através da Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004 (SILVA, LIMA 2014). Entretanto, programas como esse já estavam sendo desenvolvidos no contexto Europeu desde 1930 e presentes nas discussões sobre as políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e da miséria no Brasil desde 1990. É o que demonstra Silva e Lima (2014) ao situar o Bolsa Família enquanto programa de transferência de renda condicionada. A figura adiante traz um demonstrativo de como é atualmente o cartão.

Figura II- Cartão Bolsa Família



Fonte: A própria pesquisadora (2022).

No Brasil, segundo as autoras, essa temática tem se desdobrado em seis momentos que serão reproduzidos no quadro analítico a seguir, porém com os recentes adendos ocorridos posteriormente ao ano de 2014: o pagamento do 13º salário do PBF, o surgimento do Auxílio Emergencial e a transformação do PBF em Auxílio Brasil.

TABELA 6. Desenvolvimento Histórico das Políticas de Transferência no Brasil:

Momento	Característica	Ano da criação
1º	O senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresenta o Projeto de Lei n.80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para todo o Brasileiro a partir de 25 anos de idade.	1991

2º	O economista brasileiro José Márcio Camargo propõe uma transferência de renda as famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos em escolas públicas.	1991 a 1993
3º	Implementação pioneira das políticas de transferência de renda nas cidades de Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Santos/ SP e em Brasília/DF.	1995
4º	Expansão dos programas federais criados em 1996 (BPC; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI]), e criação de outros programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros.	2001
5º	Criação do Programa Bolsa Família	2003
6º	Criação da Estratégia Brasil Sem Miséria, constituída de três eixos programáticos: transferência de renda, inclusão produtiva e ampliação de serviços básicos.	2011
7º	Pagamento do 13º salário do Bolsa Família	2019
8º	O surgimento e pagamento do Auxílio Emergencial	2020-2021
9º	A substituição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil	2021-

Fonte: (SILVA; LIMA, 2014 p. 29-31).

Percebe - se através do quadro analítico que o PBF surge depois de mais de uma década de discussões relacionadas à importância da intervenção estatal para a diminuição das desigualdades sociais no país, sobretudo a de renda monetária. Em relação a esse primeiro momento, tratava-se de um elemento muito importante para o contexto das políticas de transferência de renda, pois problematizava a relevância de um auxílio universal para todos os indivíduos com idade acima de 25 anos. Embora aprovado no Senado naquele ano, nunca foi concretizado, mas ao menos ensaiou as discussões sobre um sistema de garantia que pudesse aliviar as disparidades existentes no Brasil. Nessa mesma linha, o autor da lei, Eduardo Suplicy, cria outro Projeto em 2001, tratava-se da “Lei n.266, de 4 de dezembro de 2001, que propõe a instituição de uma renda básica incondicional ou a renda de cidadania para todos os brasileiros” (SILVA; LIMA, 2014 p.30). Cujas temáticas teve uma ampliação nos debates dos especialistas em políticas públicas, sobretudo nesses últimos anos, em que as receitas dos países foram absorvidas pelas problemáticas trazidas pela pandemia.

Ainda sobre as políticas de transferência de renda, destacamos a proposta do economista José Márcio Camargo durante os anos de 1991-1993, que articulava a sugestão de uma renda monetária com a inserção de crianças no sistema educacional. Quanto a isso, conforme Silva e Lima (2014), há a introdução de duas inovações: a família como beneficiária, ao invés do

indivíduo, e a política compensatória. Isto é, para a família receber o benefício, existe uma condição: ter filhos entre 5 a 16 anos regularmente matriculados em escolas públicas. Sendo a última, uma das condicionalidades utilizadas também pelo Bolsa Família e, conseqüentemente, pelo Auxílio Brasil. Por isso, justificamos que mobilizamos a proposta de Camargo por acreditarmos ser ele considerado com um dos grandes percussores da ideia de políticas de Transferência de Renda Condicionada no país.

Vale lembrar que no contexto brasileiro, até a década de 1990, a inclusão de políticas de transferência de renda no país ainda ocorria timidamente. Embora já se tenha, em 1995, a sua disseminação em alguns municípios brasileiros, como demonstra o quadro analítico. Portanto, a sua expansão ocorre especialmente no último ano do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Bolsa Escola, destinada a famílias com crianças entre 7 a 15 anos, que estivessem matriculados em escolas públicas; Bolsa Alimentação, destinada a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, que tivessem mulheres gestantes ou nutrízes, e ainda que tivessem crianças entre 6 meses a 6 anos; Bolsa Renda, instituído para os agricultores e familiares atingidos pela estiagem nos municípios ou em estado de calamidade pública; Vale Gás, entre outros. Este último destinado às famílias de baixa renda para a compra de gás de cozinha. Cabe destacar que o benefício do gás de cozinha vigora nos dias atuais. O mesmo é distribuído a cada família bimestralmente, constando em valores monetários a cifra de R\$53,00 (BRASIL, 2022)⁸. Assim, segundo Silva e Lima (2014), nesse quarto momento (vide tabela 06) há uma ampliação do debate sobre a relevância de políticas de renda mínima para a diminuição da pobreza extrema.

O quinto momento das políticas de transferência de renda condicionada no país consistiu na criação, em outubro de 2003, e na regulamentação, em 2004, através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, do Bolsa Família. Sob o comando do mais novo presidente da época, Luís Inácio Lula Silva, que no início de seu governo presidencial instituiu o Programa Fome Zero cujo maior expoente é o cartão do PBF.

O Programa Fome Zero tinha como objetivo principal “promover segurança alimentar e nutricional visando combater as causas estruturais da pobreza. Suas iniciativas englobavam diversos ministérios, as três esferas, federal, estadual e municipal e a sociedade civil” (ARANHA, 2010 p. 50). Estrategicamente, o Fome Zero consistia em diferentes intervenções

⁸ Brasil, 2022. Governo Federal inicia nesta sexta o pagamento do Auxílio Gás a 5,68 milhões de famílias. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-inicia-nesta-sexta-o-pagamento-do-auxilio-gas-a-5-68-milhoes-de-familias>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

que pudessem contribuir na erradicação da fome causada pela má distribuição dos alimentos e pela negligência estatal, como:

A implantação de restaurantes populares; a realização de sacolões e investimentos em hortas e cozinhas comunitárias; a implantação do repasse de merenda na pré-escola, nas creches e nas escolas indígenas; a distribuição de cestas básicas a grupos específicos, acampados sem-terra, quilombolas e indígenas; a instituição, em parcerias com órgãos nacionais e locais, do serviço do registro civil gratuito; a criação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar; a realização de convênios para implantação do programa de aquisição e incentivo à distribuição de leite; a realização de convênios para construção de cisternas; e a criação de banco de alimentos, uma iniciativa para redução do desperdício dos alimentos (ARANHA, 2010 p.50).

O PBF consistia na unificação dos inúmeros programas de transferência de renda condicionado “criados no Brasil por iniciativa de governos municipais, estaduais e do governo federal” (SILVA, LIMA 2014). Especialmente os mencionados no parágrafo anterior, criados durante o último ano do governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso, assim como versava em consolidar “o grande censo da população de baixa renda”, o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). Vejamos a junção mencionada na figura III:

Figura III –A unificação dos programas em PBF

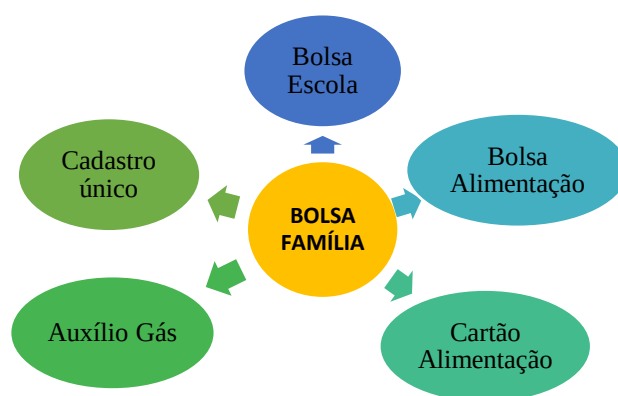


Figura 3. Elaborado pela autora.

Essa unificação dos programas existentes é uma das principais marcas do PBF, afinal, unificou programas importantes que trabalhavam separadamente, portanto “eliminou lacunas, sobreposições e ineficiências” (CAMPELLO, NERI 2014 p.16). A reestruturação do Cadastro Único é uma outra marca importante para mencionar, pois favoreceu um melhor detalhamento e eficiência na coleta de dados de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. Esses dados são tanto utilizados para concessão do PBF, quanto para outros programas sociais, como

Tarifa social de energia elétrica, Benefício de Prestação Continuada, entre outros (BPC) (BRASIL, 2022). Essa base de dados pode ser utilizada tanto pelo Governo Federal, quanto pelos Governos Estadual e Municipal na implementação de políticas públicas que tenham o intuito de realizar ações voltadas para a diminuição das vulnerabilidades sociais.

Um outro elemento fundamental para a consolidação do PBF, foi a criação em janeiro de 2004, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) responsável em gerir o PBF, “as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Inclusão Produtiva” (ARANHA, 2010 p.49) e que substituiu o Ministério da Assistência Social (MAS). Entretanto, também foi substituído pelo Ministério da Cidadania em 2019⁹.

Silva e Lima (2014) chamam a atenção para o processo longo de unificação dos programas, pois segundo as autoras, enquanto os programas federais concluíram a unificação em 2007, os programas similares, porém estaduais e municipais, continuaram independentes. Alguns com valores acima do PBF, repercutindo em alguns casos na participação de uma mesma família em diferentes programas federal, municipal e estadual ao mesmo tempo.

Em relação a classificação das famílias, em extremamente pobres e pobres, os valores são reajustados desde a implementação do programa, pois são baseados no valor de uma cesta básica que atenda às necessidades nutricionais (ROCHA, 2006). Em 2003, famílias com renda per capita de até R\$50,00 eram consideradas extremamente pobres e famílias com renda per capita de R\$50,01 a R\$100,00 como pobres. Atualmente esses valores são: até R\$105,00 para a primeira categoria, e de R\$105,01 a R\$210,00 para a segunda. Segue abaixo um quadro analítico sobre esses reajustes:

QUADRO 7. Os valores das linhas de pobreza ao longo do bolsa família.

	2003- 2006	2006- 2009	2009- 2014	2014- 2018	2018- 2021	2022
Extremamente pobres	Até R\$ 50,00	Até R\$ 60,00	Até R\$ 70,00	Até R\$ 77,00	Até R\$ 89,00	Até R\$ 105,00
Pobres	De R\$50,01- R\$100,00	De R\$60,01- R\$120,00	De R\$70,01- R\$140,00	De R\$77,01- R\$154,00	De R\$89,01- R\$167,00	De R\$105,01- R\$210,00

Fonte: (SILVA E LIMA, 2014); (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

⁹ Através da Medida Provisória nº 870, publicada em primeiro de janeiro de 2019.

É importante destacar que, ao alterar o que se entende por linhas de pobreza, há também uma alteração nos valores do Bolsa Família. Simultaneamente, é perceptível como algumas dessas alterações acontecem próximo às eleições presidenciais. Entretanto, as modificações em relação aos valores, obviamente, ocorreram e ocorrem inúmeras outras vezes, sem que se tenha qualquer relação eleitoral. Portanto, sendo direcionadas às famílias beneficiadas, de acordo com a renda, tamanho e composição familiar. No quadro abaixo consta os tipos de benefícios e valores ao longo dos anos.

QUADRO 8. Tipos de benefícios e valores ao longo dos anos

	2003- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2011	2011- 2014	2014- 2016	2016- 2018	2018- 2021
Benefício Básico	R\$50,00	R\$58,00	R\$62,00	R\$68,00	R\$70,00	R\$77,00	R\$85,00	R\$89,00
Benefício Variável à Gestante (BVG)	R\$15,00	R\$18,00	R\$20,00	R\$22,00	R\$32,00	R\$35,00	R\$35,00	R\$41,00
Benefício Variável à Nutriz (BVN)	R\$15,00	R\$18,00	R\$20,00	R\$22,00	R\$32,00	R\$35,00	R\$39,00	R\$41,00
Benefício Variável (crianças de 0 a 6 anos)	R\$15,00	R\$18,00	R\$20,00	R\$22,00	R\$32,00	R\$35,00	R\$39,00	R\$41,00
Benefício Variável (crianças de 7 a 15 anos)	R\$15,00	R\$18,00	R\$20,00	R\$22,00	R\$32,00	R\$35,00	R\$39,00	R\$48,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	Ainda não existia	R\$30,00	R\$30,00	R\$33,00	R\$38,00	R\$42,00	R\$46,00	R\$48,00
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Ainda não existia	-	-	-	R\$70,00 (2012)	R\$77,00	R\$85,00	R\$89,00

Fonte: BRASIL, 2003; BRASIL, 2007; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008, BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2014; BRASIL, 2016; BRASIL, 2018.

Inicialmente, como se pode notar no quadro acima, não havia o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), que englobam jovens na faixa etária de 16-17 anos, que estejam regularmente matriculados no sistema de ensino e que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esse benefício foi inserido quase cinco anos depois da criação do Bolsa Família, em dezembro de 2007. Com o objetivo de diminuir a evasão escolar dessa faixa etária, pois entre o principal motivo do abandono nas redes de ensino pelos jovens, estava a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da casa. Justamente por isso, o benefício baseava-se na disponibilização de uma renda, mesmo que mínima, na vida desses indivíduos.

Segundo Campello e Neri (2014 p.26), ao analisar o impacto do PBF, percebe-se a sua efetividade quanto a manutenção do aluno no universo escolar, pois “a taxa de abandono no ensino médio é menor para os estudantes do PBF em todas as regiões” brasileiras. Portanto, a participação no programa reforça o acesso e a permanência na educação básica dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Em relação ao Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), este também foi inserido muito posteriormente, em 2011. Que se enquadra no sexto momento do Bolsa Família, com a criação do Plano “Brasil sem Miséria” do governo presidencial de Dilma Rousseff (SILVA; LIMA (2014). O Plano Brasil sem Miséria foi desenvolvido em torno de três eixos: o primeiro envolvia a transferência de uma renda mínima, o segundo envolvia esforços de inclusão produtiva e o terceiro a melhoria do acesso aos serviços sociais básicos, principalmente educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2014). Nesse sentido, como o primeiro eixo estava centrado no PBF, nesse momento há uma elevação dos valores do Bolsa Família, perceptível no quadro analítico 8; e o surgimento do BSP para as famílias que mesmo sendo beneficiadas por outros benefícios e que ainda se encontravam em situação de extrema pobreza, demonstrou uma expansão no número de beneficiados, “ultrapassando a 14 milhões de famílias em 2014” (YASBEK; GIOVANNI, 2012 apud SILVA; LIMA, 2014 p.31).

Por conseguinte, com o BSP, o PBS possui seis diferentes benefícios: o Básico, para todas as famílias em contexto de extrema pobreza ou pobreza; os Variáveis, que dependem do arranjo e situação familiar, além do contexto da renda, como gravidez, nutrizes (até seis meses), a presença de crianças e adolescentes de até 15 anos, e jovens de 16 -17 anos, sendo que cada família só pode receber até cinco destes diferentes benefícios variáveis; e por último o BSP aos que continuam em situação de extrema pobreza, mesmo recebendo tais benefícios, analisado no parágrafo anterior (BRASIL, 2017). Entretanto como se trata de um programa de transferência de renda condicionado há contrapartidas para permanecer no PBF.

No caso das mulheres gestantes, para receber as nove parcelas que correspondem ao Benefício Variável à Gestante (BVG), é necessário que as mesmas façam o pré-natal, isto é, realizem exames periodicamente, ultrassonografias e tenham as vacinas em dias. Para dar continuidade no programa, porém recebendo um outro benefício até os seis meses de vida do bebê, o Benefício Variável à Nutriz (BVN), é necessário também o acompanhamento da carteira de vacinação, peso e altura do bebê, condicionalidades que se estendem também para as demais crianças menores de 7 anos, inseridas nos outros benefícios variáveis. No que concerne aos serviços de educação são as exigências para as crianças de 6 a 15 anos a frequência escolar mínima de 85% das aulas em cada mês e de 75% para os adolescentes que recebem o BVJ (BRASIL, 2022).

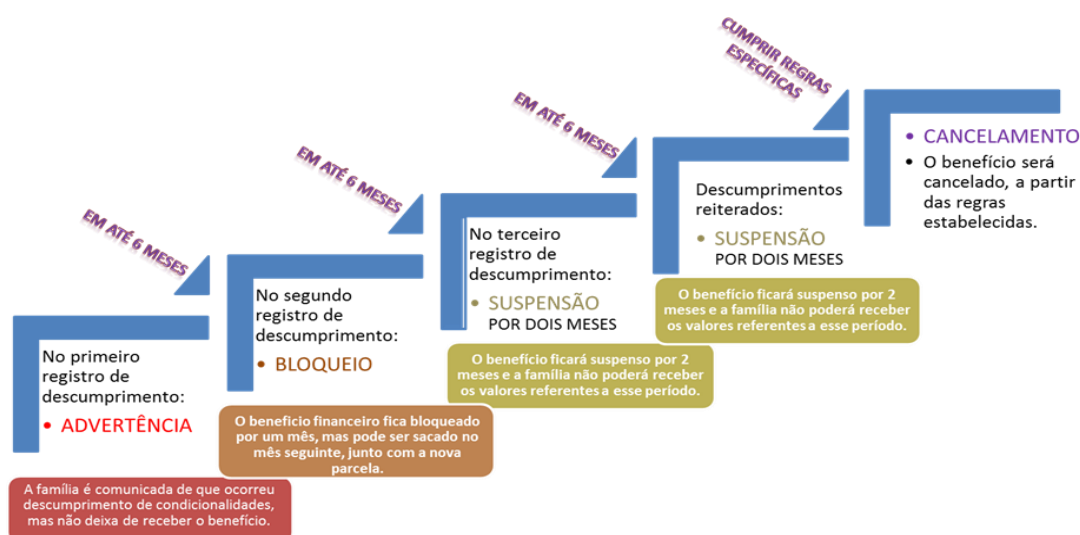
Os períodos de acompanhamento das condicionalidades do PBF e de registro das informações nos sistemas ocorrem na área da Educação, bimestralmente, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, destinados às férias escolares; e na área da Saúde, semestralmente (BRASIL, 2015). Portanto, percebe-se como o programa é importante para incentivar o acesso básico à Saúde e Educação dos beneficiários. Com as condicionalidades não só as famílias são desafiadas a estarem mais presentes, tanto nas unidades de saúde como nas educacionais, mas também no poder público, no sentido de estender e aperfeiçoar esses estabelecimentos. Em relação ao descumprimento das condicionalidades por parte das famílias, as penalidades são desde uma advertência a suspensão do benefício (BRASIL, 2022).

Vale mencionar que diversos trabalhos têm analisado os efeitos do PBF e suas condicionalidades na diminuição da mortalidade infantil (RASELLA et al, 2014), na menor ocorrência de baixo peso ao nascer (SANTOS, 2014), na frequência escolar (OLIVEIRA; SOARES, 2014), no desempenho e percurso escolar (CIRENO; SILVA; PROENÇA, 2014), e na diminuição do trabalho infantil (SILVEIRA; CAMPOLINA; HORN, 2014).

Além disso, é perceptível o envolvimento de diferentes atores sociais na efetivação da focalização e atualização cadastral: como dos Agentes Comunitários de Saúde, do coordenador municipal do PBF na Saúde; o registro da frequência escolar pelos professores, o monitoramento dos gestores escolares, e ações do gestor municipal do PBF na Educação; e indubitavelmente, as ações dos profissionais do CRAS. Inclusive há o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M), responsável em medir mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde e Educação. Baseado neste índice, “que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família” (BRASIL, 2022 p.4).

Em relação aos efeitos para os que descumprirem as condicionalidades, cinco medidas são aplicadas e ocorrem de forma gradativa, entre uma etapa e outra são considerados um intervalo de seis meses, e dependem do histórico da família quanto ao descumprimento. Primeiro, há advertência, se configurando em um alerta para a família acerca do que pode acontecer, caso se mantenha a atitude. Se persistir a inadimplência nos 6 meses seguintes, há o bloqueio. Nesse sentido, a família fica sem receber durante um mês, mas o valor mensal pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela, isto é, assim que o problema é solucionado. O terceiro efeito é a suspensão, o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período; e por último há o cancelamento, a família deixa de participar do programa (BRASIL, 2015)¹⁰. Segue a figura IV que traz um demonstrativo dos efeitos mencionados.

Figura IV. Os efeitos do descumprimento das condicionalidades.



Fonte: BRASIL, 2015.

No que concerne a titularidade dos cartões, é bem sabido que recai quase que na sua totalidade sobre as mulheres, mães que mesmo com a presença de pouco dinheiro, percebem maior liberdade pessoal e respeitabilidade na comunidade e no município por ser beneficiária, evidenciado tanto nas análises de Pinzani e Rêgo (2014), como na presente pesquisa. As dimensões associadas às avaliações e formas de apropriação dos beneficiários serão abordadas com maior detalhe nos próximos capítulos.

¹⁰ BRASIL, 2015. SECRETÁRIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CONDICIONALIDADES. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em 20 de julho de 2022.

No que diz respeito ao sétimo momento do PBF, destaca-se o surgimento do 13º salário do benefício em 2019, como demonstrado no sexto quadro analítico. Trata-se do cumprimento das promessas de campanha do presidente Jair Messias Bolsonaro. Como apontado por Singer (2012), com a ascensão do lulismo e mudança de voto do subproletariado, discutidos no capítulo anterior, os candidatos de oposição ao PT, perceberam que para ganhar as eleições não poderiam mais negligenciar as ações e importância das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família na diminuição das vulnerabilidades sociais e, conseqüentemente, na relevância desses eleitores recebedores do programa. Ainda nas campanhas de 2014, todos os candidatos à presidência tinham algum projeto relacionados ao PBF, o que se repetiu nas eleições de 2018.

A revista *Veja*¹¹ em julho de 2018 publicou um artigo sobre o que os diferentes candidatos à presidência pensavam acerca do PBF, e apesar de todas as divergências ideológicas, todos os candidatos defendiam a permanência do programa. No segundo turno das eleições presidenciais, cujos candidatos eram o ex presidente Jair Messias Bolsonaro do partido PSL (na época, pois atualmente é do PL) e o seu opositor, o petista Fernando Haddad, o G1 publicou um artigo¹², divulgado em outubro de 2018, que reunia as propostas de ambos os candidatos, tendo como respaldo as declarações públicas dos candidatos e de seus principais assessores de campanha, assim como dos Planos de Governo enviados ao Tribunal Superior Eleitoral. Reproduzidos no quadro analítico a seguir:

QUADRO 9. Segundo turno e as propostas de governo dos candidatos presidenciais em 2018

Candidato	Propostas
Jair Messias Bolsonaro	➤ 13º do PBF. ➤ Modernização e aprimoramento" do programa social e do abono salarial "com vantagens para os beneficiários". ➤ Renda mínima para todas as famílias com valor igual ou superior ao PBF.
Fernando Haddad	➤ Aperfeiçoar os mecanismos de investigações de irregularidades, ampliando os canais de denúncias do PBF. ➤ Fortalecimento do orçamento do PBF.

¹¹ Eleições 2018: o que os candidatos pensam sobre programas sociais. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-o-que-os-candidatos-pensam-sobre-programas-sociais/>>. Acesso em 08 de junho de 2022

¹² G1, 2018. Saiba mais sobre as propostas de Bolsonaro e Haddad para o Bolsa Família. Disponível e <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/18/saiba-mais-sobre-as-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-o-bolsa-familia.ghtml>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

	➤ Incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa Família. ➤ Ampliação do uso do CadÚnico.
--	---

Fonte: G1, 2018.

Entretanto, a proposta bolsonarista do 13º do PBF não foi inserida no Plano de Governo enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, mas dito em declarações públicas por Bolsonaro, o que gerava insegurança e muita discussão sobre como esse pagamento seria feito e de onde sairia essa verba para fazer tais pagamentos, sendo respondido ironicamente pelo candidato que o montante necessário se originaria do combate às fraudes do próprio programa (PBF) (G1, 2018). Esse dado acerca das fraudes no programa e que estava presente em ambas as falas dos candidatos presidenciais, são decorrentes das denúncias realizadas em anos anteriores, em 2016, em que o Tribunal de Contas da União revelou que havia cerca de 160 mil famílias com irregularidades no programa¹³.

O pagamento do 13º do PBF foi realizado no mês de dezembro do primeiro ano de governo do presidente Bolsonaro, através da Medida Provisória nº 898¹⁴, que estabelecia o pagamento em dobro do benefício para 2019, sendo a primeira e última vez que isso aconteceu. As justificativas dadas até então derivam das consequências nefastas da Pandemia, que mudou o foco para a criação do Auxílio Emergencial. Porém, se analisarmos minuciosamente as sugestões de campanha, o próprio governo havia colocado com uma de suas principais propostas sociais, o surgimento de uma renda mínima para todos os brasileiros, com valores iguais ou acima do PBF, muito similar com a proposta do Auxílio. Entretanto, vale destacar que, o estado brasileiro de Pernambuco ofereceu o pagamento extra para todos os beneficiários do PBF, em fevereiro do corrente ano, equivalendo ao 13º salário do PBF (PERNAMBUCO, 2022)¹⁵.

¹³ BRASIL, 2016. Tribunal de Contas da União. Disponível em <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-encontra-mais-de-160-mil-familias-com-indicios-de-irregularidades-no-bolsa-familia.htm>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

¹⁴ BRASIL, 2019. Medida Provisória 898/1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv898.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20898%2C%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO%20DE%202019&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.836,de%202019%20como%20abono%20natalino. Acesso em: 08 de junho de 2022.

¹⁵ Disponível em <<http://www.portais.pe.gov.br/web/sedsdh/decimoterceiro>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PANDEMIA: O surgimento do auxílio emergencial

Com a pandemia causada pelo Coronavírus - Covid-19 -, inúmeros decretos foram ratificados por diferentes municípios, estados e países, contendo uma série de medidas sanitárias e de controle social. O uso de máscaras, álcool em gel, o fechamento de comércios, escolas, bares, restaurantes e instituições religiosas, o número reduzido de indivíduos em ambientes fechados, toque de recolher e tantas outras medidas que reacenderam tanto o debate acerca do poder estatal, quanto quais as ações estatais deviam ser tomadas para aliviar os efeitos drásticos da Pandemia na vida de pessoas, que sem trabalho não teriam como garantir materialmente o sustento de suas famílias e consequentemente gerir a economia. Afinal, “qualquer pandemia é sempre discriminatória, mais difícil para certos grupos sociais do que para outros” (SANTOS, 2021 p.103).

Nesse sentido, as políticas de transferência de renda são acionadas como uma opção para salvaguardar a vida dos cidadãos, familiares, por conseguinte, a economia. No Brasil foi implementado o Auxílio Emergencial que inicialmente gerou inúmeros debates tanto sobre os valores que deveriam ser pagos, como sobre as categorias dos trabalhadores que deveriam receber o benefício, porém, desde o princípio estavam inclusos automaticamente todos os beneficiários do Bolsa Família. Eis, o oitavo momento do PBF.

Com a implementação do Auxílio Emergencial em abril de 2020, através da Lei 13.982/2020¹⁶, os valores do PBF são suspensos e passam a valer os do Auxílio Emergencial. Portanto, as famílias beneficiárias do PBF passaram a receber R\$600, 00 mensais durante os meses de abril a agosto do mesmo ano e R\$300,00 mensais entre os meses de setembro a dezembro. Assim como indivíduos que se encaixassem inicialmente nos seguintes perfis:

Maiores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes; que não tenha emprego formal ativo; que não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos dos §§ 1º e 2º, o Bolsa Família; IV - cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e que exerça atividade na

¹⁶ BRASIL, 2020. LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm#view>. Acesso em 09 de junho de 2022.

condição de: a) microempreendedor individual (MEI); b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, 2020 p.01).

Aos beneficiários do PBF o cadastro acontecia automaticamente e o valor monetário era recebido no próprio cartão do PBF. Entretanto aos demais indivíduos, o cadastro acontecia por intermédio de um aplicativo brasileiro denominado Caixa Auxílio Emergencial, lançado em 07 de abril de 2020, disponível para Android, iOS e em versão web. No cadastro a pessoa inseria a conta bancária que gostaria de receber o benefício, caso não tivesse criava uma conta poupança digital e gratuita pela Caixa Econômica.

Lamentavelmente, nos meses seguintes, esbanjavam nos noticiários as contradições brasileiras, havia uma profusão de depoimentos de pessoas que não conseguiram fazer o cadastro por desconhecimento das tecnologias ou por erro no próprio aplicativo, outros até fizeram, porém ainda não haviam recebido o auxílio; além disso, um número alarmante de pessoas em contexto de extrema pobreza foram identificadas, pois essas não recebiam sequer o PBF, sendo as mesmas classificadas como “os invisíveis brasileiros”. Não bastando, noticiou-se que indivíduos de classe média, servidores públicos, artistas, militares, entre outros que mesmo sem se encaixarem nos perfis de vulnerabilidade social, burlaram as informações e receberam o Auxílio Emergencial. Confirmando tanto as enormes disparidades, como o “jeitinho brasileiro¹⁷” nas diferentes camadas sociais.

Inicialmente a medida de concessão do Auxílio Emergencial se referia para os três primeiros meses; abril-junho de 2020 (BRASIL, 2020). Entretanto a disseminação do novo coronavírus se revelava cada vez mais devastadora, havendo a necessidade da extensão das medidas protetivas, entre eles, o confinamento e, consequentemente, da continuidade do PAE, estendendo-se até dezembro daquele ano, pois a própria lei previa a possibilidade de prorrogar o programa enquanto durasse o estado de calamidade pública.

Nos primeiros meses do ano de 2021, o PBF retoma ao pagamento dos valores anteriores ao PAE, pois este último programa foi suspenso entre janeiro-março. Entretanto, com a segunda onda da pandemia de Covid-19, os debates foram reacendidos acerca da necessidade de dar continuidade ao programa, porém os valores foram alterados. Nesse sentido, os valores variavam entre R\$150,00 a R\$375,00 dependendo do contexto familiar (AGÊNCIABRASIL, 2021)¹⁸.

¹⁷ Termo utilizado pelo antropólogo e filósofo brasileiro Roberto Da Matta em seu livro *Carnavais, malandros e heróis* (1980). Segundo o autor, o jeitinho caracteriza os diferentes artifícios de corrupção utilizados pelos sujeitos brasileiros para obter alguma vantagem, seja da máquina pública ou privada.

¹⁸ AGÊNCIABRASIL, 2021. Caixa encerra pagamento do auxílio emergencial após setes meses. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial>>

Vale mencionar que no mês de abril de 2021 o PBF alcançou um total de 14,6 milhões de famílias beneficiárias, destes: 9,7 milhões de famílias recebiam o Auxílio Emergencial respectivo a 2021, via público Bolsa Família, 413 mil recebiam o Auxílio Emergencial relativo a 2021, via público Cadastro Único ou Público Geral (BRASIL, 2021)¹⁹.

É válido destacar que durante o ano de 2020, a pessoa provedora da família monoparental recebia o valor duplicado do benefício, sendo assim a titular do PBF que era mãe-solos também recebia duplicadamente o valor do programa (BRASIL, 2020). Sendo considerado violência patrimonial, caso a mulher tivesse o valor do benefício detido ou recebido por outro genitor.

O Perfil do sexo dos beneficiários do Auxílio Emergencial foram predominantemente femininos em todas as faixas etárias, na grande maioria mulheres entre 18- 34 anos de idade (BRASIL, 2022)²⁰. Mas isso não significa que há mais mulheres no Brasil nessa faixa etária do que homens, pois, a pesquisa do IBGE mostra o contrário. Portanto, percebe-se como as mulheres brasileiras são mais vulneráveis socialmente do que os homens (Idem 2022).

O Programa Auxílio Emergencial vigorou até setembro de 2021. Entretanto, antes do seu fim, entra em vigor a Medida Provisória de Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021²¹, instituindo o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, os substitutos do PBF e do Programa de Aquisição de Alimentos, pois até o prazo de noventa dias estes últimos seriam extintos. Nesse sentido, com o fim do PAE no mês de setembro, em outubro os beneficiários do PBF voltaram a receber os valores relativos ao mesmo. Porém, a partir de novembro do mesmo ano iniciou-se os pagamentos do PAB. As famílias que já eram beneficiárias do PBF passaram a receber um valor médio de R\$224,41 e, a partir de dezembro, o valor mínimo de R\$400,00, do mais novo Programa de Transferência de Renda do país, que será analisado no próximo subtópico.

Mas antes de abordar o PAB, cabe destacar que ainda em junho de 2022, exatamente durante o mês que a presente pesquisadora escreve o atual capítulo, algumas parcelas do AE

apos-setemeses#:~:text=De%20setembro%20a%20dezembro%20de,%24%20150%20e%20R%24%20375>.
Acesso em 09 de junho de 2022.

¹⁹ BRASIL, 2021. Informe Bolsa e Cadastro nº 783 • abril de 2021. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2021/abril/Boletim_BF_Informa783.html#:~:text=Em%20raz%C3%A3o%20do%20recebimento%20do,%24%20306%2C83%20por%20fam%C3%ADlia>. Acesso em 09 de junho de 2022.

²⁰ BRASIL, 2021. Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão? Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidade/3_2202.pdf. Acesso em 09 de junho de 2022

²¹ BRASIL, 2021. Medida Provisória de Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Disponível em< <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>>. Acesso e 09 de junho de 2022.

nos valores de R\$600,00 cada, estão sendo liberadas para alguns grupos que por algum motivo não receberam em 2020, destinadas principalmente aos pais solteiros. Isto é, não se trata do retorno do AE, mas de pagamentos retroativos.

2.3 O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL SUBSTITUI O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: mudanças e permanências.

A Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil²², em substituição ao Programa Bolsa Família e ao Programa de Aquisição de Alimento. Portanto, se uma das marcas do último ano de governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso foi o Bolsa Escola, do lulismo o Bolsa Família, o bolsonarismo também quer ser reconhecido por uma política de transferência de renda, mesmo que implementando às pressas, trata-se do Auxílio Brasil, cujo Ministério responsável é o da Cidadania.

Se o Programa Bolsa Família incluiu os programas já existentes, alterando os valores e aperfeiçoando-os, o Programa Auxílio Brasil também dá continuidade aos benefícios financeiros presentes no PBF, alterando os nomes, valores, abrangendo o número de participantes e inserindo alguns outros que se enquadram na modalidade denominada de Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva, cujas ações serão direcionadas para os itens: “IV - ao incentivo ao esforço individual; e V - à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã” (BRASIL, 2021 p.01).

Figura V. O PAB e os benefícios e auxílios

²² BRASIL, 2021. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

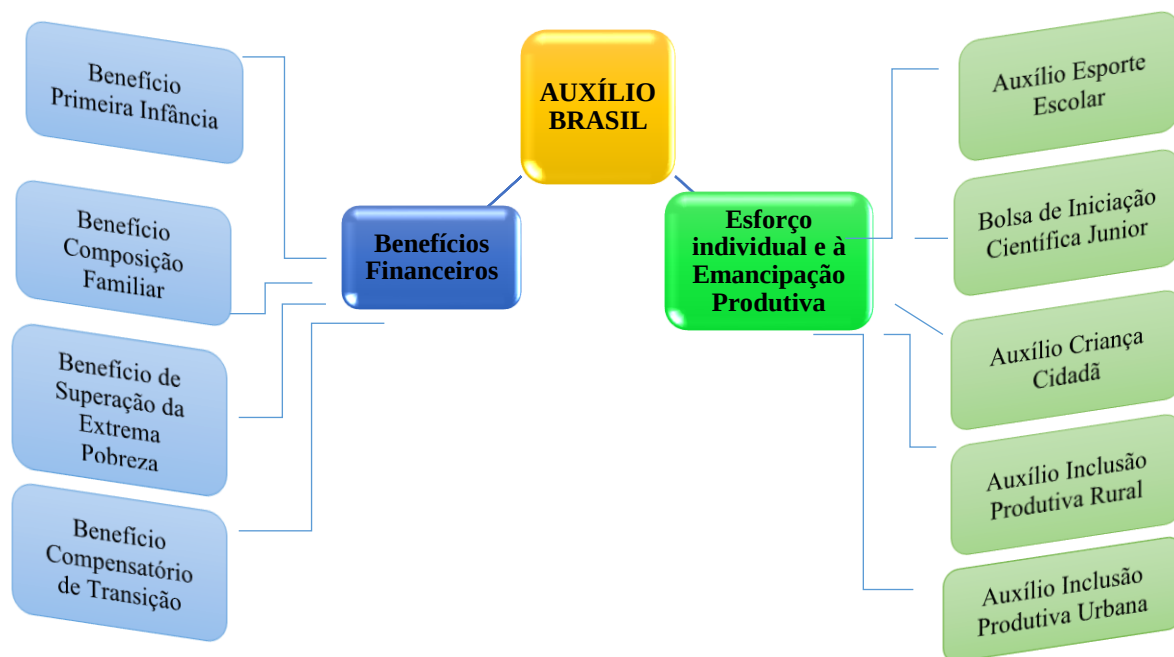


Figura 5. Elaborado pela autora. Fonte: BRASIL, 2021.

Todos os benefícios financeiros se destinam às famílias em contexto de pobreza e extrema pobreza. Entretanto, enquanto o Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 130,00, destina-se às famílias que tenham crianças de 0 a 36 meses incompletos, o Benefício Composição Familiar, no valor de R\$65,00, se destina às que possuem em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 3 (três) e 21 (vinte e um) anos incompletos. Vale destacar que, no que se refere aos jovens, se antes a idade limite de adolescentes era 17 anos, houve um acréscimo de quase 5 anos, mas em contrapartida esses jovens entre 18 a 21 anos precisam ter terminado o Ensino Básico ou estarem matriculados para receberem o benefício. Havendo um limite de repasses por família em ambos os benefícios como acontecia no PBF, isto é, até cinco.

Entretanto, o Benefício Composição Familiar, para fins operacionais foi desmembrado em fevereiro de 2022, através Portaria MC Nº 746, de 3 de fevereiro de 2022, que estabelece normas e procedimentos para a gestão do PAB. Nesse sentido, foi desmembrado em:

I - Benefício Composição Criança (BCC): concedido às famílias com crianças e adolescentes idade entre 3 (três) anos e 16 (dezesesseis) anos incompletos; II - Benefício Composição Adolescente (BCA): concedido às famílias com adolescentes com entre 16 (dezesesseis) anos e 18 (dezoito) anos incompletos; III - Benefício Composição Jovem (BCJ): concedido às famílias com jovens com idade entre 18 (dezoito) anos e 21 (vinte e um) anos incompletos; IV - Benefício Composição Gestante (BCG): concedido às famílias com gestantes; e V - Benefício Composição Nutriz (BCN): concedido às famílias com crianças que ainda não tenham completado 7 (sete) meses de idade (BRASIL, 2022 p.03)²³.

²³ BRASIL, 2022. Portaria MC Nº 746, de 3 de fevereiro de 2022 <<https://ww.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-746-de-3-de-fevereiro-de-2022-378317083>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

Portanto, além das alterações dos valores e da possibilidade de maior ganho monetário das famílias que tenham crianças de 0 a 36 meses, pois podem participar tanto do Benefício Composição Nutriz, quanto do Benefício Primeira Infância, há essa possibilidade do jovem de 18 anos e 21 anos incompletos participarem, o que pode repercutir no retorno desses jovens para a escola, contudo, como se trata de um elemento novo, o que se tem na realidade são apenas cogitações, mas que no futuro próximo poderá demonstrar seus efeitos sociais na vida desses jovens que não terminaram o Ensino Básico e que se encontram fora do âmbito escolar.

Em relação ao Benefício de Superação da Extrema Pobreza, destinado às famílias que mesmo recebendo os benefícios citados acima, ainda continuam nesse contexto, ainda não foi afixado um valor fixo por parte do governo, especialmente porque a cifra depende da composição familiar. Já o Benefício Compensatório de Transição, direciona-se às famílias que perderam financeiramente com a transição do PBF para o AB. Nesse sentido, também não tem um valor fixo, pois depende do contexto de cada família inserida e do valor que recebiam antes do AB. Segundo o Ministério da Cidadania²⁴, o benefício será concedido até que o valor recebido pela família no Auxílio Brasil seja igual ao valor recebido no Bolsa Família, ou até que a família não se enquadre mais nos critérios de elegibilidade do AB.

Aos benefícios da modalidade de *Esforço individual e a Emancipação Produtiva* apresentados na imagem 4, estão: o Auxílio Esporte Escolar, o Bolsa de Iniciação Científica Junior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Produtiva Rural; Auxílio Inclusão Produtiva Urbana.

O Auxílio Esporte Escolar, destina-se a adolescentes que se destacam em competições oficiais do Sistema dos Jogos Escolares Brasileiros. Consiste em 12 parcelas no valor de R\$100 para o atleta escolar que tenha entre 12-17 anos incompletos, mais uma parcela única no valor de R\$1.000,00 para a família dele. Segundo o Ministério da Cidadania²⁵, 1.404 estudantes o recebem na atualidade. Além disso, 1.373 famílias beneficiárias foram contempladas porque seus filhos se destacaram de alguma maneira nos Jogos Escolares no ano de 2022, adolescentes que conquistaram até a terceira colocação em modalidades individuais ou coletivas. Destes, 34 alunos são do Maranhão.

²⁴BRASIL, 2021. Benefício Compensatório de Transição. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/ptbr/auxiliobrasil/beneficiocompensatorio#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,renda%20para%20o%20Aux%C3%ADlio%20Brasil>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

²⁵ BRASIL, 2021. Auxílio Esporte Escolar vai contemplar 1.404 estudantes neste mês. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-esporte-escolar-vai-contemplar-1-404-estudantes-neste-mes>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

Os três Estados que mais possuem alunos que recebem o auxílio são: São Paulo com 136 atletas, Alagoas com 118 e Pará com 92 atletas. E os Estados com o menor número são: Rio Grande do Sul com apenas 9 atletas, Paraná com apenas 12, seguidos de Rondônia e Bahia com apenas 16 atletas. Entretanto, vale ressaltar que os Estados que tiveram um menor número de participantes não se configuraram como os piores Estados nos Jogos Escolares. Se pode afirmar apenas que talvez esses estados possuam o menor número de atletas inseridos no contexto de pobreza e extrema pobreza, que são um dos requisitos também necessários para receber o Auxílio Esporte Escolar. Outro fato a ser destacado é que o presente auxílio contempla apenas as competições estaduais e nacionais, portanto não se estende aos jogos escolares municipais, o que beneficiaria um número maior de estudantes em contexto de vulnerabilidade social, algo que precisa ser pensado e aprimorado nos próximos anos.

Outra novidade é a Bolsa de Iniciação Científica Junior, que assim como o Auxílio Esporte Escolar, consiste em 12 parcelas no valor de R\$100 para o adolescente entre 12-17 anos incompletos, mais uma parcela única no valor de R\$1.000,00 para a família do estudante. Entretanto o requisito nessa modalidade é o destaque do adolescente em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional (BRASIL, 2021). Segundo o Governo do Brasil²⁶, em abril deste ano, 2.384 estudantes foram indicados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a continuidade do pagamento da BICJ. No Maranhão são 69 alunos beneficiários, totalizando 68 famílias beneficiárias, contemplando 34 municípios, porém nenhum desses pertencem ao município de São Bernardo- MA (BRASIL, 2022)²⁷.

O Auxílio Criança Cidadã é um benefício destinado ao acesso de crianças de 0 a 4 anos incompletos em tempo integral ou parcial, a creches regulamentadas ou autorizadas, que ofereçam educação infantil. Diferentemente dos benefícios anteriores, cujos pagamentos caem na conta do beneficiário, este se destina a instituição educacional que a criança está matriculada (BRASIL, 2021). O auxílio financeiro se destina às famílias que não encontram vagas em creches públicas ou privadas conveniadas próximas à residência ou ao endereço de trabalho do responsável, que deve ser autônomo, empreendedor individual ou profissional liberal. Os valores correspondem a R\$ 200,00 para crianças que estão matriculadas em creches de tempo

²⁶ BRASIL, 2022. Bolsa de Iniciação Científica Júnior: reconhecimento de conquistas e porta para novas oportunidades. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/05/bolsa-de-iniciacao-cientifica-junior-reconhecimento-de-conquistas-e-porta-para-novas-oportunidades>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

²⁷ BRASIL, 2022. Jornada do Auxílio Brasil. Disponível em < <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri-app/#/relatorio/1/211060/pdf>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

parcial e R\$300,00 para a integral, tendo até três crianças cadastradas de uma mesma família, caso haja mais de uma bebê por gestação, sendo o limite três gestações.

O Auxílio Inclusão Produtiva Rural é um benefício complementar do Auxílio Brasil. “Além dos R\$ 400 que a família recebe usualmente, prevê um valor mensal de R\$200, por até 36 meses, as famílias que tenham em sua composição agricultores familiares. O incentivo pode ser acumulado a outros benefícios” (BRASIL, 2022 p.01²⁸). Entretanto, só pode ser cadastrado um agricultor por família. Segundo o Ministério da Cidadania, o benefício é concedido a cidadãos que vivem na zona rural e que não têm condições financeiras de investir em pequenas produções. Segundo o portal, são “660 mil famílias de agricultores beneficiários do Auxílio Brasil indicadas pelo Ministério da Cidadania aos municípios” (BRASIL, 2022). O intuito é apoiar e incentivar financeiramente esses sujeitos que subsistem da agricultura familiar.

Paralelamente ao Auxílio Inclusão Produtiva Rural, foi criado o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, também no valor de R\$200,00 por família, entretanto, destinado aos trabalhadores urbanos que comprovarem vínculo de emprego com carteira assinada. Esse auxílio é gerido pelo Ministério do Trabalho e Previdência em conjunto com o Ministério da Cidadania.

Uma das novidades do Programa Auxílio Brasil consiste na permanência das famílias que tiveram um aumento da renda familiar per capita. Pois no antigo programa, uma família formada por quatro pessoas, por exemplo, cujo um dos membros conquistasse um emprego formal, esse devia ser automaticamente cancelado do programa. Inclusive analisado pelo sociólogo brasileiro Charles dos Santos (2017) em sua tese de doutorado intitulado de “A construção social da meia sola: trabalho, pobreza e o Programa Bolsa Família na Zona da Mata Canavieira de Alagoas”. Na tese, como o próprio título sugere, Santos (2017) analisa as condições de vida dos agricultores do setor canavieiro em duas cidades de Alagoas, e percebe a insatisfação das pessoas em contexto de vulnerabilidade social com esses “cortes” do benefício, pois muitos trabalhos formais são temporários, “consequência de um trabalho sazonal e em vários casos até em localidades distantes do local de residência da família” (SANTOS, 2017 p.184). Situação identificada também nesta pesquisa, através do relato de uma das famílias entrevistadas por nós, a família da Aninha, cuja mãe relatou alguns “cortes” que

²⁸ BRASIL, 2022. Auxílio Brasil Inclusão Produtiva Rural incentiva agricultores baianos a buscar emancipação. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-econteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-inclusao-produtiva-rural-incentiva-agricultores-baianos-a-buscaremanipacao#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20Rural,se%20acumulado%20a%20outros%20benef%C3%ADcios>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

recebeu no benefício do PBF durante algumas vezes em que o marido arranhou um emprego formal, embora intermitente, em São Paulo e Goiânia.

Portanto com a mudança, as famílias que podem receber o benefício do Auxílio Brasil, são: 1) Famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$105,00; 2) famílias em situação de pobreza, com renda per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00; 3) famílias em regra de emancipação que tenham em sua composição gestantes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos, que tiverem aumento da renda familiar mensal per capita que ultrapasse o valor da linha de pobreza em até duas vezes e meia, isto é, que tenham uma renda per capita de até R\$ 525,00, sendo mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses (BRASIL, 2021). Portanto, é uma mudança que vai impactar positivamente a vida de inúmeros subproletariados que vivem de trabalhos sazonais.

Em relação as condicionalidades dos benefícios financeiros do PAB, também denominados de cesta raiz, permaneceram as mesmas do PBF: é necessário a realização de pré-natal, o cumprimento do calendário nacional de vacinação e ao acompanhamento do estado nutricional, assim como a frequência escolar mínima (BRASIL, 2021).

A Caixa Econômica Federal continua sendo a responsável pelos pagamentos. E os beneficiários advindos do Programa Bolsa Família continuam recebendo pelo mesmo cartão. Aos que não tem o cartão do PBF, podem receber pela Poupança Social Digital, que consiste numa poupança simplificada aberta automaticamente em nome dos responsáveis pela família, sem necessidade de solicitação ou comparecimento a uma agência da CAIXA, chamada de Caixa Tem (CAIXA, 2022)²⁹; Conta Corrente de Depósito à vista; Conta Especial de Depósito à vista; e Conta Contábil (plataforma social do Programa) que faz o pagamento aos que não tem acesso à internet, nas Lotéricas e pontos de atendimento da Caixa (denominadas de Caixa Aqui) com apenas a senha do cidadão, caso este não tenha a senha, o mesmo poderá sacar na própria Agência da Caixa Federal (BRASIL, 2022)³⁰. Entretanto, essa última opção é mais laboriosa, visto que em muitas cidades, como São Bernardo - MA, por exemplo, não possuem Caixa Econômica Federal, apenas Lotérica e Caixa aqui.

Inicialmente, o Governo argumentou que até dezembro de 2022 todos os que foram inscritos em 2022 no PAB receberiam o cartão magnético específico do programa, mas depois modificou o argumento afirmando que seriam todas as famílias cadastradas, até mesmo os que

²⁹ CAIXA, 2022. Auxílio Brasil. Disponível em <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/paginas/default.aspx>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

³⁰ BRASIL, 2022. Ministério da Cidadania: Auxílio Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

estão recebendo pelo cartão do PBF. Isso repercutiu em inúmeras críticas, visto que nem os que foram cadastrados haviam recebido o cartão até meados de maio, apenas uma carta parabenizando pela inserção no programa; além da despesa desnecessária que isso poderia gerar, já que muitos cartões do PBF ainda estariam válidos por um bom tempo. A atitude mais plausível seria como pensada a priori, entregar para os que não advém do PBF ou que estejam com os cartões vencidos e assim fazer essa modificação por etapas, o que possibilitaria a redução de custos e facilitaria o processo.

Os pagamentos seguem a mesma estratégia do PBF, a data do pagamento é concernente ao número final do Número de Identificação Social (NIS), que é recebido quando o indivíduo faz a inscrição no Cadastro Único, presente também no cartão do PBF e também estará no cartão do PAB.

Figura VI -Calendário de Pagamento 2022

AUXÍLIO BRASIL

Final do NIS

Veja qual o final do NIS que está em seu cartão e confira o dia de pagamento no calendário.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO 2022

FINAL DO
NIS

DIA E MÊS DO PAGAMENTO

NIS

1	10	JAN	14	FEB	18	MAR	22	ABR	26	MAY	30	JUN	04	JUL	08	AGO	12	SET	16	OCT	20	NOV	24	DEZ
2	11	JAN	15	FEB	19	MAR	23	ABR	27	MAY	31	JUN	05	JUL	09	AGO	13	SET	17	OCT	21	NOV	25	DEZ
3	12	JAN	16	FEB	20	MAR	24	ABR	28	MAY	01	JUN	06	JUL	10	AGO	14	SET	18	OCT	22	NOV	26	DEZ
4	13	JAN	17	FEB	21	MAR	25	ABR	29	MAY	02	JUN	07	JUL	11	AGO	15	SET	19	OCT	23	NOV	27	DEZ
5	14	JAN	18	FEB	22	MAR	26	ABR	30	MAY	03	JUN	08	JUL	12	AGO	16	SET	20	OCT	24	NOV	28	DEZ
6	15	JAN	19	FEB	23	MAR	27	ABR	01	MAY	04	JUN	09	JUL	13	AGO	17	SET	21	OCT	25	NOV	29	DEZ
7	16	JAN	20	FEB	24	MAR	28	ABR	02	MAY	05	JUN	10	JUL	14	AGO	18	SET	22	OCT	26	NOV	30	DEZ
8	17	JAN	21	FEB	25	MAR	29	ABR	03	MAY	06	JUN	11	JUL	15	AGO	19	SET	23	OCT	27	NOV	31	DEZ
9	18	JAN	22	FEB	26	MAR	30	ABR	04	MAY	07	JUN	12	JUL	16	AGO	20	SET	24	OCT	28	NOV	32	DEZ

Fonte: Governo do Brasil

Depois que havia escrito este presente capítulo uma nova mudança acontece no PAB, O Congresso Nacional promulga a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 1/2022), que institui o Estado de Emergência no país até o final do ano, em decorrências das crises econômicas mundiais provocadas pela atual Pandemia e pela guerra da Ucrânia, aumentando o valor mínimo do PAB para R\$ 600,00, entre outras medidas de ampliação dos benefícios sociais (BRASIL, 2022)³¹. Entretanto, tratava-se muito mais de uma estratégia para angariar votos dos cidadãos menos favorecidos.

Nesse mesmo sentido eleitoral, entre o primeiro e segundo turno presidencial, foi liberado o empréstimo consignado para os recebedores do PAB. Porém essa medida recebeu tanto críticas favoráveis, quanto contrárias, inclusive o governo recebeu inúmeros pedidos de

³¹ BRASIL. Congresso Nacional Promulga PEC que aumenta o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600,00. Disponível: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/congresso-nacional-aprova-pec-que-aumenta-o-valor-minimo-do-auxilio-brasil-para-600>. Acesso em 28 de julho de 2022.

veto das entidades de defesa do consumidor. Uma das justificativas dos pedidos eram os juros altos e o comprometimento da renda de famílias em contexto de vulnerabilidade social, ocasionando um superendividamento dos beneficiários. O valor do empréstimo poderia comprometer até 40% dos 400 reais advindos do PAB, sendo distribuídos em 24 parcelas, com um teto de juros de 3,5% ao mês.

Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, o PAB volta a ser chamado de PBF. A equipe do atual governo propôs a suspensão do empréstimo consignado, diante das preocupações já mencionadas no parágrafo anterior. Mas que já está retornando com alterações no teto do empréstimo, parcelas e juros. Além disso, outras modificações também continuam acontecendo, como a garantia mínima de 600 reais por famílias, as famílias com crianças de até 6 anos ganham um acréscimo de 150 reais por criança; também ganham um adicional de 50 reais todas as mulheres grávidas e crianças de 7-18 anos. Isto é, melhorias que vão impactar diretamente a vida de milhares de famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade social. Portanto, os programas de transferência de renda no Brasil permanecem em processo de ampliação, regulamentação e ajuste.

3. CONSTRUINDO O ESPAÇO DE ANÁLISE: Perfis de beneficiários no Brasil e das famílias em São Bernardo - MA

O objetivo deste capítulo é analisar o perfil dos beneficiários dos Programas Sociais em pauta delimitando com maior clareza o espaço de análise. Para examinar o perfil das famílias beneficiadas no Brasil, detivemo-nos nos trabalhos de Silva e Lima (2010), mencionados acima, como também nos apropriamos das informações contidas no aplicativo do Governo Federal “aplicativo.mds.gov.br”, que tem uma variedade de informações sobre o Programa Bolsa Família, inclusive as condicionalidades e os relatórios específicos de cada município, e será exatamente nesse aplicativo que iremos nos deter para averiguar o perfil das famílias beneficiárias bernardenses aliadas as informações colhidas no Cras, através de questionários e entrevistas com um dos principais funcionários. Outrossim, recorrendo ao trabalho de campo realizado, apresentaremos uma descrição das escolas e comunidades rurais que constituem o laboratório de investigação em pauta.

3.1 O perfil das famílias beneficiadas no Brasil.

Segundo o Ministério da Cidadania³², em maio de 2018 o PBF atendia 13.919.429 (Treze milhões, novecentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte e nove) famílias, com o benefício médio de R\$178,00 e com R\$ 2.484.070.551 injetados no programa. Enquanto em maio de 2022, o PAB atendeu R\$18.119.192 (Dezoito milhões, cento e dezenove mil e cento e noventa e duas) famílias, com benefício médio de R\$409,00 e com R\$7.323.667.538 injetados no programa. Portanto, nota-se um aumento significativo de famílias beneficiárias, além do aumento do valor médio pago para essas famílias. Entretanto, somada a elevada taxa de inflação esses rendimentos ainda se revelam como insuficientes para uma segurança alimentar.

QUADRO 10 - Famílias no Cadastro Único

³² <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/impacto-auxilio-brasil>

Localidade	População (Estimativa IBGE, julho de 2021)	Famílias Cadastradas	Famílias em situação de Extrema Pobreza	Famílias em situação de Pobreza	Famílias de Baixa Renda
Brasil	213.317.639	35.086.638	18.214.051	3.136.245	6.760.838

Fonte: Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD/MC). Referência: abril de 2022.

Através do quadro analítico acima, percebe-se que mesmo com o aumento significativo de famílias beneficiadas em 2022, comparado ao mesmo período de 2018, ainda assim há inúmeras famílias que ainda não recebem o PAB. Pois as famílias em situação de extrema pobreza superam o número de famílias beneficiadas que engloba tanto as famílias em situação de pobreza extrema, como em situação de pobreza, e ainda os de baixa renda que integram os que estão em nível de emancipação. Portanto, enquanto eu escrevo a presente dissertação, há inúmeras famílias em contexto de insegurança alimentar, convivendo com a fome, consequentemente desprovidas do direito básico: a alimentação.

Em relação aos benefícios financeiros, o quadro abaixo revela o número de beneficiados brasileiros em cada componente, tendo como fonte de pesquisa os dados revelados pelo Ministério da Cidadania, no aplicativo do portal do Auxílio Brasil³³.

QUADRO 11 - Número de pessoas nos benefícios financeiros.

País	Primeira Infância (BPI)	Composição Familiar					Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Compensatório de Transição (BCOMP)
		Criança (BCC)	Adolescente (BCA)	Jovem (BCJ)	Gestante (BCG)	Nutriz (BCN)		
Brasil	2.623.8	17.32	2.564.736	2.426.4	735.29	375.1	13.271.1	5.178.440
	53	2.645		48	0	22	32	

Fonte: (BRASIL, 2022).

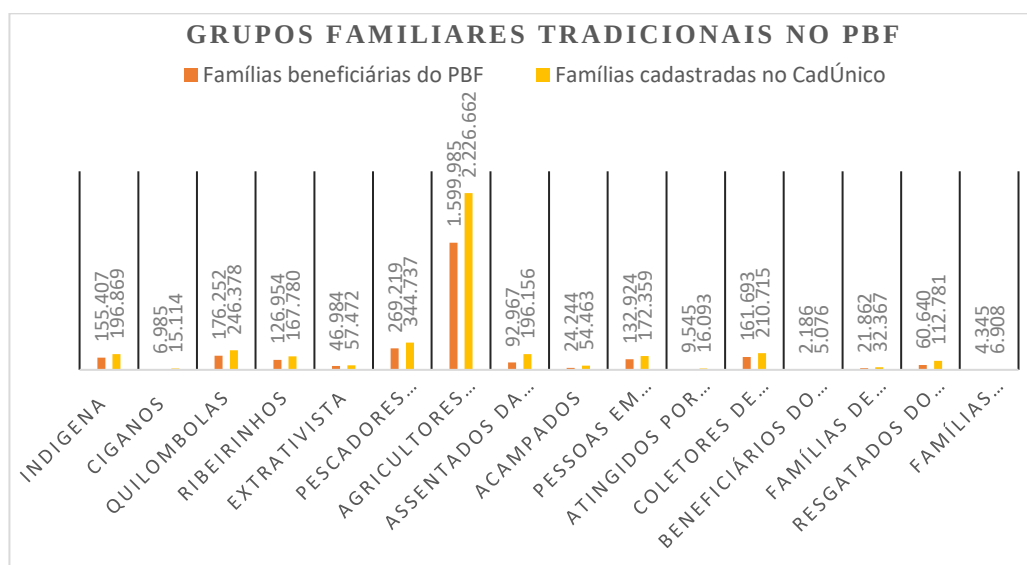
Nesse sentido, são mais de 44.497.666 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e seiscentos e sessenta e seis) pessoas que recebem os benefícios financeiros do PAB, tendo como mês de referência, maio de 2022. A maioria são famílias com crianças e adolescentes na idade entre 3 (três) anos e 16 (dezesesseis) anos incompletos, seguidos das

³³ BRASIL, 2022. Jornada do Auxílio Brasil. Disponível em <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri-app/#/relatorio/1/211060/pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

famílias em contexto de extrema pobreza, mesmo recebendo os benefícios de Primeira Infância e Composição Familiar. Outro dado relevante é que o número de gestante é o dobro do número de nutriz, isso significa que a taxa de natalidade entre o segundo semestre 2022 ao primeiro trimestre de 2023 de beneficiários, provavelmente, irá superar os meses finais de 2021 e início de 2022.

Em relação aos diferentes grupos familiares tradicionais, temos os dados divulgados pelo Ministério da Cidadania³⁴, tendo como base o mês de abril de 2022 e como referência o cadastro no PBF. Os grupos familiares tradicionais presentes no gráfico a seguir, são: Indígenas, Ciganos, Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas, Pescadores artesanais, Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Acampados, Pessoas em situação de rua, Atingidos por empreendimentos de infraestrutura, Coletores de materiais recicláveis, Beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, Famílias de presos no sistema carcerário, Resgatados do trabalho análogo à escravidão e famílias pertencentes às comunidades de terreiros.

GRÁFICO 1. Grupos familiares tradicionais no PBF.



Fonte: BRASIL, 2022.

Percebe-se que o número de famílias no CadÚnico é quase sempre o dobro de famílias beneficiárias em todos os grupos familiares tradicionais presentes no gráfico acima, dos 4.061.930 (quatro milhões e sessenta e um mil e novecentos e trinta) cadastrados no CadÚnico,

³⁴ BRASIL, 2022. Relatório de Programas e Ações. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#>>. Acesso e 14 de junho de 2022.

apenas 2.892.192 (dois milhões oitocentos e noventa e dois mil e cento e noventa e duas) famílias recebem o PBF. Portanto, há uma necessidade de uma investigação sobre os motivos dessas famílias não serem beneficiárias do PBF, se a renda está acima do que é exigido para a inserção do programa e de onde advém essa renda, do trabalho ou de outros benefícios sociais; se a renda per capita se enquadra no que ficou denominado de famílias em fase de emancipação, podendo ser implementadas no PAB nos próximos meses, já que a renda per capita agora é de até R\$525,00; ou se realmente se trata de um descaso com essas populações que vivenciam todos os tipos de vulnerabilidades sociais. O que indica que ainda há um longo caminho para ser percorrido no Brasil para que o Estado respeite os cidadãos nos seus direitos básicos.

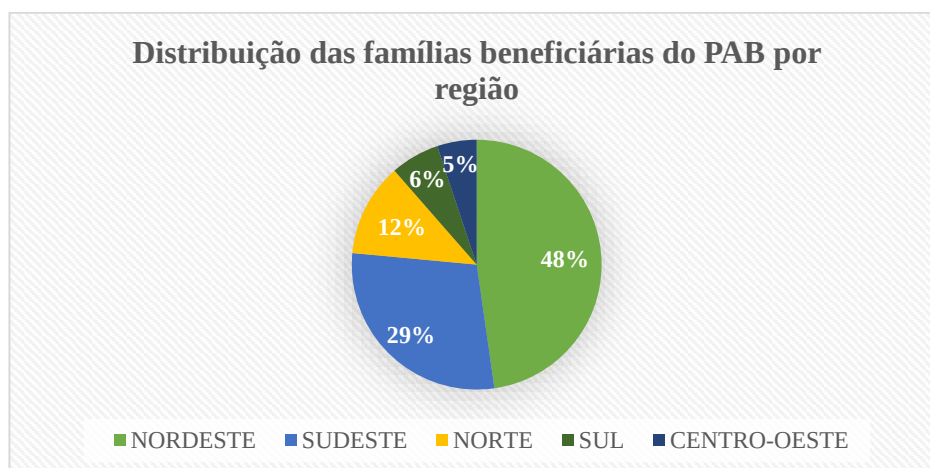
Outro fato a ser destacado é, se haviam 2.892.192 (dois milhões oitocentos e noventa e dois mil e cento e noventa e duas) famílias em abril de 2022 beneficiários advindos do PBF, e se em outubro de 2021, último mês do programa, haviam 14.654.783 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e oitenta e três) famílias beneficiárias, as famílias de grupos tradicionais representavam mais de 20% das famílias beneficiárias. Dentre estes, destacam-se os agricultores familiares com 1.599.985 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e cinco) famílias beneficiárias, seguidos dos pescadores com 269.219 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e dezenove) famílias; coletores de lixo com 161.693 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e noventa e três) famílias; quilombolas com 176.252 (cento e setenta e seis mil duzentos e cinquenta e duas) famílias; e os povos indígenas com 155.407 (cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sete) famílias envolvidas no programa. Portanto, percebe-se como o público-alvo da pesquisa de campo desse trabalho, que será abordado nos próximos subtópicos, representa uma parte considerável dos programas de transferência de renda no país. Famílias que encontraram nessas políticas um subsídio para aliviar os efeitos drásticos de uma sociedade desigual.

Em relação a distribuição das famílias por região, segundo o dado divulgado pelo Ministério da Cidadania em janeiro de 2022³⁵, quando o número de famílias beneficiadas ainda eram de 17,5 milhões, grande parte dos domicílios atendidos se encontravam na região Nordeste, seguidas das regiões: Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. Essa distribuição regional das famílias atendidas segue praticamente inalterada, pois nos estudos de Camargo et al. em 2013 (apud SILVA; LIMA, 2014) sobre o perfil das famílias beneficiadas do PBF naquele ano,

³⁵BRASIL, 2022. Ministério da Cidadania: Quantidade de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil no Sudeste cresce 28,45%. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias/desenvolvimento-social/quantidade-de-familias-atendidas-pelo-auxilio-brasil-no-sudeste-cresce-28-45#govbr-busca-input>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

seguia praticamente essa mesma distribuição, com maiores concentrações de famílias no Nordeste e menores no Centro-Oeste do país.

GRÁFICO 2 - Distribuição das famílias beneficiárias do PAB por região



Fonte: BRASIL, 2022.

Entretanto, tendo como referência os dados de 2013 de Camargo (apud SILVA; LIMA 2014), é perceptível algumas pequenas alterações, por exemplo, no Sudeste houve um aumento de beneficiários de 25,3% em 2013 para 29% em 2022, o mesmo aconteceu com o Norte, pois naquela época correspondia 10,4% enquanto atualmente é de 12%. O que repercutiu para a diminuição nas regiões Nordeste, de 50,2% para 48% e no Sul de 9% para 6%, enquanto a região Centro-Oeste permaneceu praticamente inalterada de 5,1% para 5%.

Em relação as distribuições das famílias beneficiadas do PAB nas Unidades Federativas, os dez primeiros estados com maior número, tendo como referência os mesmos dados divulgados pelo Ministério da Cidadania em janeiro de 2022, são: 1º) Bahia com 2.168.534 famílias; 2º) São Paulo com 2.143.332 famílias; 3º) Pernambuco com 1.399.636 famílias; 4º) Minas Gerais com 1.387.581 famílias; 5º) Rio de Janeiro com 1.280.407 famílias; 6º) Ceará com 1.278.509 famílias; 7º) Pará com 1.129.620 famílias; 8º) Maranhão com 1.089.188 famílias; 9º) Paraíba com 601.765 famílias e 10º) Piauí com 530.881 famílias. Enquanto Roraima é o estado com menor número de famílias, são 58.787 famílias, devido ser o menos populoso entre os estados brasileiros e não porque as pessoas residentes têm melhores condições de vida comparado aos habitantes das outras unidades federativas (BRASIL, 2022).

Se compararmos esses dados de 2022 com os dados de 2018 do PBF, referente aos dez primeiros colocados, percebe-se pequenas variações de posições:

QUADRO 12: Distribuição das famílias beneficiadas dos Programas de transferência de Renda nas Unidades Federativas em 2018.

UNIDADES FEDERATIVAS	NÚMEROS DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PBF	BENEFÍCIO MÉDIO
1º Bahia	1.814.826	R\$177,95
2º São Paulo	1.530.794	R\$ 159,32
3º Pernambuco	1.135.807	R\$174,24
4º Minas Gerais	1.029.209	R\$169,35
5º Ceará	1.043.476	R\$178,10
6º Maranhão	976.169	R\$205,26
7º Pará	944.283	R\$93,33
8º Rio de Janeiro	819.638	R\$172,11
9º Paraíba	504.492	R\$192,65
10º Piauí	446.504	R\$200,40

Fonte: BRASIL, 2018.³⁶

Percebe-se que as quatro primeiras colocações continuam as mesmas assim como a sétima, a nona e a décima colocação. As maiores mudanças, concentram-se entre o estado do Rio de Janeiro e Maranhão. Enquanto em 2018, o estado carioca ocupava a oitava posição, no PAB ocupa a quinta posição, antes posição do Ceará, que passou a ocupar na atualidade a sexta colocação. Já o Maranhão foi em direção oposta ao estado carioca, enquanto em 2018 ocupava a sexta posição, atualmente ocupa a oitava. Mas isso não significa que houve melhorias nas condições de vida das famílias maranhenses e muitas deixaram de receber o programa porque alcançaram um nível de renda razoável, pois é perceptível que, com o PAB aumentaram os números de beneficiários para mais de 11%. Entretanto, essa elevação no número de beneficiários ainda é mais sentida no Rio de Janeiro, cujo aumento foi para mais de 70%. O que pode derivar tanto da abertura do programa para as famílias com renda per capita de até R\$525,00, como para o impacto que essas famílias obtiveram nesses dois longos anos de Pandemia, gerando um número elevado de desempregados.

Não foi possível encontrar dados recentes relacionados ao perfil das famílias beneficiárias no que concerne à localidade, se área urbana ou rural. Entretanto, como 84% da população brasileira em 2021, concentravam-se na área urbana, há grande probabilidade da maioria dos beneficiários se concentrarem nessa área também (BRASIL, 2022). Pois, segundo os estudos de Silva e Lima, em 2013 correspondia a 70% das famílias beneficiadas do PBF contra 30% que habitavam na área rural.

Entretanto, em relação as condições ideais de infraestrutura domiciliar como coleta de lixo, abastecimento de água pela rede pública, saneamento básico, foi identificado nos estudos

³⁶ BRASIL, 2018. Bolsa família atende mais de 13, 7 milhões de famílias em 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em 16 de junho de 2022.

de Camargo et al (2013 Apud SILVA; LIMA 2022) que apenas 38,1% das famílias do PBF tinham condições ideais, o que não deve ser muito diferente da atualidade. Mas só teremos dados suficientes a partir do Censo de 2022, que revelará mais nitidamente as mudanças e permanência da pobreza absoluta e relativa depois do período pandêmico.

Quanto ao perfil dos beneficiários em relação ao sexo, podemos considerar os dados divulgados pelo Ministério da Cidadania em relação aos beneficiários do AE, cuja maioria eram mulheres. Assim como a análise de Silva e Lima (2014), tendo como referência o ano de 2013, em que mais de 50% dos beneficiários eram do sexo feminino, inclusive mais de 93,1% das famílias beneficiárias tinha como responsável legal do benefício, as mulheres. O que não difere da realidade na atualidade, pois o foco do programa ainda recai sobre o sexo feminino.

3.2 O Perfil das Famílias Beneficiadas em São Bernardo- MA

Figura VII - Mapa da localização de São Bernardo- MA.



Fonte: WIKIPEDIA, 2022

Antes de analisar o perfil das famílias bernardenses, é necessário situar em que município essas famílias residem. São Bernardo é um município brasileiro da região Leste do Estado do Maranhão, que foi desvinculado de Brejo há 87 anos, quando foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº875, em 15 de julho de 1935 (VAZ, 2016). Possui uma área territorial de 1.005,824 km², e população estimada de 28.825 em 2021 (IBGE, 2022). Sendo

que 17.679 pessoas eram diretamente beneficiadas pelo PBF, isto é, 61% da população, representando naquele ano em 5.259 famílias beneficiadas (BRASIL, 2022).

Segundo Sousa (2018), a história da formação do município nos discursos oficiais remete as primeiras investidas dos padres jesuítas em catequizar os povos indígenas, que aliados aos portugueses fundavam vilas em diferentes localidades do Baixo Parnaíba,³⁷ que posteriormente se transformaram em cidades. Entretanto, tanto Sousa (2018), quanto Vaz (2016) advertem que historicamente assim como a área que situa São Bernardo, como todas as demais cidades do Baixo Parnaíba, foram habitadas, a priori, pelos povos indígenas de Anapurus e Tremembés, que no século XIX já se encontravam extintos pelo processo selvagem dito civilizatório. Aliados a isso, Sousa (2018) destaca a presença maciça de negros na formação do município, porém silenciada pelo discurso dominante, contudo visível nos grupos sociais na formação de vilas e povoados.



Figura VIII. Mapa da localização da microrregião do Baixo Parnaíba

Fonte: WIKIPÉDIA, 2022³⁸.

Atualmente o município de São Bernardo possui inúmeros povoados, entretanto não foi encontrado nenhum dado com o número exato dos mesmos, apenas dos povoados que foram

³⁷ “A região engloba os municípios de São Bernardo, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, Tutóia e Urbano Santos, uma área com quase 20 milhões de quilômetros quadrados e que abriga mais de 410 mil habitantes, dos quais 53% vivem na área rural” (AGENCIA SENADO, 2018)

³⁸ LISTA DE MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO MARANHÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Maranh%C3%A3o&oldid=63432877>. Acesso em: 21 abr. 2022.

catalogados pelo IBGE em 2010. Segundo uma funcionária do IBGE do município, foram catalogados apenas 14 povoados, mas a mesma acredita que a estimativa irá aumentar no Censo de 2022. No entanto, ainda com a ausência dos números exatos de povoados no município, é possível afirmar que São Bernardo, trata-se de um município rural, pois das 26.476 pessoas que haviam em 2010, 11.800 pessoas viviam na área urbana, enquanto 14.676 indivíduos viviam na área rural (IBGE, 2010). Portanto, trata-se de um município composto, maiormente, por indivíduos do campesinato, com apenas 4,1% da população total do município com ocupação formal em 2020, tendo um percentual de urbanização de vias públicas de apenas 1,5% (2010), de esgotamento sanitário de apenas 11,1% (2010) e 7.152 domicílios (IBGE, 2010). Entretanto, além de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ser 0,572. Nesse sentido, trata-se de um município de subproletariados, cujos cidadãos convivem com a pobreza extrema e relativa e sem acesso a oportunidade de empregabilidade. Pois, mais de 53,8% da população vive com uma renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, advindos dos pequenos comércios, algumas são antigas quitandas, assim como de prestação de serviços, agricultura familiar, pecuária, suinocultura, pescaria e das políticas de transferência de renda e outros benefícios sociais (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que a agricultura familiar e a pescaria são as principais atividades de muitos moradores, principalmente do campesinato, pois a localização geográfica do município, fica entre muitos rios e lagos. Por essa riqueza fluvial, cujo Rio Buriti é uma de suas principais marcas naturais, recebeu nos séculos XIX e XX números massivos de migrantes nordestinos oriundos principalmente dos estados do Ceará e Piauí que fugiam das secas avassaladoras para essas regiões maranhenses que simbolizavam riqueza e fertilidade, constituindo assim juntamente com as raízes indígenas, negras e europeia a diversidade étnica e racial do município (ASSUNÇÃO, 2008; VIANA, 2014).

A partir de agora nos deteremos no perfil específico das famílias bernardenses: aquelas que são beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como principal subsídio teórico, os relatórios extraídos, tanto via aplicativo do PBF, como por meio do site do Ministério da Cidadania sobre o PAB³⁹, assim como os dados obtidos no CRAS do município, por intermédio de questionários, conversas enviadas e colhidas por WhatsApp, mediados por um dos principais funcionários que se dispôs gentilmente a colaborar com a presente pesquisa, cujo contato foi intermediado por uma tia que trabalha justamente nesse estabelecimento e que indicou a pessoa exata que poderia me auxiliar nas informações.

³⁹ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#>

Segundo os dados colhidos no CRAS, o PBF foi implementado no município em janeiro de 2014, com 2.314 famílias beneficiárias no primeiro mês de implementação do programa. Isso implica dizer que ao longo dos 17 anos do PBF no município, houve um aumento de mais 227% de famílias beneficiárias. Isto é, ao passo que o programa ia sendo disseminado, mais famílias que se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade social iam sendo implementadas. Segue o quadro com os números específicos das famílias beneficiadas nos diferentes programas de transferência de renda implementado no município de 2019-2022.

QUADRO 13 - Número de famílias beneficiadas nos Programas de Transferência de Renda no Brasil

Número de famílias beneficiadas no PBF (2019)	Número de famílias beneficiadas do AE (1º trimestre de 2020)	Número de famílias beneficiadas do AE (últimos três meses do programa-2021)	Número de famílias beneficiadas do PBF (2021)	Número de famílias beneficiadas no PAB (2022)
5.259	9.446	5.634	5.259	5.901

Fonte: BRASIL, 2019; BRASIL, 2022; CRAS, 2022.

Percebe-se que os números de famílias beneficiárias do PBF continuam os mesmos entre 2019-2021. Tendo um aumento significativo de famílias beneficiárias de auxílios financeiros advindo de políticas de transferência de renda no ano de 2020, como aconteceu em todos os municípios brasileiros com a inserção do AE, que tinha o intuito de conter os efeitos drásticos da Pandemia, mas que acabou revelando um número elevado de brasileiros que mesmo se encaixando nos perfis de acesso ao PBF se encontravam fora do CadÚnico e, conseqüentemente, do programa. Repercutindo no aumento de beneficiários do PAB, que no município teve uma elevação de 11% das famílias beneficiárias, que deriva também do que foi apontado nos subtópicos anteriores, da abertura do programa para as famílias com renda per capita de até R\$525,00 que tenham em sua composição gestantes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos.

Em relação ao AE fica evidente os cortes no benefício em 40% comparado os últimos meses do programa em 2021 ao primeiro trimestre de 2020. Segundo os dados disponibilizados no aplicativo do PBF, das 5.259 famílias beneficiárias do programa no município em outubro de 2021, 2.497 estavam com o benefício liberado, 4 estavam com o benefício bloqueado, e 2.758 estavam com o benefício suspenso, mas integradas no AE.

Quanto aos responsáveis familiares pelo PBF, o município seguia a mesma predominância nacional, dando preferência ao sexo feminino, pois 90% das famílias beneficiárias tinha como responsáveis legais do benefício, as mulheres; como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 - Distribuição dos responsáveis legais bernardenses do benefício, segundo o



Fonte: BRASIL, 2022.

Não foi possível averiguar nas Informações Municipais para a Jornada do Auxílio Brasil se essa predominância continua a mesma, pois não havia esse dado na plataforma. Entretanto, segundo as informações prestadas pelo Cras, essa hegemonia continua no Auxílio Brasil. Ainda sob essa perspectiva de sexo, porém abordando a distribuição de todos os beneficiários bernardenses, temos o seguinte resultado disponibilizado pelo Cras: das 10.129 pessoas analisadas pelo Cras, 47% são do sexo masculino, enquanto 53% são do sexo feminino. Portanto, temos uma predominância feminina entre os beneficiários. Entretanto não se pode afirmar que o sexo feminino compõe a população mais pobre do município, pois seria necessário perceber se há uma hegemonia do sexo masculino ou feminino no município nos dias atuais. Pois os dados que apontam a predominância masculina em relação ao número geral de moradores do município são de 2010. Ou seja, não há como comparar, pois são 12 anos de diferença e não se sabe se durante esses 12 anos houve alguma alteração na taxa de natalidade quanto ao sexo, que implica justamente entre a faixa etária que possui mais beneficiários.

Quanto a quantidade de famílias nos diferentes tipos de benefícios recebidos pelas famílias bernardenses, será analisado dois quadros abaixo: o primeiro referente ao último mês do PBF (outubro de 2021); e o segundo referente a maio de 2022 do PAB.

QUADRO 14 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de benefícios do PBF (2021).

<i>Quantidade de famílias conforme os diferentes tipos de benefícios do PBF em 2021.</i>						
Benefício Básico (R\$89,00)	Benefício Variável à Gestante (BVG) (R\$41,00)	Benefício Variável à Nutriz (BVN) (R\$41,00)	Benefício variável (crianças de 0 a 6 anos) (R\$41,00)	Benefício variável (crianças de 7 a 15 anos) (R\$48,00)	Benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) (R\$48,00)	Benefício para superação da extrema pobreza (BSP) (R\$89,00)
5.220	47	0	2.375	4.113	1.391	3.932

QUADRO 15 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de benefícios do PAB (2022).

<i>Quantidade de famílias conforme os diferentes tipos de benefícios do PAB em 2022.</i>							
Primeira Infância (Até 36 meses de idade) (R\$130,00)	Benefício composição familiar (R\$65,00)					Benefício para superação da extrema pobreza (BSP)	Compensatório de transição (BCOMP) (Complementação da renda para um valor mínimo de R\$400,00)
	Gestante (BCG)	Nutriz (BCN) (Criança até 7 meses incompleto)	Criança (BCC) (3-16 anos incompletos)	Adolescente (BCA) (16-18 anos incompletos)	Jovem (BCJ) (18-21 anos incompleto)		
844	306	130	5.828	1.118	1.101	5.519	1.290

Através dos dois quadros é possível averiguar os diferentes tipos de benefícios e valores, que já foram comentados no capítulo anterior somados aos números de famílias com crianças, adolescentes e jovens que estão inseridos nos programas, assim como o número de famílias com gestantes; e em situação de extrema pobreza no município. Estes dois últimos tiveram um salto significativo do PBF para o PAB. O número com gestantes saltou de 47 para 306, um aumento de 651%. O que deve ser apontado como um reflexo da Pandemia, em que inúmeras

pessoas independentemente da renda adiaram o sonho de ter filhos, devido ao medo e a insegurança causados pelos dois anos críticos da Pandemia no Brasil: 2020-2021. Pois pesquisas tem demonstrados que o “impacto da pandemia no número de recém-nascidos foi maior até mesmo que o do surto de zika e microcefalia que afetou o país entre 2015 e 2016” (CNN, 2021⁴⁰). Nesse sentido, na medida que o cenário pandêmico foi se revelando em ritmo decrescente, as famílias foram se sentindo mais confortáveis em retomar os planos de obterem filhos. Sendo reafirmado tal assertiva, inclusive ao ser analisado o número de nutrizes nos dois quadros, pois não havia nenhuma mulher participante do Benefício Variável à Nutriz (BVN) em outubro de 2021, enquanto atualmente há 130 nutrizes recebendo o PAB.

No que diz respeito a faixa etária de beneficiários nutrizes, crianças, adolescentes e jovens entre os dois programas, é preciso observar uma alteração nos benefícios e nas divisões dessas faixas etárias nos programas. Sendo didaticamente mais viável analisar separadamente. No PBF a faixa etária que mais recebia o Benefício Variável eram as crianças entre 7-15 anos (4.113), seguidas por crianças de 0-6 anos (2.375 crianças) e por último 1.391 adolescentes entre 16-17 anos, pois como foi mencionado no parágrafo anterior, não havia nenhuma criança de 0-6 meses de idade.

Em contraposição, no que se refere ao PAB, temos os seguintes dados: as crianças entre 3-16 anos são o público com maior número de beneficiários, cerca de 5.828, seguidos por crianças de até 36 meses que recebem um valor maior de todos os benefícios R\$ 130 reais, são 844 crianças nessa categoria; depois são as nutrizes (130 mulheres com crianças de 0-7 meses de idade incompleto), depois pelos adolescentes de 16-18 anos incompletos (1.118) e por último pelos jovens de 18-21 anos de idade incompleto (1.101), faixa etária que não era contemplada no programa anterior. Portanto são mais de mil jovens sendo incentivados por meio do auxílio financeiro a concluírem o Ensino Básico, pois como mencionado no capítulo anterior ainda é uma das faixas etárias que é mais afetada pelo abandono escolar.

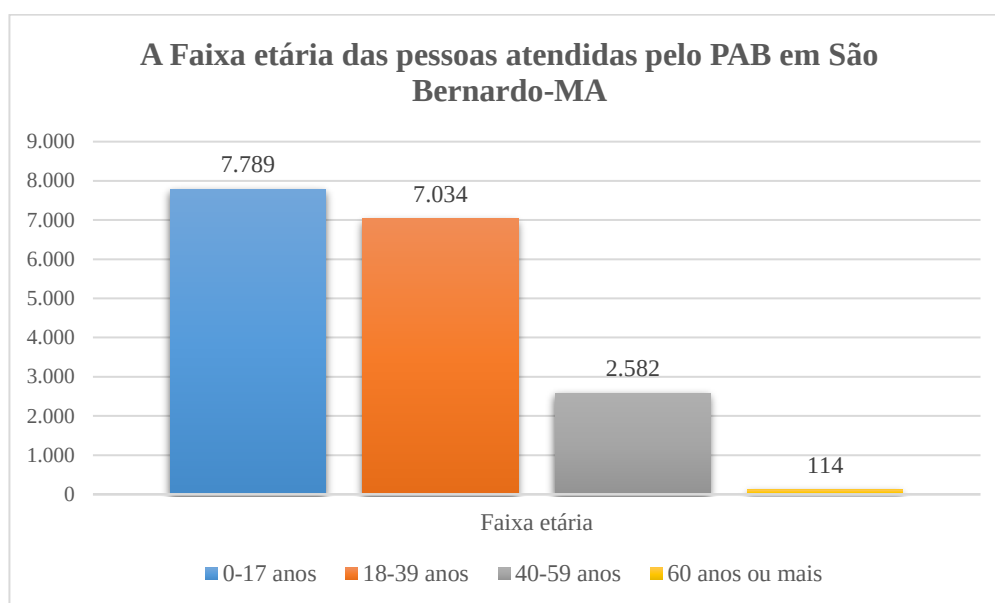
Em relação ao número de benefícios destinados as famílias em situação de extrema pobreza que equivalia a 75% do total de beneficiários, subiram para 93%. Este indicador representa por um lado uma elevação de famílias que tiveram suas rendas diminuídas e por outro da inserção de pessoas que mesmo em situações de extrema pobreza estavam fora das políticas de transferência de renda nos anos anteriores.

⁴⁰ Com pandemia, número de nascimentos no país em 2020 é o menor em 26 anos. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-pandemia-numero-de-nascimentos-no-pais-em-2020-e-o-menor-em-26-anos/>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Importa ainda ressaltar as 1.290 famílias que recebem a complementação da renda para um valor mínimo de R\$400,00 no PBF. Pois segundo os dados divulgados pelo Relatório do Auxílio Brasil no município, o valor médio do programa no município é de R\$422, 00.

Ainda sobre a perspectiva da faixa etária, entretanto abordando a distribuição dos beneficiários de 0- 60 anos ou mais, foi investigado no Cras qual o perfil etário do município nesse aspecto, obtendo os seguintes resultados abaixo:

GRÁFICO 4. Faixa etária das pessoas atendidas pelo PAB em São Bernardo- MA



Fonte: Cras (2022).

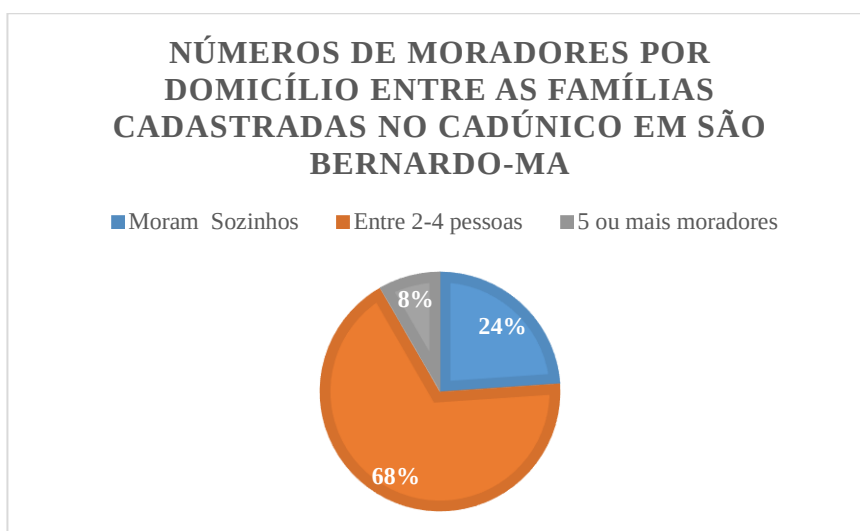
Portanto, percebe-se que, como o público-alvo dos Programas de Transferência de Renda no Brasil são crianças, adolescentes e mais recentemente jovens de até 21 anos de idade, grande parte das pessoas atendidas pelo PAB no município se encontram nessas faixas etárias. Em contraposição um número bem pequeno de pessoas com 60 anos ou mais, que se explica pelo fato de muitos já estarem inseridos no sistema previdenciário, como também representa os pais cujos filhos são adultos, consequentemente, “não se enquadram no público prioritário do programa” (SILVA, LIMA, 2014).

Quanto a renda monetária dos beneficiários, foi conseguido os seguintes dados no Cras acerca das famílias cadastradas no CadÚnico e não especificamente das famílias beneficiárias do PAB. Entretanto, esses dados são reveladores para compreendermos o perfil monetários dessas famílias bernardenses. Segundo o Cras, são 7.868 famílias cadastradas no CadÚnico, destas 81% são famílias com renda per capita de até R\$100,00; 2% com renda per capita entre

R\$ 100,01 e R\$200,00; 8% com renda per capita entre R\$ 201,00 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 0,83% com renda per capita de um salário mínimo (R\$ 1212,00); 6% com renda per capita entre R\$1.212,00 e R\$2.424,00; e 2% das famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 2.425,00 e R\$3.636,00. Nesse sentido, a grande maioria são famílias que vivenciam a extrema pobreza e que são atendidos pelo PAB.

Quanto ao número de moradores por domicílios, repete o mesmo aspecto metodológico, não se obteve dados específicos dos beneficiários, mas do que estão cadastrados no CadÚnico. Demonstrados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 5. Números de Moradores por domicílio entre as famílias cadastrada no CadÚnico em São Bernardo- MA



Fonte: CRAS (2022).

Como se pode notar a predominância dos domicílios são de uma configuração familiar pequena entre 2-4 pessoas, seguidas de pessoas que moram sozinhas. Apenas 8% das famílias são consideradas extensas com 5 ou mais moradores. O número maior de moradores por domicílio no município é de 15 pessoas, entretanto são raríssimas as famílias com essa configuração.

Em relação aos benefícios de PAB na modalidade de Esforço Individual e a emancipação produtiva, não há nenhum aluno e consequentemente nenhuma família recebendo o benefício de Auxílio Esporte Escolar, como também a Bolsa de Iniciação Científica Junior. Dos municípios que compõe o Baixo Parnaíba, próximo a São Bernardo, somente Santa Quitéria tem aluno bolsista nessa última modalidade. Em relação ao Auxílio Criança Cidadã, Auxílio de Inclusão Produtiva Rural e Auxílio de Inclusão Produtiva Urbana ainda não foram

disponibilizados nenhum dado concernente ao município pelo Ministério da Cidadania, apenas dados nacionais.

No que tange ao Cadastro Único, haviam 7.543 famílias cadastradas no mês de abril de 2022, destas 6.072 viviam em condição de extrema pobreza, 165 viviam em situação de pobreza e 593 em condição de baixa renda (BRASIL, 2022). Mediante esses dados, percebe-se que há cerca de 10% das famílias bernardenses em condição de extrema pobreza que não estão recebendo o PAB.

Segundo os dados disponibilizados sobre o último mês do PBF referente aos grupos prioritários que englobam Indígenas, Quilombolas, Famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo, Famílias com pessoas catadoras de material reciclável, Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil, não havia nenhuma família beneficiária com esse perfil.

Em relação ao Auxílio Gás, são 3.201 famílias beneficiárias que recebem a cada dois meses o benefício no valor de R\$51,00. Sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal que possibilita para essas famílias beneficiárias um desconto na conta de luz, são 3.868 famílias incluídas (BRASIL, 2022).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, no município haviam 5.672 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação que precisavam ter a frequência escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Cujo acompanhamento resultou em 96,03%, portanto acima do resultado nacional que é de 93,07%. Nesse sentido, o PBF possibilitou 96,03% de crianças e adolescentes bernardenses o acesso à educação, que talvez sem o benefício cairiam nas amarras do trabalho infantil para complementar a renda familiar.

Quanto ao acompanhamento na área da saúde, 10.371 beneficiários (as) tinham perfil para o acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2021. O município conseguiu um acompanhamento de 83,61%. Isto é, 13,83% a mais da média nacional (BRASIL, 2022).

No que tange a distribuição das famílias beneficiárias por área urbana ou rural. A maior parte destas estão na área rural do município, cerca de 54%, contrapondo - se aos dados nacionais do PBF em 2013, em que 73,3% dos domicílios eram localizados na área urbana (SILVA, LIMA, 2014). Entretanto as mesmas autoras alertavam que o Nordeste era a região com o maior número de beneficiários camponeses e com menores taxas de urbanização. Utiliza-se esses dados comparativos, diante da ausência na atualidade de dados nacionais sobre esse aspecto.

Dos povoados com o maior número de beneficiários está o Coqueiro com 309 beneficiários (CRAS, 2022), mas que também é o maior povoado do município com 935 residentes, segundo o Censo de 2010. O povoado com o menor número de beneficiários é Madeira Cortada com 4 beneficiários (não foi possível averiguar o número de residentes do povoado, pois este não aparece no Censo de 2010).

3.3 Caracterização do espaço de análise: A Escola e as Comunidades Rurais

Como os meus pesquisados são oriundos de um mesmo centro de ensino, o C. E Deborah Correia Lima- sede, e a minha imaginação sociológica fluiu justamente dessa proximidade e possibilidade de entrevistá-los, visto que sou docente, é necessário caracterizar também esse espaço de análise, refletindo sobre seu surgimento, caracterização do público-alvo, como a quantidade de alunos e desses quais são moradores urbanos e rurais, gênero e beneficiários assim como outros dados necessários. Para tais informações nos deteremos tanto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, como principalmente pelas informações dadas pelas gestoras da escola e outros documentos que possam surgir.

Após a caracterização da instituição escolar, também será analisado as comunidades rurais em que vivem os nossos pesquisados, destacando as principais características desses povoados e a distância dos mesmos em relação à escola. Utilizando como principal aporte a etnografia e os dados colhidos com os AGS dos povoados.

3.3.1 A escola como porta de acesso

Não poderia deixar de caracterizar a escola, afinal ela foi a nossa porta de acesso para chegar até as famílias pesquisadas e ser recebidas pelas mesmas com todas as cargas emotivas de ser professora da instituição que os filhos dos beneficiários estudam. Portanto, foi o agente facilitador nesse contato entre pesquisador e pesquisado.

O C. E Deborah Correia Lima está localizado à Travessa Alexandre Mendes, Nº 03 no Centro de São Bernardo – MA. É uma escola estadual que oferece o Ensino Médio Regular nos turnos matutino e vespertino; e Ensino Médio na modalidade EJA no turno noturno. Portanto, trata-se de uma instituição “mantida pelo Estado do Maranhão através da Secretaria Estadual de Educação do Maranhão-SEDUC e vinculada a Gerência Regional do Baixo

Parnaíba” (situada em Chapadinha- MA) (PPP, 2022 p.). A imagem a seguir mostra a parte exterior da instituição.

Figura IX. Imagem da parte exterior da instituição escolar.



Fonte: A autora (2022)

O Centro Educacional Deborah Correia Lima foi criado em 1970. Porém com o nome de Ginásio Bandeirante. Inicialmente, a escola atendia “somente o Ensino Fundamental Maior do 6º ao 9º ano, com capacidade para 300 alunos” (PPP, 2022 p.2). Mas vale ressaltar que o prédio atual, considerado como sede, embora do Ensino Fundamental, surgiu posteriormente, em 1978, mediante a necessidade de expansão do ensino e da estrutura física, pois o número de alunos já superava a capacidade permitida. “No ano de 1984, a escola passou a ser registrada como Unidade Integrada Deborah Correia Lima, atendendo a partir da resolução nº 297/84-CEE de 03/08/1984º ensino fundamental de 6º ao 9º ano” (PPP, 2022 p.3).

Há vinte anos, em 2002 (possível data da última reforma) a escola passou a atender alunos do Ensino Médio, como Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Deborah Correia Lima, com sede em São Bernardo e os polos com funcionamento no turno noturno nos seguintes povoados: Coqueiro (anexo I com aproximadamente 29 km de distância da sede) e Mamorana (anexo II com aproximadamente 20 km de distância da sede). Somente em 2012 a instituição deixou de oferecer o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano e passou a atender preferencialmente o ensino médio regular (turnos matutino e vespertino) e ensino médio na modalidade EJA I e II (turno noturno) e nos anexos o ensino médio regular no turno noturno e o EJA I (PPP, 2002).

A estrutura física da escola conta com 1 laboratório na entrada da escola ao lado direito (porém desativado, sendo um espaço para colocar livros usados), 1 auditório (local de apresentação de trabalhos, reuniões, palestras, entre outros, muito utilizado pelos professores e gestores), 1 sala de professores com banheiro aliada a duas salas menores que colocam os

armários com documentos, dossiês dos alunos, entre outros pertences, e sala das gestoras escolares. Além disso, há uma outra sala específica para a entrega de certificados e histórico escolar, devido o número constante de pessoas a procura desses documentos. A escola também conta com 1 refeitório, 1 pátio escolar e 1 quadra esportiva bem deteriorada que todos anseiam para que seja logo reformada. Há a presença de banheiros femininos e masculinos, pias na entrada da escola (essa última colocada com o retorno das aulas presenciais em formato híbrido, uma das medidas sanitárias exigidas para o momento de contenção da pandemia). A sede da escola tem 8 salas de aula (três com ar-condicionado), e atualmente atende cerca de 579 alunos.

Mas, vale ressaltar que atualmente a estrutura física do centro de ensino se encontra em reforma, algo muito estimado por todo o corpo escolar há anos, mas que teve início somente agora em meados de julho de 2022. Diante disso, a gestão escolar planejava estratégias pedagógicas para o retorno das aulas em agosto, pois dado o ponta pé inicial da reforma de modo recente, dificilmente estaria pronto em 15 dias, portanto uma das alternativas planejadas seria o retorno das aulas em formato remoto. Uma escolha desconhecida na fase anterior a Pandemia causada pela Covid-19, pois uma das alternativas mais utilizadas era a paralização de todas as atividades escolares enquanto a instituição estivesse em reforma. Pois raramente as escolas recebem proventos estatais para alugar um imóvel ou encontram um prédio capaz de alocar tantas turmas e alunos, principalmente em municípios de pequeno porte.

No entanto, felizmente a gestão escolar entrou em contato com a gestão da Universidade Federal do Maranhão - campus São Bernardo -, para alocar os alunos na universidade, obtendo uma resposta favorável. Portanto, as aulas do segundo semestre da escola aconteceram na UFMA, favorecendo uma aproximação física dos alunos do ensino médio com o ensino superior, pois conheceram o laboratório do curso de Licenciatura de Ciências da Natureza, estão tendo as aulas de Educação Física na quadra esportiva da UFMA e participando dos eventos da universidade. Além de estudarem em salas climatizadas. Segundo as gestoras, todos esses elementos têm favorecido um clima de confiabilidade e satisfação dos alunos, mesmo com a junção de turmas, e consequentemente com as salas bastante cheias. Pois, com o retorno das aulas presenciais da universidade em setembro, não haveria espaço para alocar as oito turmas do matutino.

Com o regresso do anexo de uma outra unidade de ensino médio em um dos povoados do município, como já mencionado, houve uma redução no número de alunos do campesinato matriculados na escola em 2022. Pois, no ano citado, a escola sede possuía 564 alunos⁴¹, cujos

⁴¹ A presente pesquisadora teve acesso a todos os dossiês dos alunos, obtendo manualmente todos os dados, pois não foi possível a escola elaborar o censo de 2022.

19% eram da área rural, 58% eram do sexo feminino e 69% integrantes dos programas de transferência de renda. O que evidencia a relevância dessas políticas públicas para a manutenção de mais da metade do alunado da escola.

3.3.2 Ao microcosmo das comunidades rurais

Como já mencionado em tópicos anteriores, São Bernardo- MA é um município rural, pois a maioria da população é moradora de comunidades rurais, que embora os órgãos pesquisados não saibam o número exato de povoados, mas são conscientes do número vasto dos mesmos.

Os alunos e consequentemente suas famílias, alvos da presente pesquisa são oriundos de cinco comunidades distintas: Passagem da Canoa, Vila São José, Currais, São José e Enxu. Ainda que sejam comunidades rurais que presenciam estilo de vida e desafios similares, é possível perceber as distinções entre elas.

A Passagem da Canoa, como o próprio nome dá indícios, é um povoado que fica a margem do Rio Buriti, que durante muito tempo, antes das construções das pontes de madeiras, as pessoas só tinham acesso através das canoas e que nos períodos chuvosos esse acesso ainda se torna restrito atualmente, devido ao transbordamento do rio. É um povoado pequeno, composto por 17 famílias, destas, 11 são integrantes do PAB, as demais são aposentadas e pensionistas. Fica cerca de 5 Km da sede municipal.

A Vila São José é um povoado que fica à margem da MA 034, e cerca de 7 km de distância da sede do município. O povoado possui uma escola que atende o Ensino Fundamental Menor, e como espaço recreativo, um campo de futebol construído pelos próprios moradores. Conta também com um pequeno comércio, construído numa sala do proprietário e uma borracharia para motocicletas. Além disso, há presença de 3/4 bares. Não foi possível o acesso sobre o número de famílias e habitantes, pois não obtive o retorno do AGS. Entretanto é perceptível como o povoado carece de investimento e de espaço sociocultural.

Currais, fica cerca de 16 km da área urbana do município, é um povoado com maior destaque entre os pesquisados, e atende em suas instituições de ensino e de saúde todos os povoados pesquisados, além de inúmeros outros. Conta com dois estabelecimentos de ensinos, um que atende o Ensino Fundamental Menor e o outro o Ensino Fundamental Maior e o Ensino Médio, pois nesse ano de 2022 retornou como anexo no turno noturno de uma outra escola

estadual do município. Portanto, é um povoado com bastante movimentação tanto no período matutino, vespertino e noturno.

Devido essa movimentação de pessoas, a comunidade rural conta com um estabelecimento comercial bem avançado, comparados aos outros povoados, com predominância em venda de produtos alimentícios e materiais de construção; além de outros menores estabelecimentos comerciais, popularmente conhecidos como quitandas. Existem também três lanchonetes, uma construída no início do povoado, numa varanda do proprietário, e as outras duas, são quiosques construídos em frente uma das instituições escolares.

Além disso, o povoado possui um Posto de Saúde que foi reformado recentemente com atendimento médico, uma vez na semana, às sextas-feiras. Há dois templos religiosos, um da Igreja Católica e o outro sendo reconstruído da Assembleia de Deus; uma quadra esportiva que fica dentro dos muros da instituição escolar que oferece o Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio, porém aberto aos moradores; e um campo de futebol construído e zelado pelos próprios moradores. O povoado também conta com alguns bares, entre o principal e mais visitado nos fins de semana, o que fica à margem do Rio Buriti, que funciona também com um restaurante e é conhecido como Belisca.

Segundo os dados divulgados pelo AGS do povoado, Currais tem 536 habitantes, 170 famílias, sendo que 96 destas famílias são beneficiárias do PAB, as demais são oriundas do funcionalismo público, microempreendedores, aposentados e pensionistas.

O povoado São José é conhecido popularmente na atualidade como São José dos Currais, tanto por ficar próximo do mesmo, cerca de 5 km, como para facilitar para os que desconhecem a localização. Possui cerca de 57 moradores e 18 famílias, sendo que 13 famílias são beneficiárias do PAB, as demais vivem da Previdência Social, exceto uma única família que tem como principal fonte de renda o salário de professora municipal. É um povoado, cuja pesquisadora tem muitas memórias afetivas, pois além de ser um local em que moravam os avós maternos da pesquisadora, fez parte do processo de ensino e aprendizagem de boa parte da infância da mesma. Pois, durante a década de 90 e a primeira década do ano de 2000, o povoado atendia o ensino fundamental menor com a presença de alunos dos povoados circunvizinhos, numa escola, conhecido como grupo, por ter uma única sala, um banheiro e um pequeno refeitório, que atualmente se encontra abandonado. Visto que nos dias atuais todas as crianças e adolescentes vão de ônibus escolar para as escolas que ficam situadas numa outra comunidade rural, inclusive supracitado acima, os Currais. Nesse sentido, o povoado conta apenas com uma rede de atração, um campo de futebol construído e zelado tanto pelos moradores como pelos jovens e adultos de outros povoados, mas que funciona principalmente

nos períodos chuvosos, exatamente quando os outros campos das comunidades circunvizinhas se encontram desativados pela lama.

O Enxu é um povoado extenso quanto ao número de moradores e famílias atendidas pelo PAB. Entretanto, fica mais distante da área urbana de São Bernardo- MA, cerca de 28 km. São 580 habitantes, 162 famílias, sendo que 73% destas famílias são beneficiárias do PAB, as demais assim como nos outros povoados, são famílias que vivem da Previdência Social, e do funcionalismo público.

O povoado possui duas escolas que atendem o Ensino Fundamental Menor, os alunos do Ensino Fundamental Maior são direcionados para um outro povoado vizinho (Baixa Grande) e os alunos do Ensino Médio são atendidos nas escolas da área urbana do município no turno matutino. Entretanto, isso é uma conquista recente dos moradores que reivindicaram um ônibus para levar os adolescentes para estudarem no ensino matutino em São Bernardo- MA, ao invés do Ensino Noturno em Baixa Grande. Inclusive quando apareceu uma nova alternativa de estudar o ensino médio neste ano, porém nos Currais, e no período noturno; os pais reivindicaram mais uma vez, justificando o horário que esses adolescentes chegariam em casa à noite, ressaltando os perigos e as desvantagens do ensino noturno, o que possibilitou o município manter um ônibus pela manhã para fazer o transporte desses alunos para a sede do município.

O Enxu, é um dos povoados mais distante do principal rio do município, por isso uma das atrações é uma construção recente de uma piscina em um dos bares do povoado. Pois, o povoado conta com dois bares, dois campos de futebol criado e mantido pela própria comunidade e uma quadra esportiva com grama sintética, porém privada. Quanto a presença das instituições religiosas, há uma capela da Igreja Católica e duas igrejas protestantes, uma da Adventista do Sétimo Dia e outra da Assembleia de Deus. Em relação aos estabelecimentos comerciais, o povoado conta com apenas dois pequenos comércios e uma lanchonete na varanda do proprietário.

Portanto, todas essas comunidades rurais possuem algumas características próprias que dão sentido às experiências e percepções dos beneficiários acerca de seus estilos de vida. Embora tenham em comum uma das principais atividades que é a agricultura e também a de pedreiro/ servente de pedreiro para os homens, atividades como caça, pesca, extrativismo de coco e buriti, produção de farinha, mandioca (chamada pelos povoados de goma) e tiquira, empreendedorismo, trabalhos domésticos são mais intensos em alguns povoados do que em outros e são essas características peculiares que serão destacadas no próximo capítulo das famílias pesquisadas.

4. BOLSA FAMÍLIA/AUXÍLIO BRASIL E ESCOLA: as percepções sobre os programas pelos beneficiários pesquisados

Neste capítulo é analisado o impacto de tais políticas públicas através das percepções dos próprios sujeitos concernidos nos programas. Dividindo os pesquisados em dois grupos: os jovens- alunos beneficiários e o grupo de pais/responsáveis pelos alunos e benefícios. É o capítulo que versa sobre os resultados da pesquisa de campo, que consistiu como técnica de coleta de dados, uma pesquisa de campo com o intuito de ouvir as vozes dos próprios beneficiários (BEAUD, WEBER, 2007). Tratando-se de uma pesquisa participante, de análise qualitativa (BECKER, 1993) que privilegiou como interlocutores da pesquisa, cinco alunos que estejam cursando em 2022 o 3º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Deborah Correia Lima- sede (município de São Bernardo- MA) e suas respectivas famílias, que sejam moradores rurais do município.

Nesse contexto, obras como dos sociólogos brasileiros Pinzani e Rego (2014), tornam-se fundamentais, já que analisam o programa pela perspectiva dos próprios beneficiários, utilizando como metodologia de seus trabalhos, pesquisa de campo/entrevistas ouvindo as vozes de sujeitos marginalizados. Assim como tantos outros trabalhos recentes relativos à essa mesma configuração, por exemplo, o de Ahlert, (2013) que analisa os usos e benefícios do Programa entre as quebradeiras de coco em Codó-Maranhão. Nesse mesmo sentido metodológico, teremos como base teórica a obra de Pierre Bourdieu (2008), “A Miséria do mundo”, já que se trata de uma descrição minuciosa de sua pesquisa empírica, através de entrevistas em que homens e mulheres parisienses relatam suas experiências de vida e suas percepções acerca de suas vivências a margem da sociedade assim como as obras de Serge Paugam (2002), especialmente *Em La société française et ses pauvres*.

4.1 Os Perfis Sociais das famílias pesquisadas.

Tendo o intuito de ver os Programas de Transferência de Renda pelas lentes dos próprios beneficiários (HAGUETTE, 1987), foi conduzida uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, através de entrevistas em profundidades com cinco famílias que estivessem filhos estudando o último ano do ensino básico no turno matutino, na sede de uma escola estadual do município

de São Bernardo- MA. Que mesmo sendo moradores da área rural, e tendo outras opções de cursar o ensino médio, por exemplo, o ensino noturno no próprio povoado ou povoados circunvizinhos, optavam em continuar na escola da área urbana. Possibilitando perceber os sentidos que essas famílias dão as suas trajetórias de vidas permeadas pelas situações de extrema pobreza e pobreza e pelo surgimento dessas políticas sociais que tem como um de seus objetivos principais aliviar as condições de miserabilidade social.

A delimitação do campo relacionada à escola, deriva da própria pesquisadora trabalhar na instituição como professora de Sociologia, o que facilitaria uma aproximação mais rápida e intensa com as famílias pesquisadas, criando um clima de confiança necessário para o tipo de pesquisa proposto.

Para tal objetivo, foi necessário o acesso aos dossiês de todos os alunos do 3º ano do ensino matutino e vespertino, para averiguar quais eram integrantes do PBF e quais eram da área rural, pertencentes aos povoados que passariam a entregar o retorno do anexo de uma outra escola estadual em um dos povoados e que funcionaria no ensino noturno, mas que preferiram continuar estudando na mesma escola que cursavam desde o 1º ano, porém na área urbana. Entretanto, vale ressaltar que essa escolha surgiu durante o processo investigativo, pois foi indo ao campo e por estar sempre no campo que foi possível perceber os diferentes tipos de sentimentos relacionados ao retorno do ensino noturno em um dos povoados, o que repercutiria na diminuição dos alunos nas escolas-sede, pois a priori não haveria mais a possibilidade de um ônibus escolar para levar os alunos dos povoados, pois deviam ser integrados no anexo. Portanto um novo questionamento surgiu: Por que essas famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda insistiram na permanência de seus filhos na escola da área urbana?

A par dos nomes dos alunos que seriam os possíveis entrevistados juntamente com os seus responsáveis, o outro passo foi adentrar em contato seja por uma conversa pessoal ou por meio de mensagens no WhatsApp, para marcar as datas dos encontros. O que foi facilitada pelo fato da pesquisadora ser simbolicamente reconhecida como a professora de Sociologia dos alunos, ser integrante de um pertencimento religioso similar de alguns dos responsáveis dos alunos e ser moradora desde a infância do povoado próximo aos lugares de vivência das famílias pesquisadas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril- junho, e foi organizada conforme as facilidades de acesso aos entrevistados, e conseqüentemente a possibilidade de entrevistar nas casas dos próprios interlocutores, o que não se tornou uma tarefa tão fácil, pois como era um período chuvoso muitos povoados ficaram inacessíveis, sendo remarcadas as

entrevistas para o mês de junho, momento em que as estradas estariam melhores com a diminuição das chuvas.

A metodologia e a estratégia de ação utilizada nas entrevistas, deu-se através de dois questionários semiestruturados, um para os responsáveis dos alunos e do benefício e o outro para os adolescentes-estudantes, utilizando as seguintes estruturas: *Origens sociais e percurso escolar; Característica do domicílio; Pertencimentos religiosos, institucionais; Sobre a unidade familiar e os programas de transferência de renda; Questões de ordem subjetiva quanto aos Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil; Questões de ordem subjetiva quanto um dos temas presentes nas Condicionalidades dos Programas: a Educação*. Essa metodologia possibilitaria compreender os mesmos benefícios pelas diferentes vozes geracionais.

Todas as entrevistas foram gravadas no celular, o que possibilitava perceber as outras vozes corporais, para além da linguagem-falada. Quanto à organização dos dados das famílias, estão organizadas em ordem alfabética conforme a distância dos locais em que as famílias habitam à escola estadual investigada. Para fins didáticos e preservação ética da identidade dos pesquisados, os nomes dos responsáveis e dos alunos são fictícios que contêm a primeira letra da ordem alfabética dada às famílias, como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO 16 - Organização das famílias pesquisadas.

FAMÍLIA	RESPONSÁVEL DO BENEFÍCIO E DO ALUNO (A) ENTREVISTADO (A)	ALUNO (A) ENTREVISTADO (A)
A	Ana	Aninha
B	Beatriz	Bernardo
C	Carla	Carlana
D	Daniele	Daniel
E	Esmeralda	Eva

Fonte: A própria pesquisadora

As entrevistas foram realizadas preferencialmente na casa dos entrevistados e as sessões contavam com a presença do gravador, da pesquisadora e seu esposo (responsável pela gravação no celular), e dos pesquisados, onde todos estavam acompanhados dos demais membros familiares, sejam irmãos (as), pai e padrastos. Eis o quadro analítico sobre o perfil das famílias pesquisadas no que concerne ao povoado, quantidade de pessoas no domicílio, renda familiar e valor do benefício atualizado.

QUADRO 17. O perfil da renda familiar e valor do benefício das famílias pesquisadas

Família	Povoado residente	Quant. de pessoas no domicílio	Renda familiar	Valor do benefício
A	Passagem da Canoa	5	R\$400,00-1.212,00	R\$ 486,00
B	Vila São José	11	R\$400,00-1.212,00	R\$800,00
C	Currais	5	R\$400,00	R\$400,00
D	São José	5	R\$400,00-1.212,00	R\$465,00
E	Enxu	4	R\$400,00-1.212,00	R\$400,00

Fonte: A própria pesquisadora

Percebe-se através do quadro analítico acima que a renda familiar é consoante ao valor recebido do benefício, implicando dizer que a principal fonte de renda das famílias pesquisadas advém do PAB. Entretanto isso corresponde ao que os entrevistados entendiam como renda fixa, pois em todas as famílias era perceptível ao longo da entrevista e das conversas não gravadas, como as responsáveis, seus cônjuges e outros membros familiares exerciam trabalhos que pudessem complementar a renda familiar, entre eles diarista, vendas de roupas, pedreiro e prestação de algum serviço para a prefeitura. O que vai na contramão do senso comum tão divulgado durante anos no imaginário social, que todos os beneficiários dos programas de transferência de renda são preguiçosos, indolentes, portanto não querem saber de trabalhar. Trata-se aqui de discursos impregnados pela responsabilização do pobre por sua condição social e uma forma de privatização dos problemas sociais (REGO; PINZANI, 2014; AMARAL, 2015).

Em relação à quantidade de pessoas por domicílios, apenas a *Família B* revela uma quantidade considerável de membros, pois os chefes familiares tiveram onze filhos que possuem entre 4-25 anos de idade, sendo que apenas duas filhas se casaram, os demais continuam morando na mesma casa, com a presença de mais um novo integrante, o sogro de dona Beatriz. Que inclusive no momento em que foi questionada sobre a quantidade de pessoas morando no mesmo domicílio, contava e recontava:

É 12, porque tem meu sogro e minha mãe e meu sobrinho, peraiinda, no caso saiu as duas que casou, aí tem minha, meu sogro, minha mãe e meu sobrinho, no caso ficou nove filhos, peraiinda tem nove e aí tem eu, e o marido, onze; com a mamãe e meu sobrinho, mas ele moram na casa deles, mas nós somos tudo no convívio.

Nesse caso dariam 13 pessoas no domicílio, mas foi considerado a quantidade de 11, já que a entrevistada afirmou que o seu sogro tem a casa dele, assim como a sua mãe. A partir dessa informação é que compreendi porque na nossa chegada no povoado, quando fomos perguntar um vigia de uma pequena escola (coincidentemente primo do Bernardo) onde morava o Bernardo e dona Beatriz, o vigia apontou para as três casas: “numa dessas três casas eles estão”. E assim nos ajudou a chamar a dona Beatriz que se encontrava numa casa do outro lado da rua, a casa que é realmente sua propriedade. Nesse sentido, percebe-se nessa família os diversos sentidos intergeracionais, pois são quatro gerações convivendo mutualmente, mas marcados por “eventos que definem trajetórias passadas e futuras”, no entanto permeados pelo ciclo da miséria (DEBERT, 1998, p.60).

Em relação as demais famílias, 40% afirmaram que são cinco pessoas no domicílio e os outros 40% com quatro pessoas. Sendo que todos os arranjos familiares contavam com a presença da mulher preta ou parda com cônjuge. Através desses dados sobre o número de pessoas por domicílios, renda e ocupação, é possível compreender a situação das famílias quanto a extrema pobreza, pobreza, e baixa renda, critérios para elegibilidade no programa. E chegamos aos seguintes dados: 60% das famílias pesquisadas estão em situação de extrema pobreza, que sem os programas de transferência de renda 20% em situação de pobreza e 20% em situação de baixa renda.

Vale ressaltar que dentre as perguntas que mais gerava desconforto em todas as famílias entrevistadas era relacionada a renda, algumas ficavam desconfiadas em afirmar que existiam algum membro da casa recebendo um salário-mínimo, com receio de cortes no benefício. Pois, achavam que a minha pesquisa se tratava do CRAS, sendo necessário reafirmar diversas vezes que se tratava de uma pesquisa de mestrado e esclarecer que pela quantidade de moradores, todas tinham o direito de continuarem recebendo o benefício, o que gerava um alívio nas responsáveis. Pois se tratava de mulheres que conseguiram mais autonomia ao se tornarem beneficiária, algo que será abordado adiante.

Portanto, como se pode notar todas as famílias pesquisadas estão dentro dos critérios de elegibilidade do programa, sendo que a maioria, 60% se encontravam em situação de extrema pobreza, que sem o benefício teriam suas vidas ainda mais degradantes. Indo em direção do mesmo resultado municipal e nacional, em que maioria dos beneficiários são oriundos dessa mesma degradante situação.

Quanto aos valores dos benefícios, percebe-se uma variação entre as famílias pesquisadas e isso se explica pelas diferenças nas características dos domicílios quanto a

quantidade de integrantes e a faixa etária dos membros. Pois, as *Famílias B*, e *D* tem em sua composição mais de uma criança e adolescente entre 3-17 anos, e mais de um jovem entre 18-21 anos assim como a *Família B*. E ainda sobre a *Família B*, devido o número expressivo de integrantes somente um valor mais alto do benefício surtiria algum resultado quanto uma melhoria mínima na sobrevivência desses cidadãos, que mesmo com benefício ainda permanecem na condição de extrema pobreza.

QUADRO 18. Composição das famílias conforme os tipos de benefícios do PAB

Famílias	Crianças até 36 meses de idade	Gestante	Nutriz-Criança até 7 meses incompleto	Criança de 3-16 anos incompletos	Adolescente de 16-18 anos incompletos	Jovem de 18-21 anos incompleto
A	-	-			1	2
B	-	-		4	1	2
C		-			2	1
D	1			1	1	
E					1	1

Fonte: A própria pesquisadora

Para efeito de análise das características dos domicílios foram inseridas questões acerca da quantidade de cômodos presentes nas casas dos interlocutores, cujas respostas foram similares, variando entre 5-6 cômodos, sendo que 60% das residências dos investigados possuem a seguinte estrutura: dois quartos, sala, copa-cozinha (muito comum nas casas dos povoados, uma área chamada copa, que antecede a cozinha, separadas por uma parede, sendo um local que colocam a geladeira e uma mesa para fazerem as refeições, entretanto mais utilizada quando chega uma visita) e um banheiro com sanitário, cujas fossas sépticas são criadas pelos próprios moradores. Portanto todas as casas possuem divisão de ambientes e todas as residências são próprias.

QUADRO 19. Características dos domicílios

Famílias	Quantidade de cômodos	Água canalizada	Destino de lixo
A	5	Sim	Queimado

B	5 (Sem banheiro)	Sim	Queimado
C	6	Sim	Queimado
D	6	Sim	Queimado
E	6	Sim	Queimado

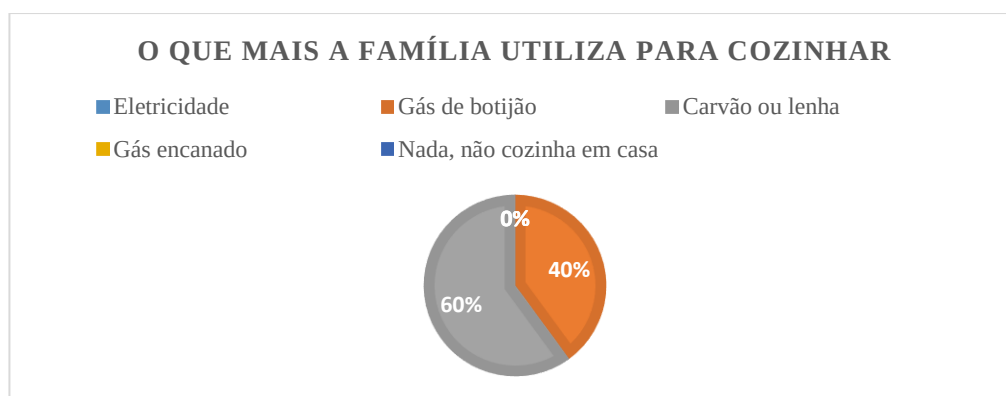
Fonte: A própria pesquisadora

Por outro lado, um domicílio investigado não possuía banheiro com vaso sanitário. Era exatamente da família que possui mais moradores. Ao ser questionada como faziam as necessidades físicas, dona Beatriz afirmou que havia uma torneira fora de casa, portanto apanhavam água para o banho nessa torneira e levava para uma casinha improvisada, feita de pano, preparada especificamente para o banho, enquanto as necessidades fisiológicas eram feitas na casa da sogra. Infelizmente a ausência de banheiros ou vasos sanitários nos domicílios não é um caso isolado desta família brasileira. Pois, no censo de 2010 havia no Maranhão cerca de 78.581 domicílios que não tinham banheiro e nem sanitário (IBGE, 2010). Situação que compromete a saúde e bem-estar de todos os membros familiares.

Todas as famílias investigadas possuem água potável sem taxas de pagamentos mensais, entretanto 40% destas famílias tinham apenas no quintal de casa, pois ainda não haviam feito a instalação para dentro do domicílio. Em relação ao destino dos resíduos domésticos, como o município não oferece coleta de lixo para as comunidades rurais, todas as famílias investigadas afirmaram que queimam no quintal de suas próprias residências.

Ao serem indagadas sobre o que a família mais utiliza para cozinhar, obteve-se os seguintes resultados, evidenciados no gráfico a seguir.

GRÁFICO 6. O que mais a família utiliza para cozinhar.



Fonte: A própria pesquisadora

“Eu nem sei o que é cozinhar no gás da cozinha (risos) de tanto tempo que não uso, tá caro demais, acho que faz uns três meses que acabou e ainda não deu de comprar (DONA ANA,

2022). Na fala de dona Ana, percebe-se como o aumento alarmante do gás de cozinha nos últimos anos, impacta diretamente nas condições de vida das famílias, especificamente as que vivem em contexto de vulnerabilidade social, pois o valor do mesmo compromete mais de 30% da renda das famílias que ganham até R\$ 400,00.

Por serem de comunidades rurais, ainda podem contar com o carvão, que é feito nas próprias comunidades rurais, seja pelos chefes familiares, ou parentes, amigos e vizinhos, estes últimos vendem no valor mais acessível comparado ao valor vendido nos centros urbanos. Ou seja, essa alternativa de 60% das famílias utilizarem o carvão para cozinhar, é uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias das comunidades rurais, “pelo ao menos nós ainda tem isso e quem não tem, na cidade que tudo é comprado e caro?” (BEATRIZ, 2022). Mesmo os 40% que afirmaram utilizarem mais o gás de cozinha, declararam que também utilizam o carvão para fazerem diversos alimentos e que só estão utilizando mais o gás no momento por questões de saúde, “não tô podendo pegar muito calor de fogo, por isso cozinho mais no gás que tá tão caro” (DANIELE, 2022). Entretanto, o cozinhar na lenha não é uma prática comum nem nas famílias investigadas, nem nessas comunidades rurais.

Com o intuito de analisar o acesso dessas famílias a alguns bens de consumo, foi investigado sobre alguns itens materiais que essas famílias obtêm e a quantidade deles, e posteriormente questionava-se em que medida os programas de transferência de renda auxiliaram na aquisição desses bens. Veja o quadro a seguir:

QUADRO 19. Itens materiais presentes casas das famílias

Famílias	TV	Rádio	Telefone fixo/rural	Celular	Geladeira	Fogão	Microcomputador	Máquina de lavar
A	1	-	-	4	1	1	-	-
B	1	-	-	3	1	1	-	1
C	1	-	-	1	1	1	-	-
D	1	-	-	3	1	1	-	1
E	1	1	1	2	1	1	-	-

Fonte: A própria pesquisadora.

Todas as famílias investigadas afirmaram possuírem uma televisão, geladeira e fogão e apenas a família E, afirmou que ainda possui um rádio, pois ama ouvir as notícias locais, “porque as vezes a gente não tem nem tempo de ficar no pé da televisão, um rádio é bom demais”, afirma dona Esmeralda, ressaltando que comprou exatamente com o dinheiro advindo

do PBF. A mesma destaca que continua com o telefone rural, (que tem a mesma aparência do telefone fixo, porém o funcionamento é equivalente ao celular, devido a utilização do chip para fazer e receber as ligações) que se tornou muito comum em várias casas dessas comunidades rurais bernardenses a partir de 2013. Mas, a partir de 2018, com a chegada da internet-satélite/rádio entrou em desuso, e atualmente é muito difícil encontrar nessas comunidades supracitadas famílias que ainda possuem tal aparelho. Entretanto, o celular já é uma realidade presente em todas as famílias investigadas, que só varia em número a quantidades dos mesmos em cada família. Por outro lado, nenhuma família investigada possui microcomputador, afirmando que em tempos de aula remota, os filhos assistiam pelo aparelho celular.

Em relação a máquina de lavar, tanto a família B quanto a D afirmam possuir, mas apenas essa última afirmou que adquiriu através do PBF. As demais famílias afirmaram que lavam as roupas em tanques instalados em suas próprias casas, devido a água canalizada. E não em rios ou fontes/levadas (que são pequenos córregos de água, que banham muitos desses e outros povoados bernardenses) que também ainda é uma prática comum nessas comunidades.

Entretanto ao serem questionadas se todos os bens materiais mencionados foram adquiridos pelo PBF/PAB, obteve-se os seguintes resultados: 60% das famílias investigadas afirmaram que compraram a prestação e pagaram alguns deles com o dinheiro do PBF, “porque é um dinheiro que temos por certo, se não der problema, não falha” (ESMERALDA, 2022). Dona Danielle ressalta que todos os seus bens móveis foram adquiridos através da renda dos programas sociais, comprava um item de cada vez e pagava em prestações. Portanto, percebe-se através desses dados, como é importante uma renda fixa, mesmo com um valor insuficiente, bem abaixo do mínimo, mas que, por exemplo, para os sujeitos camponeses que dependiam basicamente das práticas agrícolas e dos longos períodos de estiagem, soam como um escape para uma vida instável, precária, sem emprego e consequentemente sem salário fixo. Assim como uma garantia de crédito para compras a longo prazo, gerando uma espécie de confiabilidade nos credores de lojas e comércios exatamente por serem beneficiários e que impacta diretamente na dignidade desses sujeitos destinatários.

Os outros 40% afirmaram que não compraram nenhum desses bens citados com o dinheiro advindo dos programas de transferência de renda, mas com o dinheiro advindo de seus trabalhos remunerados como diaristas, ou dos serviços de seus conjugues, ou de outras políticas sociais como o salário materno. Eis uma fala de uma dessas entrevistadas:

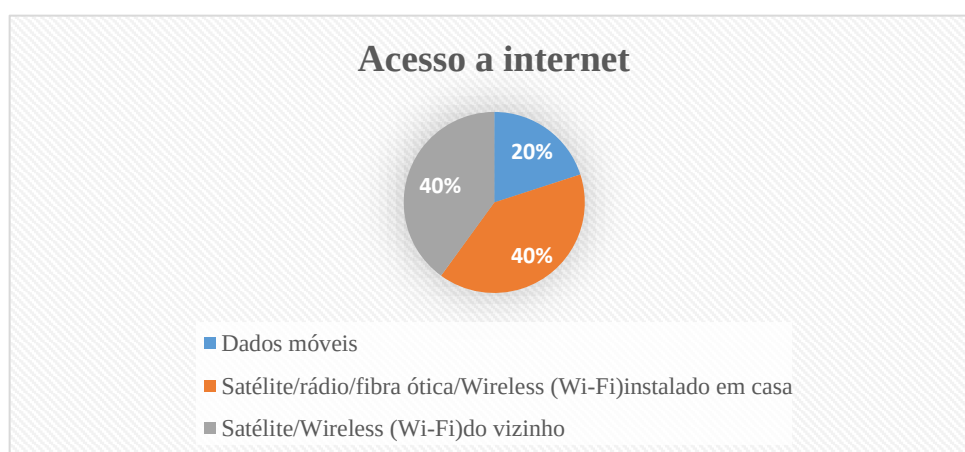
“Quando eu comprei essas coisas que tem aqui, ainda trabalhava com o vovô, fazendo trabalhos domésticos, tem nenhum que foi comprado, a geladeira foi em 2005 com o salário materno das meninas que eu comprei, as cadeiras foi quando trabalhei na casa da dona Bernarda” (CARLA, 2022).

A fala de dona Carla é muito importante, pois ajuda a desmistificar uma série de estereótipos, relacionados aos indivíduos que recebem as políticas de transferência de renda, por exemplo, como sujeitos que não querem trabalhar porque recebem o PBF/PAB. Dona Carla assim como as outras entrevistadas reiteram diversas vezes as outras atividades laborais remuneradas que exercem/exerceram ao longo desses anos como beneficiárias, enfim as outras estratégias de sobrevivência que aliadas aos programas de transferência de renda e outras políticas sociais permitem reduzir certas dificuldades financeiras.

Um outro questionamento que causou desconforto entre os investigados era se a família possuía algum meio de transporte. Todas as famílias afirmaram possuírem uma ou duas motocicletas. Entretanto, duas das famílias pesquisadas também contavam com um automóvel, oriundos das economias dos longos anos de trabalhos autônomos dos cônjuges.

Diante da relevância da inclusão digital para o exercício da cidadania, foi questionado para essas famílias investigadas sobre o acesso à internet, obtendo o seguinte resultado: 20% das famílias utilizam os dados móveis de um celular rural, que por ser uma comunidade pequena não recebe a internet via rádio/ fibra ótica, pois segundo os moradores o fornecedor local da internet só colocaria se todas as casas colocassem o seu moldem próprio e não uma/duas casas compartilhando com as demais. Entretanto essa proposta é inviável, devido as condições sociais de cada morador, “não tem como todo mundo pagar 70 reais” (fala de uma moradora em outras visitas que foram feitas na comunidade). Por outro lado, 40% das famílias afirmaram usar a internet via satélite/rádio em suas próprias residências, os outros 40% ressaltaram que usam internet dos vizinhos (deram a entender que esse compartilhamento era gratuito), portanto sendo perceptível mais uma vez as redes de solidariedades muito comuns nessas comunidades rurais. Segue o gráfico abaixo com os resultados mencionados.

GRÁFICO 7. Acesso à internet



Fonte: A própria pesquisadora.

Com o intuito de compreender o gasto aproximado dessas famílias na área da alimentação, saúde e educação, foi indagado aos responsáveis sobre o quanto aproximadamente eram os dispêndios mensais em tais áreas. É uma das questões que foi mais perceptível as singularidades de cada família, embora todas fossem beneficiárias do mesmo programa. Veja o quadro abaixo:

QUADRO 19. Gasto aproximado com Alimentação, Saúde e Educação

Famílias	Gastos com Alimentação	Gastos com a Saúde	Gastos com a Educação
A	R\$486,00	R\$0,00	R\$150,00
B	R\$200,00	R\$300,0	R\$300,00
C	R\$400,00	R\$0,0	R\$0,0
D	R\$800	Mais de R\$400,00	R\$200,00
E	R\$500	R\$100,00	R\$150,00

Fonte: A própria pesquisadora.

A família A ressalta que a maior parte do provento é com a alimentação e uma outra parte com a educação, ressaltando os gastos com a gasolina para levar a filha à escola, seguida da mensalidade da internet, esta última julgada como um elemento de suma importância para a educação da filha, principalmente no período de pandemia, em que as aulas funcionavam no formato remoto e no último semestre de 2021, ainda no formato semipresencial. Portanto se tornou um aliado indispensável no processo educativo. Inclusive foi nesse contexto que dona Ana afirma que contratou uma internet “foi um presente que eu dei a eles, com o dinheiro do PBF (risos)” (ANA, 2022). Enquanto a família B ressaltou um gasto muito inferior com a alimentação, pois atualmente está gastando mais com a saúde do esposo e do filho:

Apareceu uma manchas na pele do meu esposo de tanto tabaia no sol, aí num sabe, aí o médico tá passando uns exames para saber o que é, e também passou uns remédios. Ai também teve o Bernardo que tá se consultando, num sabe? Porque ele tá com começo de depressão, ai a gente tá tendo esses gastos ai pra mais (BEATRIZ, 2022).

Em relação ao gasto com a educação, dona Beatriz demonstrou não compreender a pergunta, afirmou ser 300 reais, porém posteriormente declarou que isso acontece muito mais no início do ano letivo.

A família C, por sua vez, declarou que gasta toda a sua renda com a alimentação, pois no momento todos gozam de saúde, e como as filhas vão de ônibus para a escola e recebem a

merenda escolar, ultimamente não está tendo nenhum gasto na área da educação. Já a família D ressaltou que tem um gasto superior ao que ganha no PAB, “porque são todos homens, que comem muito, só eu de mulher na casa, e assim a comida tá muito cara” ressaltou dona Danielle; que por estar com problemas de saúde, destacou que ultimamente tem feito muitos exames, tomado medicações, elementos que tem impactado em gastos consideráveis na área da saúde. Em relação a educação, ela destacou os gastos com a internet, já que é um dos itens indispensáveis para o filho realizar as suas pesquisas e estudar, assim como outros gastos paralelos.

Nessa mesma direção, dona Esmeralda também destaca que tem tido gastos superiores com alimentação em relação ao que ganhava no PAB, pontuou que como estava recém-operada também tem tido alguns gastos na área da saúde, enquanto na área da educação ressaltou com muito estima que paga um curso de computação para a filha.

Portanto, percebe-se através desses dados as particularidades de cada família em relação a composição familiar, acesso aos bens de consumo, gerenciamento dos programas e suas práticas cotidianas, embora todas se encontram numa mesma situação de beneficiárias dos programas de transferência de renda e moradoras de comunidades rurais. Pois são cinco famílias distintas como suas variadas histórias e múltiplas formas de se apropriarem do dinheiro oriundo dos programas supramencionados (AHLERT, 2013). Nesse sentido, “é possível dizer que o destino do dinheiro proveniente do benefício depende da necessidade da família no momento do mês em que recebe o repasse” (Idem, 2013 p. 75). Assim como de suas “próprias biografias individuais [...] e cultura do ambiente social” (REGO, PINZANI, 2014).

4.2 Percepções e itinerários de alunos beneficiários

Nesse tópico é descrito a origem social e o percurso escolar dos alunos pesquisados. São os nossos informantes juvenis, essenciais para compreendermos o que pensam tais jovens do programa de transferência de renda, já que muitos deles/todos possam ser beneficiários desde o nascimento. Como mencionado em capítulos anteriores, todos os alunos investigados são beneficiários do PBF/PAB, estão cursando o 3º ano do ensino do Ensino Médio e são moradores de comunidades rurais, mas que estudam numa escola estadual na área urbana. Todos têm entre 17-19 anos e se autodeclararam como pardos/pretos.

As idas e vindas de Aninha

Aninha foi a primeira entrevistada e estava aguardando muito animada pelo momento da entrevista, falava de forma muito articulada e eloquente. É uma adolescente de 17 anos, tem um casal de irmãos, é evangélica da Assembleia de Deus, e recebe o PBF desde o nascimento, porém ficou três anos sem receber (2017-2020) porque o pai trabalhou de carteira assinada em outro Estado. Estudou do 7º ao 9º ano no estado de Goiás, quando toda a família morava no estado. Os dois primeiros anos do Ensino Médio fez na unidade de ensino que estuda atualmente. Porém iniciou o 3º ano do Ensino Médio no estado de São Paulo, quando viajou mais uma vez, no entanto, dessa vez na responsabilidade dos tios que retornaram para São Paulo porque haviam recebido uma nova proposta de emprego. Porém, Aninha não se adaptou longe dos pais, retornando meses seguintes para o Maranhão.

Os pais de Aninha não concluíram o ensino fundamental maior e exercem como principal atividade a lavoura, a mãe também faz bicos como doméstica e o pai como pedreiro. Aninha pretende ser psicóloga, porém não fez a inscrição do Enem esse ano, confessa que não fará por descuido na inscrição⁴², mas afirma que irá fazer nos próximos anos, afinal diz que vai tentar entrar na faculdade de psicologia até conseguir. Pois, ao ser questionada se pretende ingressar no mercado de trabalho ou ingressar numa faculdade quando terminasse o Ensino Médio, ela reitera que o seu sonho é fazer uma faculdade.

Ao ser questionada acerca de sua avaliação em relação a sua própria condição na atualidade (estudante-recebedora do PAB), Aninha responde: “é bom, porque, é tipo, tipo como se fosse um trabalho, você está indo estudar só que você também está ganhando com isso, tanto dinheiro quanto a educação”.

Em relações aos motivos de estudar na área urbana no período matutino, ao invés do noturno na comunidade rural, Aninha afirma: “devido a escola ser boa, professores bons que ajudam tanto no emocional da pessoa, e também porque lá eu tenho vários colegas”.

As diferentes formas de vulnerabilidade, material, mental e social de Bernardo

Bernardo tem 19 anos, dez irmãos, autodeclarou-se como pardo e afirma que recentemente tem frequentado semanalmente a Congregação Cristã do Brasil. Diferentemente dos demais entrevistados, Bernardo está repetindo pela segunda vez o 3º ano. No entanto, não

⁴² Quando a entrevistei, tinha passado o prazo do pedido da isenção e não da inscrição. Entrei em contato no período da inscrição, para auxiliá-la nesse processo. Porém, Aninha não quis fazer.

frequentou mais a escola desde o primeiro bimestre. Quando o visitei pela primeira vez, ele não se encontrava, pois havia saído para uma clínica odontológica, para colocar aparelhos ortodônticos. E sua mãe me contou os motivos dele faltar tantas aulas naquele momento, pois estava apresentando sinais de ansiedade e depressão, “ele só vive trancado no quarto, não sai de lá pra quase nada”, afirma dona Beatriz, que ainda ressalta que ele estava indo ao médico, e tendo acompanhamentos psicológicos.

Retornei à casa de Bernardo quatro meses depois para visitá-lo, dependendo do seu estado o entrevistaria, e algumas mudanças já tinham acontecido. Haviam se mudado para o outro lado da rua, para a casa do avô de 90 anos, pois segundo uma de suas irmãs, o seu avô estava bem debilitado e necessitava de maiores cuidados e acompanhamento. Sua mãe estava para o posto de saúde em outro povoado, foi mostrar ao médico um raio X da perna que ultimamente estava inchada e dolorida. Portanto, dessa vez fui recebida pelos demais membros familiares de Bernardo, duas de suas irmãs (uma de 12 anos e outra de 22 anos), dois de seus irmãos (um de 10 anos e o outro de 17 anos) e sua avó de 81 anos, muito simpática, que logo quis compartilhar também a sua história de vida. Ressaltando os trabalhos que exerceu desde a infância, como a lavoura e a colheita de algodão, seu casamento precoce, “eu nem queria casar, meu corpo ainda estava sendo formado”, e a falta de oportunidade de estudar, pois não havia escolas em seu povoado e proximidades. “Eu ainda aprendi o ABC com uma jovem que gostava de ensinar os irmãos, então o pai dela perguntou a mamãe se ela não queria que a gente aprendesse também”, ressalta a avó de Bernardo. Destaco as falas de sua avó, mesmo não sendo uma das entrevistadas formais, por ser muito representativa na trajetória de vida de muitas famílias brasileiras, marcadas pelos grilhões da miséria e consequentemente pela ausência de seus direitos básicos, como a liberdade do seu próprio corpo e educação (REGO; PINZANI, 2014).

Embora Bernardo esteja bem melhor psicologicamente, não frequentava a escola desde o primeiro bimestre, portanto decidiu desistir do ano letivo. Questionei os motivos de sua desistência, cuja resposta se alia ao que sua mãe havia dito meses atrás “devido uns problemas que comecei a sentir, uns negócios tipo ansiedade, depressão”. Sua irmã de 22 anos o interrompe e ressalta “agora que ele melhorou mais, tomou uns remédios, agora parou, mas agora que ele voltou a sair, jogar bola, vai pra igreja, mas antes era só trancado no quarto”. Bernardo retoma a fala e destaca que retornará aos estudos no próximo ano. Em relação a sua perspectiva futura, se deseja adentrar no mercado de trabalho ou fazer uma faculdade, Bernardo ressalta “eu quero trabalhar, mas...(alguns minutos de silêncio) eu quero também fazer uns cursos, tipo de computação”. No entanto, afirma que não sabe exatamente que profissão gostaria

de exercer. Nesse sentido, de todos os adolescentes entrevistados, Bernardo é o que mais apresenta as diferentes formas de vulnerabilidade, material, mental e social, que o inviabiliza de estar na atualidade concluindo o ensino médio.

Sair ou ficar na comunidade rural: o dilema de Carliana

Carliana é uma outra jovem que também foi investigada, tem 17 anos, duas irmãs, autodenomina-se como parda, frequenta a igreja evangélica Assembleia de Deus e exerce a função de regente de jovens na congregação que faz parte. Diferentemente de Aninha, Carliana estava bem tímida, e suas respostas eram sempre bem rápidas. No dia da entrevista afirmava não ter expectativa de sair da comunidade rural, no entanto, atualmente está aguardando o término do ensino médio para ir morar com a irmã mais velha que recentemente foi para Goiás (segundo algumas conversas informais).

Fez todo o ensino fundamental em sua comunidade, enquanto todo o ensino médio está fazendo na área urbana, numa mesma escola. Diz que ainda não pensou em qual faculdade gostaria de exercer ao terminar o ensino médio, pois gostaria mesmo era de ingressar no mercado de trabalho, por isso não vai fazer o Enem esse ano. O ensino superior parecia uma realidade muito distante tanto para Carliana quanto para a sua mãe. Pois, ambas afirmavam que não tinha condições materiais para o ingresso na faculdade, já que não é ofertado na comunidade em que vivem. Ao ser questionada acerca de sua avaliação em relação a sua própria condição na atualidade (estudante-recebedora do PAB), Carliana responde apenas que “é algo bom”. Acerca dos motivos que o levaram a continuar no ensino matutino na sede do município, ao invés do ensino noturno ofertado em sua comunidade, ela afirma: “é porque eu acho melhor estudar pela manhã e já tenho colegas lá”.

O sonho de ser jogador de futebol e a falta de oportunidade empregatícia de Daniel.

Daniel tem 17 anos, dois irmãos, autodenomina-se como negro, não é adepto a nenhuma religião e estudou todo o ensino médio numa mesma escola. Ao ser questionado se exerce alguma atividade para além de estudante, Daniel dar risadas e cita “jogo futebol (risos)”, sua mãe complementa e diz “não tenha vergonha do que você faz!”. Em seguida, ele menciona que também caça, pesca, e vai para a roça.

Daniel sonha em ser jogador de futebol e diz que não vai fazer o Enem esse ano porque não se acha preparado para fazer a prova, devido os últimos anos não ter estudado como

gostaria, afirma que foi muito ruim esses anos de estudos em tempos de pandemia, portanto se sente muito inseguro para fazer uma prova na magnitude do Enem.

Diferentemente de Aninha que respondeu que uma das principais dificuldades encontradas na sua comunidade é a falta de asfalto, de Carliana que não sabia ao certo qual era a dificuldade de seu povoado, Daniel afirma que um dos principais desafios é a falta de oportunidade empregatícia “aqui não tem emprego”.

4.3 **Mães beneficiárias:** itinerários e variedades de pontos de vista sobre o programa

Nesse tópico é descrito quem são os nossos informantes do segundo grupo, os responsáveis pelos alunos e/benefício assim como o percurso escolar de cada um deles. É uma parte muito importante que auxilia na compreensão das vozes dos mesmos ao relatarem as suas percepções acerca dos programas.

Dona Ana: O trabalho infantil e o abandono dos estudos

Dona Ana tem 38 anos, se autodenomina como parda e abandonou os estudos aos 14 anos, quando cursava a 5ª série. O histórico familiar anterior ainda é mais precário nesse sentido, pois a mãe também parou ainda no ensino fundamental, na 3ª série, e o pai é analfabeto. Ao ser questionada acerca de seus irmãos, a realidade também não foi diferente, todos os três irmãos não terminaram sequer o ensino fundamental menor. Esse percurso escolar da família de dona Ana é muito similar das demais famílias que foram investigadas, assim como de muitas famílias brasileiras que antes do surgimento das políticas de transferências de renda e de outras políticas sociais não tinham como manter os seus filhos na escola, forçados pela miséria, enviava-os para o trabalho infantil.

Dona Ana afirma que teve que abandonar os estudos para se tornar babá no próprio município, aliás ressalta que esse foi o seu primeiro emprego. “Eu tinha 10 anos (risos), eu acho, aos 17 que me casei, muito antes de casar, eu já tinha parado de estudar” (ANA, 2022). Ao ser questionada sobre qual profissão gostaria de exercer na atualidade, caso tivesse o poder de escolher, a mesma disse que nunca havia parado para pensar em exercer outra função que não fosse a que exerce na atualidade, doméstica/diarista e lavradora. Mas a resposta de dona Ana não quer dizer que ela ama ser diarista, até porque em outros momentos ela deixa nítido quanto ao objetivo de exercer tal função: complemento da renda, já que o marido não conseguiu um emprego formal desde que voltaram de Goiás em 2020. Mas a falta de perspectiva de dona

Ana denota como a pobreza extrema “limita a possibilidade e a vontade de construir projetos ambiciosos” (PAUGAM, 2002. p. 241).

Dona Ana é casada e tem três filhos, duas meninas e um menino, todos adolescentes e jovens entre 17- 20 anos, dois já concluíram o Ensino Básico. A filha de 18 anos que já terminou o ensino médio, estava fazendo o curso técnico de enfermagem, mas infelizmente a instituição acabou fechando o curso por não ter uma quantidade relevante de alunos. O filho mais velho de 20 anos, atualmente está morando em São Luís com a sua tia. Ressalta que como o filho já terminou o ensino médio foi para a capital para ver se consegue algum emprego e dar continuidade nos estudos. Aliás esse é um dos sonhos de dona Ana, “se tivesse como, eu queria morar no lugar melhor que oferecesse mais oportunidade de estudo e emprego para eles (filhos)”. Portanto, se por um lado, a destinatária não tem projetos ambiciosos para si, não é o mesmo em relação aos filhos, pelo contrário, denota-se uma preocupação em relação ao futuro dos filhos.

Dona Ana afirma que sempre morou nas comunidades rurais do município, mas que em 2017 teve a experiência de morar numa cidade de Goiás durante três anos e que só vieram embora, porque o marido estava muito preocupado com a saúde dos pais idosos, reiterando que enquanto os pais forem vivos não irão se aventurar em outras cidades. Porém, destaca que era muito feliz, “era muito bom morar em Goiás”, pois o marido ganhava razoavelmente bem como pedreiro numa firma registrada, com carteira assinada, inclusive o PBF foi suspenso enquanto moravam lá em decorrência da renda ser superior ao estipulado para permanecer no programa. É importante mencionar que na fala de dona Ana e sua filha acerca do período que passaram em Goiás é sempre de muita empolgação, referindo sempre como um período de muita prosperidade, pois o marido ganhava razoavelmente bem e ela também fazia alguns bicos como diarista. Portanto, essa experiência com o mundo regular do trabalho do seu cônjuge, aliada a um salário melhor que outrora, criou uma visão muito positiva, de oportunidades, morar em grandes centros urbanos, que, por sua vez, difere da visão de outras entrevistadas. Assim como desmitifica que as famílias preferem receber as políticas de transferência de renda ao invés de um trabalho regulamentado.

A entrevista de dona Ana aconteceu na casa da mãe dela, na área urbana do município, pois como se tratava de um período chuvoso, em nossas conversas pelo Whatsapp, ela esclareceu que eu não conseguiria chegar em sua casa, em decorrência da estrada precária. E como ela trabalha em duas casas distintas na cidade, suas filhas sempre ficam com a sua mãe até ela retornar do serviço. Vi a sua mãe de forma distante, já que não saiu da cozinha, pois estava tratando peixe. Quando estava no meio da entrevista, o marido de dona Ana chegou,

vindo de um serviço como pedreiro, com sudorese, mas muito alegre, tirando diversas brincadeiras com uma outra filha e sobrinha que estavam na cozinha com a avó.

Dona Ana é uma das entrevistadas que mais tenho contato, por ter o mesmo pertencimento religioso que o meu, (evangélica, membra da Assembleia de Deus) inclusive foi no templo religioso, que a encontrei pela primeira vez, falei da pesquisa e tentei pegar o seu contato para marcar o encontro, que não foi possível naquele momento porque ela não recordava do número de celular. Mas que foi facilitada por eu conhecer a cunhada dela que prontamente me passou o número do marido dela. Quando a entrevistei, ela não estava participando ativamente dos cultos religiosos porque se congregava na área urbana, e por estar em períodos chuvosos, a estrada ficava muito perigosa e de difícil acesso, especialmente a noite. Mas na atualidade, mudou-se para outra comunidade rural, mais distante da área urbana, porque ela, o marido e conseqüentemente as filhas estão trabalhando como missionários, morando numa casa missionária, ao lado de um templo religioso. Por isso, estão bem mais ativos na instituição religiosa, exercendo diferentes cargos que vão desde ao canto- professores de Escola Bíblica Dominical, e contam com uma renda-extra paga pela instituição.

Dona Ana recebe o PBF desde 2004, quando o seu filho mais velho tinha dois anos de idade. Sua percepção acerca dos programas de transferência de renda é vista como uma solução em tempos de crise, como um escape, uma dádiva:

Ah ser beneficiária é bom demais, uma maravilha, a gente tem aquele dinherin certo pra comprar os alimentos pros filhos, muitas vezes eles pedem, aí no momento a gente não tem, mas no dia de receber o dinheiro, a gente vai ali e compra, é uma benção (ANA, 2022).

Dona Beatriz e as conseqüências nefasta da pobreza

A nossa outra entrevistada foi a Dona Beatriz. Houve uma dificuldade de manter um contato antes da entrevista, porque o aluno Bernardo não estava frequentando a escola e o número de celular deixado pelo mesmo, não funcionava. Nesse sentido, o primeiro contato foi realmente na casa de nossa entrevistada, sem aviso prévio, mas que foi facilitada por eu ser a professora de Sociologia do Bernardo, inclusive fomos muito bem recebidos por dona Beatriz ao falar que era da escola e que estava à procura do Bernardo tanto para entrevista, como para saber os motivos da ausência do mesmo na instituição de ensino. Mas infelizmente, ele não se

encontrava, e no momento da entrevista dona Beatriz estava apenas com o seu filho mais novo, de 4 anos de idade assistindo televisão.

Dona Beatriz tem 43 anos, recebe o PBF desde 2004, se autodenomina como parda, católica e cursou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Em relação a situação escolar de seus pais, dona Beatriz afirma “eles fizeram só a Carta de ABC, o pai da mamãe não deixava ela estudar porque queria mesmo é que ela trabalhasse na roça, ainda leu a Carta de ABC”. A fala de dona Beatriz nos revela o quanto muitos sujeitos das gerações anteriores que dependiam exclusivamente da lavoura não viam a educação como uma porta de saída da precariedade ou como um direito de cidadania, mas como um destino/direito dos ricos, dos que não tinham o que fazer, já que não conseguiam manter os filhos no sistema educacional, diante do contexto de extrema miséria. Sendo esse tipo de pensamento moldado pela presença de um programa de transferência de renda condicionado aliado a outras políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Dona Beatriz se casou um pouco mais jovem que dona Ana, aos 15 anos e atualmente tem 11 filhos com idades entre 04-25 anos. É a família mais extensa entrevistada nesta pesquisa, assim como a mais visível em relação as carências e as consequências nefastas da pobreza extrema. Dos cinco filhos acima de 18 anos, apenas dois terminaram o Ensino Básico. Dona Beatriz denota preocupação por Bernardo não ir à escola, e reafirma diversas vezes “de uns tempos pra cá, ele só quer viver no quarto, não quer sair pra nada, por isso estamos levando ele para se consultar no psicólogo, porque parece que ele está com depressão”. Bernardo é o mais novo filho de dona Beatriz a abandonar os estudos, pois não foi mais a escola.

Dona Beatriz denota muita preocupação tanto com o Bernardo quanto em relação a saúde de seu marido, que segundo ela, se encontra com um problema na pele de tanta exposição ao sol como lavrador. Explicou que ela e o marido sempre trabalharam na lavoura desde criança, e quando casaram continuaram exercendo a função, aliada a criação dos filhos. O casal sempre viveu na comunidade rural. Ao ser questionada acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres no PBF/PAB, dona Beatriz deu muitas gargalhadas, demonstrando muita satisfação: “eu achei muito bom porque as mulheres assim entendem né, rá sabe né, quando vai pegar, quando vai tirar, já sabe o que precisa rá pá comprar e aí dar certo”.

Entretanto ao ser questionada se na casa dela mudaria o destino dos recursos, caso fosse o marido que recebesse, dona Beatriz, reitera: “no meu caso, acho que não porque ele também é controlado, fazia a mesma coisa também (risos)”. O controlado de dona Beatriz, significava que o seu marido, quando pode sempre compra o necessário para o sustento da família e que não é viciado em bebidas alcoólicas. Porém essa última percepção não é a mesma das demais

entrevistadas. Por exemplo, na percepção de dona Ana “(risos) aí num é discriminando os homens, não, mas acho que as mulheres tem mais assim controle”. Portanto, na casa dela, o destino do recurso seria sim mudado, caso fosse o seu cônjuge que recebesse, embora ele não faça uso de bebidas alcoólicas.

Dona Carla e a titularidade dos cartões nas mãos das mulheres

A terceira entrevistada e responsável pela titularidade do cartão do PBF/PAB tem uma realidade peculiar em relação as demais, porque além do seu marido estar viajando para São Paulo, trabalhando numa firma (porém não quis dar detalhes em qual função ele trabalhava), afirmou que ele estava voltando nos próximos dias. Entretanto, ao ser questionada acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres ao invés dos homens, ela é bem incisiva: “porque as mulheres assumem tudo mesmo dentro de casa, aí tem que ser no nome delas, porque elas que sabem o que falta e o quê que não falta, os homens (risos) não pensam muito nessa área”. E ao ser questionada se na casa dela mudaria o destino, caso fosse o seu cônjuge que recebesse, respondeu dando muitas gargalhadas: “(risos) ah acho que sim, no caminho gastaria logo a metade (risos)”. Essa resposta da entrevistada, assemelha-se as respostas dadas por boa parte das pesquisadas dos trabalhos de Rêgo e Pinzani (2014). Segundo as autoras essa questão da titularidade dos cartões era percebida positivamente, pois consideravam as mulheres como “melhores gestoras da economia doméstica e de que seus maridos normalmente são incapazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebidas (Idem, 2014 p.200).

Dona Carla tem de 37 anos, autodenomina-se como parda, é evangélica da Assembleia de Deus e cursou até o 9º ano do Ensino Fundamental. Sempre morou em comunidades rurais, trabalhando como doméstica e lavradora desde os 10 anos. Casou-se aos 18 anos e tem três filhas com idades entre 16-19 anos. A filha mais velha, no dia da entrevista, estava arrumando as malas e se despedindo de familiares e amigos, pois viajaria no dia seguinte para o Estado de Goiás, havia recebido uma proposta de emprego de uma amiga da escola, que também era da mesma comunidade rural, mas estava trabalhando em Goiás desde o início do ano. Algo que é muito recorrente nessas comunidades rurais, ao terminarem o ensino básico, muitos jovens se veem obrigado a deixar suas comunidades em busca de maiores oportunidades empregatícias. Inclusive uma das dificuldades em morar em comunidades rurais, ressaltadas por dona Carla é,

que os serviços são sempre árduos, relacionados a lavoura: “os trabalhos são sempre braçais, no sol né, é difícil encontrar outro emprego (CARLA, 2022).

Portanto, ao ser questionada sobre a ida da filha mais velha para um outro Estado, dona Carla argumenta: “ela quer ir, a gente não tem o suficiente pra manter ela aqui, mas quando ela for, o pai dela volta, não quer deixar eu sozinha com as meninas (risos), ele já tá voltando”. Vale ressaltar, que é muito recorrente nessas comunidades rurais, a migração dos cônjuges masculinos em busca de emprego para outros estados como Goiás, São Paulo, Paraná e Pará entre outros estados, tendo como principais funções exercidas por eles na atualidade, servente de pedreiro e pedreiro. Entretanto também tem crescido, embora com menos intensidade, homens em busca de trabalho nos garimpos.

Na entrevista, dona Carla manifestou interesse em retornar aos estudos, já que o Ensino Médio está sendo ofertado em sua comunidade rural, “talvez eu volte a estudar nos próximos anos, aí termino o ensino médio (risos)”.

Dona Danielle: de babá à pedagoga

Por sua vez, a quarta beneficiária entrevistada tem um percurso escolar distinto das demais, dona Danielle tem 36 anos, se autodenomina como preta, não é adepta a nenhuma religião e terminou recentemente a graduação em Pedagogia numa instituição privada. Inclusive um de seus projetos é exercer a função como professora de educação infantil.

A entrevista foi realizada no final da tarde de uma sexta-feira, marcada antecipadamente por Whatsapp, contudo foi adiada algumas vezes em decorrência da precariedade da estrada, que estava inviável no período chuvoso, principalmente em decorrência da construção de algumas boeiras no povoado. Entretanto foi uma das entrevistadas mais fáceis de contatar, por quatro razões, além de ser professora do filho de Dona Danielle, somos colegas de turma do Ensino Básico, moramos em povoados bem próximos uma da outra e indubitavelmente por a entrevistada ter alguma familiaridade com pesquisa na graduação, portanto em nenhum momento mostrava desconfiada ou achava que se tratava de uma fiscalização do CRAS, como as demais.

A história de vida de dona Danielle em relação ao mundo do trabalho, assemelha-se das demais entrevistadas. Pois afirma que o seu primeiro emprego também foi como babá aos 13 anos de idade, e tornou-se mãe-solo aos 16 anos. Entretanto, nesse último momento, a sua mãe já exercia a função de serviços gerais na instituição de ensino que ofertava o ensino básico, o

que possibilitou continuar os estudos, obtendo tanto o apoio emocional como o financeiro de sua mãe.

Dona Danielle mora no povoado desde 2009, quando foi morar com o seu cônjuge e possui três filhos entre 3-17 anos de idade. Mas, apenas mudou-se de povoado, sendo oriunda de um outro povoado mais próximo da área urbana, inclusive morou na cidade do município quando exerceu a função de babá. Seu cônjuge é efetivo em serviços gerais no município, o que possibilita uma vida menos onerosa que as demais entrevistadas. Pois, dona Danielle afirma que o responsável pelas compras e pagamentos é o seu cônjuge. Mediante isso, ela ressalta que não mudaria o destino dos recursos, caso fosse ele que recebesse os programas de transferência de renda. Entretanto ressalta a relevância dela receber esse dinheiro advindo dos programas, já que não possui uma renda fixa, “sem esses programas a vida seria muito ruim, pois não teria como eu comprar as coisas para eles (filhos)” (DANIELLE, 2022).

Tendo como referência os questionamentos empregados por Rego e Pizanni (2014), uma das questões empregadas em todas as entrevistas era se os programas de transferência de renda era um favor do governo ou um direito do cidadão, Dona Danielle com toda a sua eloquência respondeu: “eu acho que é um direito, porque eu vejo assim, as coisas estão muito caras, querendo ou não, os nossos impostos geram esse dinheiro, trazendo um pouquinho do que a gente paga de imposto”. Portanto, percebe-se que dona Danielle entende os programas, como PBF/PAB, como um direito e não um favor. Coadunando com todas as percepções das demais entrevistadas, que também disseram ser um direito, embora algumas não explicitando exatamente os motivos.

Dona Esmeralda: o empreendedorismo, o PBF no contexto de mãe-solo e o “milagre”

A quinta e última entrevistada é dona Esmeralda, de 38 anos, uma mulher elegante, com o dom da eloquência, que se encontrava com dificuldades para andar, em decorrência de estar recém-operada, pois retirou os ovários. Autodenomina-se como parda, católica, pais lavradores e cursou até a 6ª série. Advém de uma família bem extensa, 9 irmãos, destes apenas um conseguiu terminar o ensino básico. Destaca como principais atividades exercidas por ela, a de vendedora de roupas e raspagem de mandioca, desde os 12/13 anos, sem nenhuma perspectiva de exercer outra atividade que não esteja aliada a vendas ou lavoura.

Entretanto destaca em lágrimas que tinha uma filha muito esforçada, que cursava o ensino superior, mas que morreu ano passado, aos 22 anos, com complicações de Lúpus, uma doença autoimune que foi diagnosticada quando a filha ainda era criança. Nesse sentido, a entrevista de dona Esmeralda foi uma das mais difíceis de fazer, pois estava diante de uma

mulher que havia passado recentemente pelo impacto de uma perda irreparável, além da cirurgia.

Dona Esmeralda possui mais três filhos entre 18-21 anos de idade, dois meninos e uma menina. O mais velho terminou o ensino básico, o de 20 anos não concluiu o ensino médio, e a mais nova cursa o último ano do ensino médio. A entrevistada não mora com o pai dos filhos, que a abandonou quando os filhos ainda eram crianças. Portanto, ela destaca as dificuldades de criar quatro filhos sozinha, e a importância dos programas de transferência de renda nesse processo, que em decorrência da idade dos filhos, antecede ao PBF, pois afirma que recebe desde o ano 2001. Dona Esmeralda relata:

Eu tinha o terceiro menino, já, ave era pouco, mas se tornava tão bom, mermã o José tinha um comérciuzinho, e a gente ia, eu pegava uma bicicletinha velha e me mandava, vinha com tanta sacolinha pendurada com as coisinhas, era tão bom, hoje a gente recebe 400 reais e nem se compra o que a gente comprava antes (ESMERALDA, 2022).

O “milagre” que conseguiam fazer no início dos programas de transferência de renda ao fazerem as compras, é algo recorrente nas falas de algumas das entrevistadas. O que nos faz entender o quanto é importante está aliado aos programas de transferência de renda, as políticas de preço relacionadas aos alimentos e serviços básicos, pois com a inflação em alta, embora o valor seja superior ao que era dado anteriormente, o poder de compras ainda é inferior para a manutenção familiar. Entretanto, quando se analisa os dados disponibilizados pelo DIEESE (2022), em relação ao nº de cestas básicas que o salário-mínimo podia comprar entre 1995-2021, obtém os seguintes resultados: no ano de 2021 a quantidade de cestas básicas é superior, em relação aos anos que remetem a criação do Bolsa Escola lembrado por dona Esmeralda, e do próprio PBF. Eis, portanto um questionamento: o que gerou essa sensação em algumas das responsáveis pelos benefícios, que a primeira vez que receberam o programa de transferência de renda podiam comprar mais elementos do que agora, embora atualmente recebam um valor superior?

Não sabemos ao certo, mas uma das alternativas talvez seja o impacto tão profundo dessas políticas de transferência de renda, no contexto de pobreza extrema vivenciadas por essas mulheres, que pela primeira vez estavam indo as redes de comércio para comprar várias sacolinhas de elementos básicos para a sua sobrevivência, conscientes que não era algo esporádico, mas uma realidade mensal, algo impensável na condição anterior. Portanto o antes e o depois de se tornarem beneficiária tem um efeito moral ainda maior, imbuídos de valores

simbólicos do que ser beneficiária, e continuar beneficiária, entretanto recebendo um valor superior.

Atualmente, dona Esmeralda tem um companheiro, que no momento da entrevista demonstrava muito atencioso com ela, sempre dando água/suco para hidratá-la, já que a mesma não andava com facilidade, como ressaltado em parágrafos anteriores. Inclusive, a entrevistada ressalta a relevância do companheiro no auxílio das atividades domésticas e também nas despesas com os seus serviços autônomos, assim como o auxílio de seus pais e familiares que moram ao lado, portanto evidenciando as redes de solidariedades e a riqueza dessas relações sociais em meio a pobreza material.

4.4 O Antes e o Depois do PBF: os efeitos do programa no cotidiano familiar e escolar

Todos os jovens entrevistados recebem os programas de transferência de renda desde a tenra idade. Portanto nenhum deles tem um conhecimento empírico de uma vida anterior a esses programas. Nesse sentido, esse subtópico também se deteve nas falas do segundo grupo entrevistado: as mulheres responsáveis pelo benefício na família.

A vida anterior ao PBF é sempre lembrada como uma vida muito onerosa que outrora, tinha mais fome, pobreza e sofrimento. Pois como moradores de comunidades rurais, sem emprego remunerado, e conseqüentemente sem uma renda fixa, um dos elementos mais destacados por todas as entrevistadas é que depois do PBF, contaram pela primeira vez com um rendimento fixo mensal, “mermã a primeira vez que me vi com tanta sacolinha, foi bom demais” (ESMERALDA, 2022). Ou seja, pela primeira vez essas mulheres contavam com um poder de compra regular, embora mínimo, mas repleto de significados para as famílias em contexto de vulnerabilidade social. Pois, inaugurou-se um novo tempo, de maior segurança para quem dependia exclusivamente das inconstâncias do cultivo da terra e atividades afins.

Um outro elemento importante de destacar é, todas as entrevistadas declararam as dificuldades de continuarem os estudos antes dos programas de transferência de renda. Exceto a dona Danielle, porque a mãe possuía uma renda fixa advinda do funcionalismo público. Mas as demais entrevistadas, cujos pais tinham como principal atividade a lavoura, veem os filhos como a primeira geração da família a concluírem o ensino básico. Portanto, evidencia-se os efeitos do programa para além do alimento na mesa, são crianças e jovens que tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos básicos, de romper com o ciclo vicioso do trabalho

infantil ou de um casamento precoce como dos pais, portanto tiveram a oportunidade de terem uma infância menos dolorosa que as suas gerações anteriores.

É certo que temos o caso do Bernardo que não apareceu mais na escola, devido os seus problemas psicológicos. Alguns dos seus irmãos mais velhos que não concluíram o ensino médio, assim como um dos filhos de dona Esmeralda que também não terminou o ensino básico. Nesse sentido, denota-se que a evasão escolar no Ensino Médio, infelizmente ainda é uma realidade de muitos lares brasileiros, como ressaltado no capítulo II desta dissertação. Pois, talvez com a extensão da idade do benefício do PAB para 21 anos, haja uma contribuição para a diminuição da evasão, assim como o retorno de muitos jovens aos bancos escolares. Entretanto, ainda é preciso um olhar mais atento para essa etapa, outras estratégias e ações devem ser repensadas para incentivá-los a persistirem na conclusão do ensino básico.

Ao serem questionadas sobre as condicionalidades, 80% das entrevistadas demonstraram ter conhecimento acerca das condições para a manutenção dos filhos no programa, dona Beatriz (2022) destaca: “o peso e a altura do neném tem que tá de conformidade com o que os agentes de saúde dizem que é pra tá, a vacinação em dia e a frequência escolar, não pode faltar muitas aulas”. Portanto, o cotidiano dessas famílias está aliado a frequência regular das crianças e adolescentes nas instituições escolares, mas também na presença regular nas unidades de saúde, potencializando melhor cuidados na saúde. Consequentemente, gerando melhor qualidade de vida entre os beneficiários. Conforme Livia Maria de Paula Abreu do Amaral (2015, p.71), ao inserir as condicionalidades nos programas de transferência de renda, “abarcando as áreas de saúde e educação, o Estado considera o acesso a esses serviços como fatores importantes para a superação da pobreza”. Destarte, mostra-se também relevante compreender como essas famílias consideram, por exemplo, o acesso à educação, tema que será abordado no tópico a seguir.

4.5 A importância da educação formal para as famílias beneficiárias

Como um dos temas presentes nas condicionalidades dos programas é a educação formal, foram questionados tanto para os adolescentes beneficiários quanto para as responsáveis dos benefícios sobre a relevância da educação e quais as percepções acerca do ensino remoto. Pois, como os adolescentes estão cursando o 3º ano do ensino médio em 2022, um terço do ensino médio foi no período de pandemia, ouvi-los nos auxilia na compreensão de

como essas famílias em contexto de vulnerabilidade social vivenciaram esse momento tão incomum e assustador.

Todos os entrevistados, tanto os adolescentes quanto as mães responsáveis pelos beneficiários veem a educação formal como um elemento importante para a ascensão social. Nas palavras de Aninha (2022) “a educação é muito importante porque ajuda tanto você a ser melhor, como a ter um, digamos, um empurrãozinho para você ter ainda mais estudos e conseguir algo melhor lá na frente”. Dona Danielle (2022) argumenta que, “hoje em dia sem a educação a gente não vai a lugar nenhum porque a educação é o berço de tudo”. Portanto, todas as famílias reconhecem que a educação é um agente de transformação social, que possibilita ao indivíduo sair das amarras da pobreza extrema e alcançar uma vida melhor que outrora.

Ao serem questionados sobre as aulas remotas, todos os investigados ressaltaram as dificuldades, especialmente os adolescentes que reiteraram o sentimento de despreparo para o Enem porque não aprenderam como deveriam. “Complicado, ruim demais, não entendi boa parte dos assuntos, não vou fazer o Enem porque eu não aprendi quase nada”, foram algumas das frases mencionadas pelos adolescentes investigados. Dona Danielle se emociona ao relembrar os momentos angustiantes que o seu filho vivenciou ao ponto de querer desistir de estudar:

Daniel chegou para mim, chorando, dizendo que não conseguia. Aquilo ali, foi que nem me dar um tapa na minha cara. Ai eu sem saber o que fazer, era o jeito, a gente dar um jeito, porque tinha assunto que eu nunca tinha visto, ele não sabia, ai tudo ficou muito difícil com essas aulas remotas (DANIELLE, 2022).

O impacto negativo no processo ensino aprendizagem é um dos efeitos devastadores da pandemia. No caso de nossos investigados adolescentes, 80% dos pais não tinham o ensino médio, portanto não tinham como auxiliar os filhos em suas tarefas escolares. Como boa parte dos alunos da escola supracitada não tinham acesso à internet, ou celular, as aulas se concentravam em grupos de Whatzapp, com postagens de textos, imagens, áudios, vídeos e atividades impressas. Porque muitos dos alunos se encontravam como Carliana que contavam com apenas um celular para três irmãs, impossibilitando acompanhar qualquer aula ao vivo. E ainda pior o caso de Bernardo que não possuía celular, e dependia exclusivamente do material impresso. Essa experiência repercutiu como um dos fatores para a repetência e desistência de Bernardo, e no desestímulo de Aninha, Carliana e Daniel para o Enem, por se sentirem incapazes para a realização da prova. Esses dados podem servir para entendermos o porquê temos em 2022 o segundo ano com a menor taxas de inscritos no exame desde 2007, superando apenas o ano de 2021 (G1, 2022).

Ao serem instigadas se gostariam que os filhos ao concluírem o ensino médio ingressassem a priori no mercado de trabalho ou numa faculdade, 80% das mães investigadas ressaltaram que gostaria que os filhos adentrassem numa faculdade, apenas dona Carla afirmou que deseja que a filha consiga um emprego, pois não tem condições de pagar ou manter uma filha no ensino superior. Pois, como não há ensino superior nas comunidades rurais e não tem ônibus público em todos os povoados investigados nos turnos vespertinos e noturno para a sede do município, local mais próximo de oferta do ensino superior público, os indivíduos das comunidades mais distantes da área urbana se veem com maiores dificuldades para dar prosseguimento em seus estudos. Porquanto necessitam ter no mínimo um transporte particular e consequentemente um capital financeiro capaz de manter as viagens diárias ou mesmo se mudar para a sede do município que também requer um capital social. Nesse sentido, a “população rural ainda é fortemente afetada pela exclusão educacional do país” (REIS, 2017 p.57).

Esses motivos, aliados a inexistência de uma capital cultural herdado e as dificuldades experimentadas no ensino no período pandêmico, explicam o porquê, apenas 20% dos adolescentes investigados afirmam que desejam fazer uma faculdade, e apenas uma adolescente irá fazer o Enem esse ano (justamente a que se esquivou de participar da pesquisa).

Ao serem questionadas acerca dos motivos que o levaram para manter os filhos na escola na área urbana, ao invés do ensino noturno em um dos povoados, dona Esmeralda ressaltou que, como tinha o intuito de colocar a filha no curso de computação e tem um outro filho que reside na área urbana, isso facilitaria a filha estudar melhor. Os outros 80%, afirmaram que os filhos já estudavam na instituição desde o 1º ano, então gostariam que terminassem o ensino médio no mesmo local que iniciou. Essa última justificativa é dada por 60% dos adolescentes acrescentadas de que gostariam de continuar com os mesmos colegas de turmas. Evidenciando os laços afetivos que são criados no ambiente escolar e que são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem, mesmo com os momentos de interrupções presenciais, como foi o caso da pandemia.

Entretanto, somente uma mãe se mostrava bem crítica quanto ao ensino noturno como uma única opção para os adolescentes abaixo de 18 anos de muitas comunidades rurais. Inclusive foi uma das mães que se manifestou contra o retorno do anexo noturno e que aliada as outras mães e alunos de diferentes povoados ressaltaram para os representantes da secretaria de educação municipal e gestores das escolas estaduais, a importância da continuação dos ônibus públicos no turno matutino para a sede do município e consequentemente a continuação dos estudos de seus filhos nas escolas da área urbana pela manhã. Dona Danielle (2022) destaca:

Já foi um caos o ensino na pandemia e ainda retornar com os perigos de estudar a noite. E as facilidades que as pessoas tem de ir lá e bagunçar porque eu já estudei lá, não é fácil né estudar lá a noite. E saber que a noite ele está aqui comigo, me tranquiliza. Saber que ele está lá estudando pela manhã, qualquer hora eu posso ir lá e falar com a diretora, ai tudo isso me fez querer que ele continuasse na mesma escola.

A fala de dona Danielle e a forma como ela se manifestou perante a situação de estudos de seu filho, reforça mais uma vez, o quão a educação parece como um elemento crucial para essas famílias, e de como “a escola não é um simples lugar de saberes, mas sim, e ao mesmo tempo um lugar de aprendizagem de formas de exercício do poder e de relações com o poder” (LAHIRE, 2004 p. 59).

4.6 Semelhanças e divergências de olhares geracionais sobre os mesmos programas

Nesse tópico é realizada uma análise comparativa sobre as aproximações e diferenças de olhares entre os adolescentes-alunos (as) e suas mães titulares do benefício, acerca dos programas em pauta. Fato que nos permitirá compreender as diferentes vozes geracionais.

Ao serem questionados acerca de suas condições na atualidade como beneficiários do PAB, tanto as mães responsáveis pelos benefícios quanto os adolescentes que participaram das entrevistas, destacaram como uma condição boa e satisfatória. Entretanto, as chefes de famílias sempre faziam um comparativo com a sua condição anterior, “está melhor do que era” (Beatriz, 2022). Pois, diferentemente dos adolescentes que são recebedores dos programas desde a tenra idade, as titulares dos benefícios presenciaram uma vida sem esses programas. Portanto, acabavam ressaltando a situação atual como uma fase bem melhor que outrora. Essa percepção de uma vida mais preferível que o passado, é também ressaltada nos depoimentos das mulheres investigadas por Rego e Pinzani (2014 p.123), quando são questionadas acerca do que mudou em suas vidas após o ingresso no PBF, “Acho ótimo, ótimo, porque se não fosse o Bolsa Família, eu não sei o que seria da família pobre”. Assim como entre as quebradeiras de coco dos estudos de Ahlert (2013 p.79), que veem a sua condição atual como “uma possibilidade de comprar itens de consumo que seus filhos necessitam, assim como dar-lhes um pouco de ‘luxo’”.

Em relação ao que achavam acerca dos programas de transferência de renda, se um favor do governo ou um direito do cidadão, 100% das mães investigadas, ressaltaram ser um direito. Dona Danielle, ressalta que o dinheiro advém dos impostos, portanto é um direito da população que mais precisa, receber esse retorno financeiro. Dona Ana destaca, “eu acho que

é um direito nosso, porque nós votamos neles, nós botamos eles lá, então eu acho que em compensação nós pobres temos o direito de receber algo do governo”. Em relação aos adolescentes, um dos adolescentes ressaltou não compreender a pergunta, mas achava ser um favor. Enquanto os demais apontaram ser um direito, Daniel diz que “é um direito porque, como diz meu irmão (o irmão de 13 anos estava ao lado sempre dando algum palpite nos questionamentos) nem todo mundo trabalha, então precisa de ajuda”. Por sua vez, Aninha destaca “eu acho que é um direito porque, tipo, como eles estão governando, como eles estão mais na alta, eu acho que eles deveriam dar uma ajuda para quem necessita mais”. Sei que o número de investigados é bem menor do que os da pesquisa de Rego e Pinzani (2014), cujos 75% afirmaram ser um favor do governo. Mas, percebe-se um alinhamento na maioria dos investigados, embora com menos intensidade entre os adolescentes, que as políticas de transferência de renda é um direito do cidadão, que em contexto de vulnerabilidade social deve receber um auxílio estatal para sua autonomia básica (REGO, PINZANI, 2014).

Ao serem questionados acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres ao invés dos homens, tantos as mães quantos os adolescentes afirmaram que concordam com tal ação. Pois, em outras palavras, ressaltam que as mulheres têm mais responsabilidade, conhecimento das prioridades que estão faltando na casa, cuidado. No entanto, ao serem indagados se na casa deles mudaria o destino dos recursos, caso fosse um homem que recebesse, 60% das mães investigadas ressaltaram que não mudaria. Como uma das adolescentes não participou da pesquisa e sua mãe foi uma das tais que respondeu que não mudaria os recursos, pois o companheiro também é bem responsável, isso acabou interferindo no resultando entre os adolescentes. Pois os 50% dos adolescentes que também afirmaram que os recursos não mudariam, são exatamente os filhos das entrevistadas que também ressaltaram a mesma opinião e vice-versa.

Mas, vale ressaltar os risos e felicidades dessas mulheres nesse questionamento sobre as titularidades, todas demonstraram muita satisfação em ter um cartão com o seu próprio nome. Essa mesma situação é destacada na dissertação de Livia Maria de Paula Abreu do Amaral intitulada de “*Um incentivo a mais para mandar os filhos para a escola: apreensão da condicionalidade da educação em famílias beneficiárias do Bolsa Família no conjunto São Miguel*” que também entrevista cinco famílias beneficiárias de um bairro urbano do Ceará, e percebe a afeição e os valores simbólicos imbuídos nessas mulheres. Pois, com a chegada do PBF, “as cinco mães/cônjuges deixaram de ser apenas as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos e passaram a representar suas famílias como Responsáveis Legais

(RL) junto ao programa, e a deter o poder aquisitivo recebido mensalmente” (AMARAL, 2015 p.47).

Com o intuito de continuar percebendo os significados dados por essas famílias a esses tipos de programas, também foi questionado se essas políticas de transferência de renda ajudavam em suas vidas e em qual sentido. Todos os adolescentes e suas mães afirmaram que sim, destacando alguns exemplos. Inclusive algumas das percepções das mães estão presentes no tópico de apresentação delas. Sobre o questionamento, Aninha destaca que “ajuda demais, é uma ajuda, tipo, que a gente não consegue comprar com o dinheiro do serviço da gente, aí tem essa ajuda que a gente pode juntar e pagar alguma coisa, alguma conta”. Daniel salienta, “ajuda porque com o auxílio, aumentou e deu para comprar mais coisa pra casa”. Sendo o aumento do dinheiro destacado por ele, no que concerne ao questionamento sobre a percepção de alguma diferença do PBF para o PAB.

Entretanto, os demais adolescentes afirmaram que não perceberam nenhuma diferença do PBF para o PAB. Ao contrário das mães investigadas, em que todas ressaltaram o aumento da renda com o PAB: “Mudou porque subiu o valor” (CARLA, 2022); “Sim. Porque o auxílio é um valor maior, aí então, melhorou mais” (DANIELLE, 2022); “mudou, porque ficou mais alto, antes eu recebia 241, agora é os 400 (ESMERALDA, 2022). Essa percepção acerca das mudanças entre os programas serem mencionadas muito mais pelas titulares, deve-se ao fato de serem elas as receptoras diretas dos programas, portanto percebem mais facilmente qualquer alteração que possa surgir.

Outra questão lançada para ambos os grupos era se conseguiam imaginar como seria a vida deles se não existissem esses programas. Tanto os adolescentes quanto as mães responsáveis deram respostas bem similares: “era bem mais precária”, responde Aninha; não consigo imaginar disseram Bernardo e Daniel, esse último ainda acrescenta “porque seria bem mais difícil”. Portanto, por mais que sejam respostas curtas comparadas com as das mães, mas percebe-se que os adolescentes também reconhecem a relevância dos programas sociais como elementos fundamentais que auxiliam as suas famílias e suas próprias vidas serem menos precárias.

As mães, por sua vez, também ressaltam a precariedade ainda mais intensificada, caso não existissem esses programas, inimaginável, pois seria ainda mais difícil. Entretanto, acrescentam dando exemplos práticos. Dona Danielle argumenta “seria bem difícil porque como era que eu ia comprar as coisas para ele?”. Denotando a relevância dos programas para a subsistência dos filhos. Dona Esmeralda relembra o seu passado difícil, mas aliviado pela existência do PBF: “acho que era muito fraquejado, porque no período que eu passei só, que eu

separei (2005), ah se não fosse esses benefícios, se não fosse o Bolsa Família fia... mesmo que naquela época era pouco, tinha sido bem pior”.

Vale salientar que esse depoimento de dona Esmeralda é muito ilustrativo, pois ressalta os múltiplos significados do PBF na vida de mulheres pobres ou extremamente pobres que são mães-solos ou divorciadas. Pois, diante da responsabilidade de criarem os filhos solitariamente, encontram nessas políticas de transferência de renda a possibilidade de uma segurança mínima em garantir alimentação ou outras despesas necessárias para o sustento dos filhos. Inclusive, Rêgo e Pinzani (2014 p.202) observam em seu trabalho, que “o recebimento de uma renda regular monetária permitiu a algumas mulheres saírem de casamentos difíceis, com isso alcançando maior liberdade individual”.

Ao serem questionados sobre as sugestões que eles poderiam indicar para os formuladores das políticas de transferência de renda, caso tivessem a oportunidade de indicar uma proposta, 75% dos adolescentes indicaram um aumento no PAB, enquanto uma das adolescentes (25%) também acrescentou melhoria na educação. Essa última situação é similar aos 80% das mães entrevistadas, pois ressaltaram além do aumento, outras propostas relacionadas a educação, saúde, asfalto nas ruas, ou seja, outras práticas que julgam importantes para uma vida mais digna. Eis algumas falas descritas: “Eu queria que tivesse um posto de saúde, aumentassem a escola porque só tem uma sala. E queria também era uma igreja”, afirma dona Beatriz. Que é consoante a opinião de dona Esmeralda em relação a área da educação, que diz “um colégio que existisse mais estrutura de ensino para os filhos da gente, aqui é precário. Vai para São Bernardo, sai 5:30 da manhã, chega 2 horas da tarde. E quando o carro dar prego?”. Portanto, percebe-se que essas famílias enxergam tanto a importância na melhoria na renda monetária, quanto a necessidade de outras melhorias que contribuam para o bem-estar de suas vidas e das comunidades em seu entorno. Pois a pobreza para essas famílias investigadas “tem uma trajetória que está imersa não somente na falta de poder aquisitivo, mas nas múltiplas ausências, como saneamento básico, lazer, cultura...” (AMARAL, 2015 p.44).

As ausências de postos de saúde, asfalto e emprego também foram mencionadas pelos dois grupos investigados, acerca dos desafios enfrentados por quem vive em suas comunidades rurais. Entretanto, ao serem questionados sobre onde e como desejaria viver, caso tivessem esse poder de escolha, apenas uma adolescente mencionou que gostaria de permanecer no povoado, os demais ressaltaram a relevância de morar em outros Estados, devido as oportunidades empregatícias.

Por outro lado, 60% das mães investigadas afirmaram que gostariam de criarem e manterem os seus próprios filhos no local em que moram na atualidade, desde que tivessem

melhores condições materiais e empregos. “Eu vejo assim, hoje do jeito que tá lá fora, aqui se eu tivesse como criar e manter eles aqui, era aqui. Porque lá fora, eu acho que é mais perigoso tudo. Então se eu tivesse condição, eu não deixaria meu filho sair daqui” (DANIELLE, 2022). As pesquisadas sabem exatamente o que gostariam para as suas famílias, porém se veem impedidas pelas privações socioeconômicas e culturais (OLIVEIRA et al, 2018). Pois, segundo Euseby (apud OLIVEIRA et al, 2018 p. 141) “a pobreza é uma situação intensiva, extensiva e duradoura de *não ter*, *não saber* e de *não poder*”.

Os outros 40%, ressaltaram que gostariam de morar em outros locais para oportunizar uma vida melhor para os filhos. “Eu gostaria né que todos tivessem terminado os estudos. Eu gostaria de sair pra procurar uma melhora para os meus filhos” (BEATRIZ, 2022). Portanto, são adolescentes, cujas perspectivas de vida estão atreladas ao emprego e mães cujas esperanças estão aliadas em garantir aos seus descendentes uma vida menos empobrecida e mais digna (RÊGO, PINZANI, 2014).

Para encerrar o presente capítulo, porém não menos importante, é válido salientar um outro questionamento realizado em ambos os grupos: se sofreram algum preconceito por receberem o PBF/PAB. Todos os investigados independentemente se adolescentes ou titulares do programa responderam com muita firmeza não sentir nenhuma forma de preconceito, pelo contrário, “é uma benção”, ressalta dona Ana. Nesse sentido, é necessário um olhar atento para o cotidiano desses sujeitos se quisermos compreender os motivos dessas pessoas afirmarem que nunca sofreram preconceito por serem beneficiárias, embora estudos apontem uma série de estereótipos no imaginário social, perceptíveis em diferentes ambientes sociais relacionados aos destinatários dos programas de transferência de renda (RÊGO, PINZANI, 2014; AMARAL, 2015).

Segundo Erving Goffman (2004), as expectativas normativas dependem dos ambientes sociais. Isto é, dependendo do âmbito de vivência do sujeito, há diferentes formas de exigências acerca daquilo que é esperado em sua forma física, ocupação, renda, crença entre outros atributos considerados comuns entre os membros daquele grupo social, aos que fogem dessa imputação, resta-lhes a depreciação, o estigma. Portanto, para entendermos os motivos dos beneficiários investigados não sentirem nenhuma forma de descrédito por receberem tais políticas públicas, deve-se ao fato de seus próprios locais de vivências serem permeados por sujeitos que também são recebedores dessas políticas, que compartilham muitas de suas vulnerabilidades sociais, como ficou esclarecido ao ser caracterizado os diferentes povoados. Tornando-se um atributo positivo e muito comum o fato de “ser beneficiário” nas comunidades em pauta, mesmo quando tais rendimentos possam ser considerados insuficientes, condensam

possibilidades reconhecidamente importantes para uma vida menos onerosa, bem como carregam em germe uma certa leitura sobre o próprio papel do Estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais é um tema recorrente nas aulas de Sociologia do Ensino Médio e muito presente no cotidiano de nossos alunos do ensino público. Conhecer mais de perto a realidade de uma pequena fração desse alunado por intermédio desta pesquisa, ouvindo-os atentamente foi uma experiência enriquecedora e desafiadora. Afinal, cada família se revelou como um laboratório social próprio de como a pobreza extrema é vivenciada, e como uma política pública como os programas de transferência de renda são significativos para a amenização dos efeitos drásticos da pobreza em suas vidas e de seus familiares, alunos que diferentemente de seus antecessores estão tendo a oportunidade, por exemplo, de concluir o Ensino Médio. Mas que também se deparam com os desafios de uma sociedade em estado de anomia, vivenciando as diferentes formas de vulnerabilidade material, mental e social, como é o caso de Bernardo.

O impacto de uma política compensatória como é o Programa Bolsa Família entre as diferentes configurações familiares vai desde a possibilidade de colocar alimento na mesa, à permanência dos filhos na escola, portanto o acesso à educação e ao combate ao trabalho infantil; melhor qualidade de vida, devido o acompanhamento nas unidades de saúde, sendo a função dos Agentes Comunitários de Saúde primordiais nesse processo, pois são um dos principais responsáveis em acompanhar as famílias assistidas; ao acesso à internet, pois alguns enfatizaram que colocaram e pagavam a rede através do dinheiro do benefício.

Portanto, é inegável a importância do Estado para intervir positivamente com políticas públicas no bem-estar social da população. Pois, com a extensão dos direitos de cidadania temos consciência do papel fundamental do Estado para a diminuição de uma cidadania formal para uma cidadania real. Cujos indivíduos tenham direitos básicos assegurados, como alimentação, educação, saúde, acesso à moradia, lazer, entre outros, inclusive umas das mais recentes discussões, o acesso à internet, devido ao avanço tecnológico e ao contexto da pandemia, que suscitou a necessidade de outras metodologias de educação.

Se os destinatários dos programas de transferência de renda têm consciência do impacto positivo desses programas em suas vidas, por outro lado, são conscientes das dificuldades em superar a pobreza diante do desafio que é habitar em povoados, cujas oportunidades empregatícias são bem limitadas, resultando numa ausência de perspectiva dos jovens entrevistados acerca da continuidade dos estudos, pós ensino médio. Revelando os desafios de combater o ciclo vicioso da pobreza, principalmente em locais sem desenvolvimento

econômico e social. Afinal, os jovens pesquisados serão os futuros dependentes do programa ou conseguirão por intermédio da educação ascender socialmente e quebrar a reincidência da pobreza extrema? Somente o futuro nos revelará as respostas destes questionamentos.

De modo geral, os programas de transferência de renda no Brasil se mostram indispensáveis para o combate à pobreza absoluta, entretanto é necessário aliar a outras políticas públicas para expandir as oportunidades de sair das amarras da pobreza, como a expansão das universidades, acessibilidade de transporte público e mercado de trabalho para áreas longínquas e repletas de sujeitos batalhadores. Portanto, políticas que visam também o combate da pobreza relativa.

As dificuldades de acesso ao emprego formal e a qualificação profissional é uma realidade das famílias camponesas investigadas, onde muitos veem como umas das principais e lamentáveis saídas, aventurarem-se em outros estados, distanciando-se de suas famílias em busca de uma vida melhor. O que gera um esvaziamento de pessoas na área rural, e um aglomerado de sujeitos na área urbana em situações degradantes, similar ao que aconteceu na primeira revolução industrial e que escancarou as desigualdades sociais.

Aos que permanecem em locais sem tantas oportunidades empregatícias, os programas de transferência de renda tendem a ser uma solução duradoura até a aquisição da aposentadoria. Portanto, a revalorização do valor do subsídio para as famílias é algo que deve sempre estar em pauta, pois influencia diretamente na melhoria mínima de vida dessas famílias que dependem economicamente desses programas. Mas por outro lado, deve ser questionado se esses valores que dão autonomia as mulheres, evitam que a nova geração de mulheres, portanto suas filhas sejam dependentes (PAUGAM, 2022). Destarte, é necessário também refletir quais outras políticas estão sendo desenvolvidas e ampliadas, almejando a ascensão social das novas gerações. E a melhoria na educação formal sempre será uma das principais alternativas efetivas, mas que ainda enfrenta um longo caminho para ser aperfeiçoada. Afinal o descaso permeia a própria escola alvo que ainda continua em reforma, atendendo os alunos remotamente e mais recente, de forma alternada no presencial, numa escola do município que cedeu o auditório e mais três salas de aulas.

Portanto do Programa Bolsa Família ao Programa Auxílio Brasil, e agora do retorno ao PBF muitas famílias foram impactadas positivamente com as alterações dos valores que, embora sendo percebidas como formas de atrair os votos dessa parte expressiva da população brasileira, tem se revelado como um elemento indispensável para combater as desigualdades sociais. Oportunizar uma escuta ativa dos principais destinatários é compreender mais profundamente esses impactos e os desafios para combater a pobreza no país.

6. Referências Bibliográficas

AGENCIA SENADO, 2018. Municípios do Baixo Parnaíba poderão ser incluídos na região do Semiárido nordestino. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

AHLERT, M. . **A 'precisão' e o luxo:** usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Política & Trabalho (Online)*, v. 38, p. 69-86, 2013.

AMARAL, Livia Maria de Paula Abreu do. **“Um incentivo a mais pra mandar os filhos pra escola”** : apreensões da condicionalidade da educação em famílias beneficiárias do Bolsa Família no Conjunto São Miguel. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. *Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841)*. São Paulo: UNESP, 2008.

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero:** Uma História Brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

BEAUD, S. e WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2007. Primeira parte, a condução da Pesquisa.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BIANCHI, Alvaro. **O conceito de Estado em Max Weber**. Lua Nova: agosto de 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200004>. Acesso em: 27/07/2021.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7º ed. Petrópolis-RJ: Vozes 2008.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:**do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 3 volumes, Brasília, 2010.

BRASIL. Medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6157.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/411.htm>. Acesso em 06 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6491.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6917.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.447, de 1º de março de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7447.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 7.758, de 15 de junho de 2012. Disponível em <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7758.htm#:~:text=DECRETO%20N%207.758%2C%20DE%2015%20DE%20JUNHO%20DE%202012&text=Altera%20o%20Decreto%20n%205.209,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/decreto/d8232.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.232%2C%20DE%2030%20DE%20ABRIL%20DE%202014&text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%205.209,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. O Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/wwp/BSM_introducao_PORT.pdf. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Secretária do Ministério de Desenvolvimento Social, 2017. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/decreto/d8794.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.794%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202016&text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%205.209,Mis%C3%A9ria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Ficha de Programa, 2017. Disponível em <<https://wwp.org.br/wp-content/uploads/02.-Programa-Bolsa-Familia-PBF-Ficha-de-Programa.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9396.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Bolsa família atende mais de 13, 7 milhões de famílias em 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em 16 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>>. Acesso 28/02/2022.

_____. **Ministério da Cidadania-Secretaria Nacional de Renda e Cidadania**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

_____. Medida Provisória lei nº13.982, de 2 de abril de 2020. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03-ato2019-2020/lei/l13982.htm>>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília : Ipea, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Delaine M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres**. IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: <<http://www.ipe-undp.org>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. ERA-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?lang=pt>>. Acesso em 02 de maio de 2022.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

DIEESE, 2022. Brasil: Indicadores socioeconômicos selecionados, séries históricas de 1995-2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. IN BARROS, M. L. (org). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (p. 49-69).

DURKHEIM, Emile. **Lições de Sociologia**. São Paulo; Martins Fontes: 2002.

DURKHEIM, Emile. Definição de Socialismo. In FRIDMAN, L. C. (org.). **Socialismo: Émile Durkheim/ Max Weber**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.p.41-73.

DURKHEIM, Emile. Socialismo e comunismo. In FRIDMAN, L. C. (org.). **Socialismo**: Émile Durkheim/ Max Weber. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.p.73-93.

FERNANDES, Florestan. (1964). **A integração do negro na sociedade de classes**. Universidade de São Paulo. Editora Anhembi. Vol.I e II.

FRIDMAN, L. C. (org.). **Socialismo**: Émile Durkheim/ Max Weber. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. Cap. VI – A Observação Participante.

LOUREIRO, ISABEL; SINGER, André (ORGS). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2ed São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, Karl. II Classes sociais e contradições de classes. In: Karl Marx: **Sociologia**. Org. IANNI, Octavio. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984.

MAX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n.1,p.42-155; fev.2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9501>. Acesso em: 27/07/2021.

MAX, Karl. **Manifesto do partido comunista/Karl Max e Friedrich Engels**. Tradução de Sergio Tellaroli. 1º ed. São Paulo: Perguin Classics/ Companhia de letras, 2012.

MAX, Karl. **O capital (vol. 1 e 2)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Iris Maria de et al. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

OLIVEIRA, Márcio. **O Estado em Durkheim**: elementos para um debate sobre sua sociologia política. Paraná: Revista de Sociologia Política, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bpG9C9CdFp8KHX4H5GyzfLz/>. Acesso em 15 de junho de 2021.

PAUGAN, Serge. **Abordagem sociológica da exclusão**. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.). O debate com Serge Paugan. Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999, p. 50-62.

PAUGAN, Serge. A sociedade francesa e seus pobres. 2002.

PEIXOTO, Socorro Letícia F. **Pobreza no Brasil**: Cenários e desafios contemporâneos. In FAC em Revista. Fortaleza, 2011.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Domingos Leão. **Vozes do Bolsa Família**: Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: UNESP, 2013. 248p.

_____. **Liberdade, dinheiro e autonomia**. O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho (UFPB. Impresso), v. 38, p. 21-42, 2013.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução por Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Isabella Vitral. Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida. Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009. Rio de Janeiro: s.n., 2010. Disponível em: https://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25733_pintoivm.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACCOL, Ana Paula. **A concepção de Estado no pensamento de Durkheim**: lições de Sociologia. Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 9 – n. 1 – janeiro-julho/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2012v9n1p96>. Acesso em: 15/07/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Lindenberg da Silva. **Pobreza e Educação**: repercussão do Programa Bolsa Família na trajetória escolar de famílias beneficiárias em Manari/PE. Recife, 2020. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós Graduação em Educação, 2020. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/38889/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Lindemberg%20da%20Silva%20Santos.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2021.

SARTI, Cynthia Andersin. **A família com espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em:

https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/107_sarti_cynthia_termo.pdf. Acesso em 05 de julho de 2022.

SELLA, Carlos Eduardo. **Carnaval revolucionário**: Max Weber e a Revolução de Novembro (1918-1919) na Alemanha. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (30) Sep-Dec 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220193005>. Acesso em: 27/07/2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, LIMA, Valéria Ferreira Santos de Alamada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEBER, Max. Max Weber: Conferência sobre Socialismo. In FRIDMAN, L. C. (org.). **Socialismo**: Émile Durkheim/ Max Weber. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016. p.95-137.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Editora UNB. 2004. volume 2, Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

YASBEK, Maria Carmelita. **O Programa Fome Zero no contexto das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1524/YY2014MM2DD26HH11MM45SS46-material%20monica%20arouca.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2022.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. **Programas Sociais no Brasil**: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. Caderno CrH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, Jan./Abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100010>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADO PARA OS RESPONSÁVEIS
DOS ALUNOS

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: uma análise das representações dos beneficiários campestres bernardenses acerca dos programas.

Origens sociais e percurso escolar

- 1º) Sexo, ano de nascimento.
- 2º) Como você se autodenomina:
☐ Branca ☐ Parda ☐ Negra ☐ Indígena ☐ Não sei ☐ Outro _____
- 3º) Qual a profissão e escolaridade dos seus pais e avós?
- 4º) Você sempre morou nessa comunidade?
- 5º) Qual o seu grau de escolaridade? E dos seus irmãos?
- 6º) Com que idade começou a trabalhar? Que tipo de trabalho o/a Sr/a teve durante a maior parte de sua vida?
- 7º) Se pudesse escolher, que tipo de trabalho gostaria de exercer atualmente?

Característica do domicílio:

- 8º) Quantos cômodos existem no seu domicílio, incluindo banheiros e cozinha?
- 9º) Existe água canalizada para pelo menos um cômodo do domicílio?
- 10º) Qual o principal tipo de água para beber em sua residência:
A) filtrada B) - fervida C) - filtrada e fervida D) tratada com cloro E) mineral
F) sem nenhum tratamento pelo morador G) outro tipo: _____
- 11º) Qual é o principal destino do lixo de sua residência:
A) Coletado diretamente por serviços de limpeza
B) - coletado indiretamente
C) queimado e/ou enterrado
D) jogado em terreno baldio ou logradouro
E) jogado em rio, lago. F) outro destino _____
- 12º) O que vocês mais usam para cozinhar em sua residência:
A) eletricidade B) gás de botijão C) gás encanado D) carvão ou lenha
E) outro tipo _____ F) não utiliza nada/ não cozinha em casa
13. Em sua residência existe internet?

14. Há os seguintes itens na sua casa:

- A) TV
- B) Rádio
- C) Telefone fixo
- D) Telefone celular
- E) Geladeira
- F) Fogão
- G) Microcomputador
- H) Máquina de lavar

15. Você e sua família possui algum meio de transporte? Se sim, quais?

Pertencimentos religiosos, institucionais

8º) Você é membro de alguma Igreja ou adepto de crenças religiosas?

9º) Com que frequência vai à Igreja? Exerce alguma função nela?

11º) Participa de alguma associação (política, caritativa)?

Sobre a unidade familiar e os programas de transferência de renda

12º) Você é solteira, casada, divorciada ou outro_____?

13º) Quantos filhos você tem? Quantos anos eles tem e qual a escolaridade deles? Todos moram na região?

14º) Você reside atualmente com quantas pessoas? Quantas delas trabalham e com o que trabalham?

15º) Além dos serviços domésticos você exerce alguma outra atividade?

16º) Qual a renda média em sua residência?

- () Até 400 reais
- () Entre 400 reais a um salário mínimo (R\$ 1.212,00)
- () Entre R\$1.212,00 até R\$ 1.818,00
- () Entre R\$ 1818,00 até R\$ 2.424,00
- () Maior que R\$ 2.424,00.

17º) Você é a titular do programa Bolsa Família agora denominado de Auxílio Brasil?

18º) Em qual ano você começou a receber o Bolsa Família? Você ainda lembra da quantia em dinheiro que você recebeu na época?

19º) Atualmente quanto você recebe do Programa Auxílio Brasil?

- 20º) Você mesma que recebe o Auxílio Brasil ou outra pessoa? Por quê?
- 21º) O que você faz com o dinheiro recebido (no sentido do que é possível fazer)?
- 22º) Como se dá a divisão de gastos na residência? Recebe ajuda monetária dos outros familiares? Quem cuida da gestão disso (pagamento de contas, compra de alimentos/feira)?
- 23º) Nos últimos 30 dias, qual foi o gasto aproximado da sua família com alimentação, incluindo o que se come em casa, refeição e lanche fora de casa e dinheiro para merenda na escola? R\$_____
- 24º) Nos últimos 30 dias, qual foi o gasto aproximado da sua família com saúde, incluindo medicamentos, consultas particulares, plano de saúde, transporte para chegar até o local de atendimento? R\$_____
- 25º) Nos últimos 30 dias, qual foi o gasto aproximado da sua família com educação, incluindo material escolar, uniforme, matrícula, transporte e internet? R\$_____.

Questões de ordem subjetiva quanto aos Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil

- 25º) Como você avalia a sua condição atualmente (beneficiária do Auxílio Brasil)?
- 20º) Como você avalia essas políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e Auxílio Brasil? Você acha esses programas um favor do governo ou um direito social?
- 21º) Você tem conhecimento sobre as Condicionalidades desses programas supracitados?
- 22º) O que você acha acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres ao invés dos homens? Na sua casa mudaria o destino dos recursos, caso fosse um homem que recebesse?
- 23º) Você acha que o Auxílio Brasil ajuda na sua vida? Se sim, em qual sentido?
- 24º) Dos bens móveis citados por você no início da entrevista, quais deles você adquiriu com o recurso advindo do Bolsa Família/Auxílio Brasil?
- 24º) Houve alguma diferença na sua vida quanto a mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil? Se sim, o quê?
- 25º) Qual o item de maior valor que você comprou para o (s) seu (s) filhos com o dinheiro advindo do Bolsa Família/Auxílio Brasil?
- 26º) Você consegue imaginar como seria a sua vida se não existissem esses programas?
- 27º) Se você pudesse indicar uma sugestão para os formuladores das políticas de transferência de renda, o que você sugeria?
- 28º) Você já sofreu algum preconceito por receber o Bolsa Família/Auxílio Brasil?
- 29º) Quais os principais desafios enfrentados pelos cidadãos na sua comunidade?

30º) Se pudesse escolher, onde e como desejaria criar os seus filhos?

Questões de ordem subjetiva quanto um dos temas presentes nas Condicionalidades dos Programas: a Educação.

31º) Qual a importância da educação para a vida de seu(s) filho(s)? Você costuma ir à escola com que regularidade?

32º) O que você achou das aulas remotas durante os dois anos do Ensino Médio? E como tem sido esse retorno das aulas presenciais para o(s) seu(s) filho (s)?

33º) Por que você decidiu manter o seu filho na escola no turno matutino, mesmo com a possibilidade do Ensino mais próximo de sua comunidade?

34º) O que você prefere quando o seu filho (a) terminar o Ensino Médio: o ingresso no mercado de trabalho ou numa faculdade?

35º) Seu filho vai fazer o Enem? Se sim, foi feito o pedido de isenção da taxa de inscrição?

36º) Qual a faculdade/profissão você gostaria que seu filho exercesse?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO
(Aprovado pela Resolução Nº 1774/2018-CONSEPE, reconhecido pela Portaria MEC nº
447 publicada no D.O.U de 13/05/2020)

TERMO DE ACEITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS)

Prezado (a) Sr (a)

Venho por meio desta, solicitar encarecidamente aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde Edenir Ferreira, situada no povoado Currais de São Bernardo- MA, uma ajuda a respeito de informações pertinentes acerca da comunidade em que vocês trabalham, que contribuirá muitíssimo para a minha pesquisa de mestrado, intitulada “**DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: uma análise das representações dos beneficiários camponeses bernardenses acerca dos programas**”. Quem tem como objetivo analisar o impacto de políticas e programas sociais sobre os modos de reprodução material e simbólica dos camponeses maranhenses, tomando como foco de compreensão as experiências e representações de alunos e familiares camponeses de uma escola estadual de São Bernardo, região leste do Maranhão.

Sabendo da relevância dos trabalhos exercidos pelos ACS nessas comunidades, e tendo consciência de que só vocês poderiam repassar com maestria tais dados, peço encarecidamente essa contribuição de informações dos seguintes povoados: Vila São José, São Miguel, Currais, São José, Enxu. A investigação trata-se de uma pesquisa para a dissertação de trabalho de conclusão de curso do Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. Cujo orientador do trabalho é o professor Dr. Wheriston Silva Neris.

Isabelle Gonçalves de Souza
 Nome do Pesquisador

São Bernardo, ____ de ____ de 20 ____

Eu, _____ concordo em participar dessa pesquisa.

QUESTIONÁRIO

1º	Número de habitantes do povoado.	
2º	Quantas pessoas existem do sexo feminino no povoado?	
3º	Quantas pessoas existem do sexo masculino no povoado?	
4º	Número de famílias do povoado.	
5º	Quantas são beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil?	
6º	Quantas crianças existem no povoado?	
7º	Quantos adolescentes e jovens existem no povoado?	
8º	Quantos idosos existem no povoado?	
9º	Quantos eleitores existem no povoado?	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO
(Aprovado pela Resolução Nº 1774/2018-CONSEPE, reconhecido pela Portaria MEC nº
447 publicada no D.O.U de 13/05/2020)

TERMO DO PROFISSIONAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL (CRAS)

Prezado (a) Sr (a)

Venho por meio desta, solicitar encarecidamente aos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de São Bernardo do Maranhão, um auxílio a respeito de informações pertinentes acerca dos Programas de Transferência de Renda no município: Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil; que contribuirá muitíssimo para a minha pesquisa de mestrado, intitulada **“DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: uma análise das representações dos beneficiários camponeses bernardenses acerca dos programas”**. Que tem como objetivo analisar o impacto de políticas e programas sociais sobre os modos de reprodução material e simbólica dos camponeses maranhenses, tomando como foco de compreensão as experiências e representações de alunos e familiares camponeses de uma escola estadual de São Bernardo, região leste do Maranhão.

Sabendo da relevância dos trabalhos exercidos pelo CRAS nesse município, e tendo consciência de que só vocês poderiam repassar com maestria tais dados, peço encarecidamente essa contribuição de informações. Pois, a investigação trata-se de uma pesquisa para a dissertação de trabalho de conclusão de curso do Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz. Cujo orientador do trabalho é o professor Dr. Wheriston Silva Neris.

Isabelle Gonçalves de Souza _____

Nome da Pesquisadora

São Bernardo, ____ de _____ de 20 ____

Eu, _____ concordo em participar dessa pesquisa.

Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas, contatar Isabelle Gonçalves de Souza, Santa Quitéria- MA, Tel: (98) 98423-1945 ou e-mail isaaa.belle25@hotmail.com para esclarecimentos referentes aos aspectos éticos da pesquisa.

QUESTIONÁRIO

1º	Em qual ano as famílias bernardenses passaram a receber o Programa Bolsa Família?	
2º	Há algum registro de quantas pessoas recebiam o benefício no primeiro ano de implementação? Se sim, quantas pessoas e famílias foram beneficiadas inicialmente?	
3º	Quantas pessoas e famílias receberam o Auxílio emergencial nos primeiros três meses de implementação?	
4º	Quantas pessoas recebiam o Auxílio Emergencial nos últimos três meses de sua implementação?	
5º	Quantas pessoas recebiam o Auxílio Emergencial nos últimos meses e ainda não receberam o Auxílio Brasil?	
6º	Houve o aumento de quantas pessoas e famílias que passaram a receber o Auxílio Brasil e não recebiam o Bolsa Família?	
7º	Vocês têm os seguintes dados:	
	-Número de pessoas de 0-17 anos que recebem o programa?	
	-Número de pessoas de 18-39 anos que recebem o programa?	
	-Número de pessoas de 40 a 59 anos?	

	- Número de pessoas de 60 anos ou mais	
8º	Quantas pessoas e famílias da área urbana recebem o benefício?	
9º	Quantas pessoas e famílias da área rural recebem o benefício?	
10º	Quantas pessoas do sexo masculino são beneficiários do programa Auxílio Brasil e quantas pessoas do sexo feminino?	
11º	Quanto responsáveis legais do Auxílio Brasil são do sexo feminino e quantos são do sexo masculino?	
12º	Quantas famílias perderam o benefício no ano de 2021 por não atender as condicionalidades?	
13º	Qual o povoado tem mais beneficiário do Auxílio Brasil e qual o povoado tem menos?	
14º	<u>Renda</u> Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita de até R\$ 100, 00?	
15º	Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 100, 01 e R\$200,00?	
16º	Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 201, 00 e ½ salário mínimo?	
17º	Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita de um salário mínimo (R\$ 1212,00)?	

18º	Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita entre R\$1.212,00 e R\$2.424,00?	
19º	Tem quantas famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 2.425,00 e R\$3.636,00?	
20º	Aspecto familiar Quantas pessoas cadastradas moram sozinhas?	
21º	Quantas famílias cadastradas tem entre duas a quatro pessoas morando numa mesma casa?	
22º	Quantas famílias cadastradas tem mais de cinco pessoas morando numa mesma casa?	
23º	Qual o número maior de pessoas morando numa mesma residência que vocês já cadastraram?	